



# Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Curaçá

1

Terça-feira • 23 de Junho de 2015 • Ano II • Nº 424

Esta edição encontra-se no site: [www.curaca.ba.io.org.br](http://www.curaca.ba.io.org.br) em servidor certificado ICP-BRASIL

## Prefeitura Municipal de Curaçá publica:

- **Lei Nº 682/2015, em 23 de junho de 2015** - Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação do Município de Curaçá, Estado da Bahia, e dá outras providências.



TRANSPARÊNCIA

**Imprensa Oficial. Tá aqui, tá legal.**

AUTONOMIA

OFICIALIDADE

Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente. A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

**Imprensa Oficial**  
a publicidade legal  
levada a sério

## **Leis**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ**  
CNPJ: 13.915.640/0001-73  
PRAÇA BOM JESUS DA BOA MORTE, Nº311, CENTRO, CURAÇÁ - BA  
FONE (74) 3531-1123 - TELEFAX: (74) 3531-1120



**LEI nº 682/2015**, em 23 de junho de 2015

*“Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação do Município de Curaçá, Estado da Bahia, e dá outras providências”.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CURAÇÁ**, Estado da Bahia, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica aprovado o Plano Municipal de Educação de Curaçá/BA para os próximos dez anos, na forma do Anexo I, parte integrante e indissociável desta Lei.

**Art. 2º.** O Plano Municipal de Educação, que foi elaborado com a participação da sociedade, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, subsidiada pelo Conselho Municipal de Educação e em colaboração com a Gerência Regional de Educação, da Secretaria de Estado da Educação, em conformidade com o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 13.005/2014, e o Plano Estadual de Educação do Estado da Bahia – Lei nº 10.330/2006, será regido pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República e a Constituição do Estado da Bahia, como também a Lei Orgânica do Município de Curaçá.

**Art. 3º.** Compete ao fórum instituído legalmente para este fim, realizar o acompanhamento e a avaliação da execução do Plano Municipal de Educação.

**§ 1º.** A primeira avaliação realizar-se-á no final do segundo semestre do primeiro ano de vigência desta Lei.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ**  
CNPJ: 13.915.640/0001-73  
PRAÇA BOM JESUS DA BOA MORTE, Nº311, CENTRO, CURAÇÁ - BA  
FONE (74) 3531-1123 - TELEFAX: (74) 3531-1120



**§ 2º.** O Poder Legislativo, por intermédio da Comissão de Educação, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

**Art. 4º.** O Poder Executivo Municipal empenhar-se-á na divulgação deste Plano, e progressiva realização de seus objetivos e metas, possibilitando o conhecimento amplo, e acompanhamento de sua execução pelos munícipes.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, correrão à conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, e de outros recursos capitados no decorrer da execução deste Plano.

**Art. 6º.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a baixar os atos necessários à regulamentação e plena execução das disposições contidas no Plano Municipal de Educação de que trata a presente Lei.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURAÇÁ**, Estado da Bahia,  
em 23 de junho de 2015.

**Carlos Luiz Brandão Leite**  
Prefeito Município de Curaçá/BA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURAÇÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E**  
**DESPORTO**

**ANEXO ÚNICO**  
**LEI MUNICIPAL Nº 682/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015.**

**PLANO MUNICIPAL DE**  
**EDUCAÇÃO**  
**2015-2025**

**Curaçá-BA**  
**2015**

**PREFEITO (A)**

Carlos Luiz Brandao Leite

**VICE-PREFEITO (A)**

Rogério Quintino Bahia

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Maria Valdelina Brandao de Aquino

**GRUPO COLABORATIVO**

Jorge Amário Leitão Evangelista

José Espedito Félix Martins

Josenice Bahia Ferreira Silvano

Jucileide de Lima Silva

Jumária Monteiro da Costa

Luzia da Silva França

Maria das Dores da Costa

Maria Valdelina Brandao de Aquino

Romulo Clésio Alves da Silva

Rosilene Almeida da Silva

Sandra Regina Pires de Araújo Fenner

Maria de Fátima da Conceição Fernandes

**COMISSÕES REPRESENTATIVAS**

**Educação Infantil**

Angélica Marinho Alves

Fabiola Oliveira da Silva

Geuza Marçal dos Santos

Hérica Alcântara de Souza

Lucielda Alves Rosa

Marilia dos Reis Leite

Tércia Dantas Félix

**Ensino Fundamental**

Idenice Rodrigues de Almeida

Jonatas da Silva Souza

Josenice Bahia Ferreira Silvano

Juscilene do Nascimento Paixão Costa

Leda dos Santos Ferreira

Maria das Dores da Costa

Maria de Fatima da Conceição Fernandes

Tatiana Carla Santos da Silva

Uiara Torres Brandao

**ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E FORMAÇÃO PROFISSIONAL:**

Deize Eustália Nunes de Carvalho

Paulo César Dias Torres

Rosilene Almeida da Silva

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:**

Elita Nunes Franco Possídio

*Gabriela Dantas Brandão*

Ilza Almeida do Nascimento

Lílian Rodrigues de Souza

**EDUCAÇÃO ESPECIAL:**

Júlia Carla Martins Rodrigues

Jumária Monteiro da Costa

Kátia Rejane Mesquita de Paiva

Maria Luiza do Nascimento

Paulo Limeira da Silva

Polyanna Ferreira de Araújo

Solange Rodrigues Santana

**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:**

Ana Lúcia Rodrigues

Jorge Amário Leitão Evangelista

Liz Edna de Araújo Amorim Uchôa

Luzia da Silva França

Maria das Graças Barbosa dos Santos

**EDUCAÇÃO INDÍGENA E QUILOMBOLA:**

Edilson Pereira de Souza

Gilvan Gomes de Santana

Ivana de Sousa Nascimento

Lucilene Gonçalves da Silva

Mírian Cristina dos Santos

**GESTÃO E FINANCIAMENTO (FINANÇAS, FUNDEB):**

Célia Maria dos Santos Varjão

Conceição de Maria dos Reis Leite

Elizabeth Quintino Bahia Viana

Jaélio Lopes Araújo

Sirlene Rodrigues Santana

**MEIO AMBIENTE E CULTURA:**

Dimael Barbosa dos Santos

Edineusa Ferreira Sousa

Fernando Ferreira

Ivaniilde Gomes Barbosa Silva Rocha

Michel de Araújo Barroso

Rosana Lúcia Sampaio Machado

Sueli Souza Damaceno

**PROMOÇÃO SOCIAL E SAÚDE NA ESCOLA:**

Elieuzina Rodrigues de Almeida

Maria Lúcia Coutinho Loureiro

Maridória Lopes da Silva  
Sandra Helena Possidio G. Lima

**APOIO**

**Departamento de Ensino**

Setor Pedagógico

**Departamento de Cultura**

**Departamento Administrativo**

Setor de Estatística

Setor de Recursos Humanos

**Setor Jurídico**

**Colaboradores**

Juscelita Rosa Soares Ferreira de Araújo

Luciano Gonçalves Ribeiro

Grupo de Teatro Arte Livre



LISTA DE FIGURAS

**Figura 01** – Mapa do Município de Curaçá.....21

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| <b>Tabela 01.</b> População do Município de Curaçá/BA.....  | 22 |
| <b>Tabela 02.</b> Informações sobre o Município de Curaçá.....  | 23 |
| <b>Tabela 03.</b> Estabelecimentos de saúde por tipo e localização.....   | 24 |
| <b>Tabela 04.</b> Dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) .....  | 25 |
| <b>Tabela 05.</b> Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Curaçá/BA, por dependência administrativa e localização – período 2010 a 2014..... | 30 |
| <b>Tabela 06.</b> Frequência por ano de nascimento, segundo o Município Residente, Curaçá/BA.....   | 30 |
| <b>Tabela 07.</b> Taxa de escolarização da Educação Infantil do município de Curaçá/BA (2010) .....   | 31 |
| <b>Tabela 08.</b> Taxa de Escolarização da educação Infantil do município de Curaçá/BA, por localização (2010) .....  | 32 |
| <b>Tabela 09.</b> Nomenclaturas para Reorganização dos AIEF .....   | 36 |
| <b>Tabela 10:</b> Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Curaçá, por dependência administrativa e localização (2010/2014) .....          | 39 |
| <b>Tabela 11.</b> Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010 .....   | 39 |
| <b>Tabela 12.</b> Matrícula do Ensino Fundamental do Município Curaçá/BA, por idade e série, Rede Municipal, (2014) .....                                       | 40 |
| <b>Tabela 13.</b> Taxas de Rendimento - Rede Estadual .....   | 42 |
| <b>Tabela 14.</b> Taxas de Rendimento - Rede Municipal .....  | 43 |
| <b>Tabela 15.</b> Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município Curaçá/BA, por dependência administrativa e localização 2011/2014 .....                        | 48 |
| <b>Tabela 16.</b> Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Municipal/ Rede Estadual ..  | 49 |
| <b>Tabela 17.</b> Matrículas da Educação Especial no Município de Curaçá em 2104 .....  | 55 |
| <b>Tabela 18.</b> Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental 2005/2013 .....   | 62 |
| <b>Tabela 19.</b> Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município Curaçá/BA, por dependência administrativa e localização (2011/2014) .....      | 76 |
| <b>Tabela 20.</b> Nível Educacional da População jovem, 1991, 2000 e 2010 .....   | 77 |
| <b>Tabela 21.</b> Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991, 2000 e 2010 .....  | 77 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Tabela 22.</b> Nível de Escolaridade de Pessoas com 10 anos ou mais idade - quantitativo em 2010.....   | 82  |
| <b>Tabela 23.</b> População Residente no Município de Curaçá por faixa etária – ano 2010.....  | 82  |
| <b>Tabela 24.</b> Percentual de Jovens e Adultos de 18 a 24 anos cursando o Ensino Superior.....   | 83  |
| <b>Tabela 25.</b> Funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica – Rede Municipal 2010 .....   | 86  |
| <b>Tabela 26.</b> Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em 2013 .....   | 87  |
| <b>Tabela 27.</b> Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013 .....   | 89  |
| <b>Tabela 28.</b> Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2013 .....  | 90  |
| <b>Tabela 29.</b> Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual .....  | 96  |
| <b>Tabela 30.</b> Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal .....   | 96  |
| <b>Tabela 31.</b> Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Curaçá/BA, por dependência administrativa e etapas da Educação Básica ..... | 97  |
| <b>Tabela 32.</b> Outras receitas com o setor educacional do município Curaçá/BA, administradas pela prefeitura (2010/2013) .....                                      | 99  |
| <b>Tabela 33.</b> Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Curaçá/BA, por nível ou modalidade de ensino (2010/2013) .....                              | 100 |
| <b>Tabela 34.</b> Despesas com educação do município de Curaçá/BA por categoria e elemento de despesa (2010/2013). .....   | 101 |
| <b>Tabela 35.</b> Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município Curaçá/BA em (2010/2013). .....  | 102 |
| <b>Tabela 36.</b> Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2013 (Em R\$) .....  | 103 |

## LISTA DE GRÁFICOS

**Gráfico 1** – Gasto Mensal com transporte Escolar no Município de  
Curaçá.....100

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AIEF – Anos Iniciais do Ensino Fundamental
- AFEF – Anos Finais do Ensino Fundamental
- ASSEC – Associação dos Estudantes de Curaçá
- EF – Ensino Fundamental
- EJA - Educação de Jovens e Adultos
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério.
- FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
- FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases
- PAR - Plano de Ações Articuladas
- PCC – Plano de Cargos e Carreira
- PME – Plano Municipal de Educação
- PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
- PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.
- PNE – Plano Nacional de Educação
- SEMED – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
- UNEB – Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

|              |  |           |
|--------------|--|-----------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                     | <b>13</b> |
| <b>2</b>     | <b>ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO.....</b> | <b>17</b> |
| 2.1          | ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO.....                      | 17        |
| <b>2.1.1</b> | <b>Caracterização do Município.....</b>                    | <b>17</b> |
| 2.1.1.1      | <i>Aspectos Históricos.....</i>                            | 17        |
| 2.1.1.2      | <i>Aspectos Geográficos.....</i>                           | 20        |
| 2.1.1.3      | <i>Aspectos Demográficos.....</i>                          | 22        |
| 2.1.1.4      | <i>Aspectos Socioeconômicos.....</i>                       | 24        |
| 2.2          | ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO.....                       | 27        |
| <b>2.2.1</b> | <b>Educação Básica .....</b>                               | <b>27</b> |
| 2.2.1.1      | <i>Etapas da Educação Básica.....</i>                      | 27        |
| 2.2.1.2      | <i>Educação Infantil.....</i>                              | 27        |
| 2.2.1.3      | <i>Ensino Fundamental.....</i>                             | 34        |
| 2.2.1.4      | <i>Ensino Médio.....</i>                                   | 46        |
| 2.3          | MODALIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO                         | 52        |
| <b>2.3.1</b> | <b>Educação Especial.....</b>                              | <b>52</b> |
| <b>2.3.2</b> | <b>Política de Alfabetização .....</b>                     | <b>57</b> |
| <b>2.3.3</b> | <b>Educação em Tempo Integral.....</b>                     | <b>59</b> |
| <b>2.3.4</b> | <b>Qualidade da Educação Básica.....</b>                   | <b>60</b> |
| <b>2.3.5</b> | <b>Educação de Jovens e Adultos (EJA) .....</b>            | <b>74</b> |
| <b>2.3.6</b> | <b>Educação Profissional de Nível Médio.....</b>           | <b>79</b> |
| <b>2.3.7</b> | <b>Ensino Superior.....</b>                                | <b>81</b> |
| 2.4          | VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....             | 85        |
| 2.5          | GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO.....                  | 92        |
| 2.6          | RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.         | 98        |

|              |  |            |
|--------------|--|------------|
| <b>2.6.1</b> | <b>Investimento Público em Educação.....</b>       | <b>99</b>  |
| <b>3</b>     | <b>DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....</b> | <b>104</b> |
| 3.1          | DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....        | 104        |
| <b>4</b>     | <b>ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME.....</b>      | <b>128</b> |
|              | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                            | <b>129</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação - PME de Curaçá é o resultado de uma construção coletiva que envolveu todos os segmentos educacionais e a sociedade como um todo, tendo como referência os Planos Nacional e Estadual de Educação.

O documento reúne um diagnóstico da realidade educacional e propõe diretrizes e metas para os próximos dez anos, com o objetivo de orientar o Poder Público Municipal, na superação dos problemas existentes no município, que comprometem a qualidade da Educação ofertada. Considerando que os recursos públicos destinados à educação são limitados e insuficientes para atender todas as demandas educacionais da população, o PME define prioridades, na perspectiva de contemplar as necessidades mais urgentes.

O PME também indica atribuições de outras instâncias governamentais e sociais, para que, de forma colaborativa, sejam alcançadas as metas previstas para o próximo decênio. A sua elaboração teve como ponto de partida o contexto nacional, a legislação vigente e as necessidades apresentadas pela sociedade.

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 13.005/2014, como documento precursor do PME, determina que, a partir de seus pressupostos, diretrizes e metas, cada município construa o seu Plano de Educação. Vale ressaltar que a construção do PNE está prevista na Lei 9.394/96 como uma obrigação da União em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e Municípios (Art. 9º, I). Assim, a elaboração do PME converge tanto para o cumprimento da legislação, quanto, principalmente, para o repensar da Educação do município, com a possibilidade de projetá-la, de forma organizada e coletiva, para os **próximos dez anos**. Espera-se com isto, atender aos anseios dos munícipes, sendo coerente com toda a conjuntura social, política e cultural do país.

Como a elaboração do PME é uma responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – SEMED, e seu processo de organização e construção fez parte de três momentos distintos e importantes na trajetória político-administrativa do município, será preciso historiar esse percurso iniciado no ano de 2005 com a criação do Comitê Municipal do PME –



Decreto nº 195/2005. Este processo foi impulsionado pela Lei 10.172/2001<sup>1</sup> a qual determina em seu artigo 2º que os municípios, com base no PNE, deverão elaborar seus planos decenais de educação.

O Conselho Municipal de Educação – CME ficou responsável pela coordenação das atividades que dariam origem ao documento do PME. Em novembro de 2005 realizou-se o primeiro encontro com todos os segmentos da educação pública e privada do município para constituição de grupos de trabalho, posteriormente nomeados pela Portaria nº 123/2006.

Muitos fatores intervenientes dificultaram e impediram o andamento dos trabalhos relacionados ao PME, dentre eles podemos citar: a dificuldade de reunir os grupos de trabalho e outras demandas que foram tirando o PME do foco da SEMED. Com isto, as atividades referentes ao PME foram, gradativamente, paralisadas e os dados, até então pesquisados, foram arquivados para posterior análise.

A retomada dos trabalhos do PME aconteceu somente no ano de 2009, numa outra gestão administrativa. Uma nova Comissão Executiva foi formada, através do Decreto nº 48, de 04 de junho de 2009 e o município passou a fazer parte do Programa de Apoio à Educação Municipal – PROAM, cujo objetivo era orientar os municípios baianos a construir seus PMEs.

Um novo movimento de constituição de grupos de trabalho e de estudos para coletas de novos dados foi iniciado. Sabe-se, porém, que desenvolver uma atividade cuja construção precisa ser coletiva, como no caso o PME, não é uma tarefa simples. Muitos percalços dificultam ou até mesmo impedem, ainda que momentaneamente, a caminhada. Assim, mais uma vez esse trabalho foi paralisado, em 2012, e o PME, já tomando forma, ficou no aguardo de um outro momento futuro.

Todavia, não se esperou muito para que esse novo momento chegasse. No ano seguinte, (2013), na atual gestão administrativa, a SEMED, embalada pelos adventos da Conferência Nacional de Educação - CONAE 2013, realizou a II Conferência Municipal de Educação, vendo nesse evento a possibilidade de coletar dados importantes para serem utilizados no documento do PME.

---

<sup>1</sup> Aprova o Plano Nacional de Educação 2001/2011.

Tinha-se a consciência da urgência em dar continuidade aos trabalhos que levariam à conclusão do documento. Entretanto, a SEMED, só voltou sua atenção para o PME no final do ano de 2014, quando, já se sentindo pressionada a prestar conta desse documento à União, tomou as providências necessárias para agilizar a continuidade do seu processo de construção.

Em fevereiro de 2015, a nova Comissão Executiva, agora denominada Grupo Colaborativo, foi formada, através Decreto nº 29/2015 e os trabalhos recomeçaram, desta vez, com data marcada para sua conclusão, visto que o prazo limite para entrega do documento final do PME seria até o mês de junho/2015, conforme estabelece a Lei do Novo PNE.

Foram formadas onze Comissões Representativas, incumbidas de realizar as pesquisas e estudos sobre o diagnóstico da educação no município. No mês de abril o Grupo Colaborativo, com o apoio das Comissões Representativas, realizou cinco miniconferências, na sede e em localidades do campo, possibilitando a participação de toda a comunidade escolar e de outros segmentos da sociedade, no processo de elaboração do PME. Nesse mesmo mês, o município voltou a receber o apoio do Estado, através da assessoria do PROAM.

Uma vez concluída a versão preliminar do documento, realizou-se a Audiência Pública para a Apreciação do PME, no dia 08/06/2015, com a participação de representantes de todos os segmentos educacionais e sociais do município, dando-se a oportunidade para que possíveis intervenções fossem feitas.

Todo este processo de constituição do PME reafirma-o como um documento construído por várias mãos e mostra que sua elaboração envolveu esforço, pesquisa, estudo, tomada de decisões, reuniões, avaliações e compromisso por parte de todos que, de uma forma ou de outra, participaram do processo, e que, por isto mesmo, torna-o democrático, desde a elaboração.

As ações que serão desenvolvidas tanto na/pela SEMED quanto nas diversas etapas e modalidades da Educação Municipal terão como foco o alcance dos objetivos propostos, sem perder de vista a importância do envolvimento de toda a sociedade para atingir esses objetivos e metas, além de assegurar a sua implantação e implementação de forma eficiente. Vale ressaltar,

também, que o PME é um plano de estado e não de uma gestão, que deve nortear as ações da Educação por uma década.

O Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do PME, propondo, sempre que necessárias, alterações para atender as demandas educacionais.

Ademais, o PME é o principal instrumento que direcionará as ações em busca da educação de qualidade para a população do município de Curaçá, devendo contribuir para que as discussões sobre a criação do Sistema Municipal de Educação possam ganhar força e este seja consolidado, dando maior autonomia à gestão pública municipal.

## **2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO**

### **2.1 Caracterização do Município**

#### **2.1.1 Aspectos Históricos**

A literatura<sup>2</sup> registra dados históricos de Curaçá a partir do século XVI, especificamente a partir de 1562, época em que o jesuíta Luís de Gran inicia os trabalhos de catequese com os índios Urukuius da Nação Tapuia e tribos dos Cariris, Atikum e Tumbalalá, que habitavam o Vale do São Francisco.

Pelos idos de 1593, o bandeirante Belchior Dias Moreira cruza os campos de Corassá, em busca de minas de salitre na Serra da Borracha.

O atual Município de Curaçá tem sua origem na Missão de Pambu, que servia de referência para a região e alcançou projeção após o aparecimento de uma imagem de Santo Antônio trazida, segundo a lenda, pelas águas do rio São Francisco. Atraindo romarias, Pambu cresce; em 1696, passa à Ouvidoria de Sergipe; em 1697 é elevado a Curato; em 1724, torna-se paróquia; em 1722, passa da Ouvidoria de Sergipe para a de Jacobina e, em 1743, é promovido a julgado.

Em 1809, o padre José Antônio de Carvalho Matos instala-se no local denominado Porto de Capim Grosso e inicia seus trabalhos missionários, atraindo alguns fieis em torno de um cruzeiro. Ao saber da notícia, Dona Feliciano Maria de Santa Tereza de Jesus, esposa de Florêncio Francisco dos Santos, proprietário de terras nos arredores, resolve deslocar-se da fazenda Canabrava e fixar residência no sítio Bom Jesus da Boa Morte ou Porto de Capim Grosso. Com a ajuda de Dona Feliciano e o empenho do padre, foi edificada a igreja sob a invocação de Bom Jesus da Boa Morte que dá o primeiro nome ao novo povoado.

Por força do Decreto Imperial de 6 de julho de 1832, o povoado de Pambu foi elevado à vila, com definição da área territorial, que abrangia os atuais municípios de Curaçá, Abaré, Chorrochó, Macururé, sendo definida também a composição do Colégio eleitoral. Esta é considerada a data de criação do atual município de Curaçá.

---

<sup>2</sup> Dados podem ser encontrados nos livros Opara e Caminhos de Curaca de autoria de Esmeraldo Lopes.

A partir da Resolução nº 488, de 6 de junho de 1853, a sede da vila de Pambu é transferida para a povoação de Bom Jesus da Boa Morte, alterando seu nome para Capim Grosso, Vila que pelo Ato nº 59 de 10.08.1890 passou a ser denominada Curaçá - que se presume, no dialeto tupy, ter como significado: “paus trançados”, cruz, sinal de libertação - e os nativos, curaçaenses.

Ao perceber, em seus estudos, que havia muitos municípios cuja sede era denominada de vila, o IBGE recomendou a criação de um decreto-lei determinando que toda povoação sede de um município fosse denominada cidade e que fossem denominadas vilas, as sedes dos distritos. De forma que, em 25.03.1938, com a criação do Decreto-Lei nº 311 e o Decreto Estadual nº 10.724, de 30.03.1938 todas as sedes de municípios passaram a ser denominadas de cidades, entre elas, Curaçá.

Em 1953, o município comemorou o seu primeiro centenário, levando em consideração a data de transferência da sede, da antiga vila do Pambu para o então, povoado de Capim Grosso. O registro desse evento consta de uma publicação conhecida como Álbum do Centenário, que enfoca importantes momentos da história da cidade e de seus filhos ilustres. Destaque-se que, nessa festividade, a participação dos vaqueiros, deu origem à Festa dos Vaqueiros, hoje uma das mais tradicionais do país, que reforça a ideia de a cidade ser a “capital dos vaqueiros”, como anuncia o seu pórtico.

Ainda em 1953, pela Lei Estadual nº 628, de 30.12.1953, foram criados os distritos de Poço de Fora e Riacho Seco. Pela mesma lei, o distrito de Ibó deixa de pertencer a Curaçá e é anexado ao município de Chorrochó, que havia sido desmembrado das terras curaçaenses, no ano anterior. A atual divisão territorial é datada de 01.07.1960, ficando o município constituído por cinco distritos: Curaçá (sede), Barro Vermelho, Patamuté, Poço de Fora e Riacho Seco.

Os professores, Fausto Luiz de Souza Cunha e Antônio Carlos Magalhães publicaram em 1965, na Revista Delfos, nº 5, da Associação dos Diplomados da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade da Guanabara, artigo sobre a “*Viagem de reconhecimento geológico e paleontológico à região de Curaçá, Bahia*”. O estudo realizado naquela época considerou a possibilidade da existência de riquíssimos depósitos pleistocênicos na região.

Nos fins dos anos 70 e início dos anos 80 surge o Jornal Asa Branca, o primeiro periódico impresso da cidade. Apesar de prestar importantes serviços de comunicação cobrindo todo o município, não durou muito tempo, deixando de circular alguns anos depois da sua criação. Ainda na mesma década, em 1985, foram encontrados na caatinga curaçauense três exemplares da espécie *cyanopsitta spixii*, a ararinha-azul, considerada extinta desde os anos 70. Durante dez anos, de 1990 a 2000, quando a ave desapareceu da região, cientistas do IBAMA, por meio do Projeto Ararinha-Azul, tentaram proteger o último exemplar da espécie na natureza. A ave azul-celeste virou símbolo da cidade e afamou Curaçá como a “terra da ararinha-azul”.

Em 1996 o município criou, através da Lei nº 041/98, a Comissão Municipal Pró-Agenda 21 Local, tornando-se um dos pioneiros no país, a discutir e elaborar a Agenda 21 (local e distrital), finalizada e publicada em dezembro de 2004. O documento, que tem como premissa o desenvolvimento sustentável, ainda hoje é referência para outros municípios brasileiros.

O sociólogo Esmeraldo Lopes publicou em 2000 o livro *Caminhos de Curaçá*, considerada uma das principais obras sobre a memória curaçauense, assim como a *Descrição Histórica e Geográfica do Município de Curaçá (1926)*, de João Mattos, uma espécie de enciclopédia local.

No período de 1997 a 2000 o município de Curaçá passou por grandes transformações, principalmente, no que diz respeito à Educação. A Secretaria Municipal de Educação, através de importantes parcerias, como IRPAA, UNICEF, Fundação Abring, Uneb-DCH de Juazeiro, implantou ações que asseguraram avanços na prática escolar, iniciando-se a experiência da **Educação para convivência com o semiárido**, que resultou na construção da Proposta Político-Pedagógica para as escolas municipais, construída coletivamente, cujo documento foi elaborado pelos professores Josemar da Silva Martins (Pinzoh) e Aurilene Rodrigues Lima, ambos da Universidade do Estado da Bahia, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Intitulada *Educação com o pé no chão do sertão*, a proposta só foi publicada em 2004.

Em setembro de 2006, foi inaugurada a rádio comunitária Curaçá FM, uma das conquistas mais importantes para a comunicação local e integração da comunidade.

Em 2009, após escavações, coordenadas pela UFBA, nos sítios arqueológicos do Serrote Velho Chico e Fazenda Salão, foram encontrados resquícios de comunidades indígenas, em diferentes estágios de evolução, que habitaram a região.

No final de 2012, Curaçá recebeu um novo projeto, agora intitulado *Ararinha na Natureza*, visando à conservação da caatinga, para, em um esforço coletivo, devolver a ararinha-azul ao seu *habitat* natural.

Dentre os aspectos culturais do município, destacam-se a marujada, os vaqueiros, as rodas de São Gonçalo, o pastoril, os índios e as diversas manifestações artísticas, culturais e religiosas; os casarões, o teatro centenário e todo o patrimônio arquitetônico, que ainda resistem à atrocidade do tempo; a ararinha-azul, os músicos, os poetas, os escritores e todo seu povo têm contribuído para que Curaçá seja uma cidade abundantemente cultural e histórica, de importância *sui generis* para Bahia, para o Brasil e para o Mundo.

#### **2.1.1.2 Aspectos geográficos**

A divisão política instituída através do Decreto-Lei nº 311 e o Decreto Estadual nº 10.724, de 30.03.1938 permite caracterizar o município de Curaçá da seguinte forma: localizado no extremo norte da Bahia, a 592 km da capital, o município de Curaçá está situado na região econômica do baixo-médio São Francisco, inserido no polígono das secas, semiárido nordestino. A temperatura média anual é de 24,9°C. As chuvas ocorrem nos meses de janeiro a março e a pluviosidade média anual é de 452mm, o que o coloca na condição de alto risco de secas.

Faz divisa com o estado de Pernambuco e limita-se com os municípios baianos: Uauá, Jaguarari, Chorrochó, Abaré e Juazeiro. Tem uma área territorial de 6.476 km<sup>2</sup>, está dividido em 5 distritos – Sede Urbana, Riacho Seco, Poço de Fora, Barro Vermelho e Patamuté; 03 povoados – Mundo Novo, São Bento e Pedra Branca – e, 13 agrovilas, área de reassentamento da população atingida pela barragem Itaparica.

Figura 1 – Mapa do Município de Curaçá.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto/2105.

O mapa mostra que os distritos e povoados são bastante dispersos, distantes da sede do município e suas localizações são de difícil acesso. Tal situação interfere no acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação às escolas, tanto pela dificuldade de acesso, feito por estradas de chão, como pela distância em que se encontram da sede.

A vegetação que predomina no Município é a rasteira, denominada Caatinga arbórea aberta. Seu solo é propício para a agricultura e pecuária. Possui uma diversidade de ervas nativas, muito apreciadas pelos criatórios.

No subsolo do Município existe uma variedade de minerais passíveis de exploração, como: ametista, amianto, calcário, calcita, cobre, cristal de rocha cromo, granada, mármore, salitre (IBGE, 1980). O relevo é caracterizado como pediplano sertanejo, várzeas e terraços aluviais.

A bacia hidrográfica do município é constituída pelo rio São Francisco, tendo como principal afluente, o rio Curaçá. Considera-se que o município possui uma bacia favorável para a captação de água das chuvas periódicas, pela enorme quantidade de riachos grandes e pequenos, propícios para construção de barragens, tanques e açudes; um vasto lençol subterrâneo com profundidade média de 30 metros, além do privilégio de ter 120km de margens banhadas pelo rio São Francisco, fonte de sobrevivência e renda, através da pesca e do desenvolvimento da agropecuária por meio da irrigação.



### 2.1.1.3 Aspectos Demográficos

A Tabela 1 traz dados sobre a população residente por sexo e localidade registrados nos últimos dois censos:

**TABELA 1 – População do Município de Curaçá.**

| ANOS | Total da População | Total de Homens | Total de Mulheres | Total da População Urbana | Total da População Rural | Taxa de urbanização |
|------|--------------------|-----------------|-------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------|
| 2000 | 29.005             | 14.824          | 14.182            | 10.775                    | 18.230                   | 37,15%              |
| 2010 | 32.168             | 16.467          | 15.701            | 13.719                    | 18.449                   | 42,65%              |

Fonte: IBGE (2010). Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010)  
Acesso em: 28/03/2015.

Pelos dados do censo do ano de 2010, a população do município de Curaçá era de 32.168 habitantes, com densidade demográfica de 4,98 hab/km<sup>2</sup> (Atlas Brasil, 2013). Do total geral de pessoas, 13.719, o que representa 42,65% da população vivem na zona urbana e 18.449, representando uma parcela maior da população, 57,35% residem na zona rural.

De acordo com o Atlas Brasil (2013), a taxa de crescimento populacional do município, 2000 a 2010, foi em média 1,04%, enquanto que, a do Brasil foi de 1,01%, no mesmo período. Também, podemos observar que, embora a maior parte da população concentre-se na zona rural, houve crescimento na taxa de urbanização.

Acreditamos que um dos fatores mais significativos que provocou essa migração tenha sido o longo período de estiagem, pelo qual o município vem passando nos últimos dez anos, obrigando as pessoas a buscarem outras condições de vida e sustento. Agregam-se a esse, outros fatores como: a facilidade de adquirir-se uma casa própria, através dos programas de financiamento do Governo Federal; a busca por novas oportunidades de estudo, emprego; melhorar a renda familiar, entre outros.

A população estimada pelo IBGE, para o ano de 2014, foi de 34.974 habitantes. Se esta estimativa se confirmar, o crescimento populacional no município foi de 2.806 habitantes ao longo de 3 anos. Porém, a matrícula do ano de 2014, na rede municipal de ensino caiu 9,1% em relação à de 2013.

Ainda, a Tabela 2 evidencia dados que podem contradizer essa estimativa, conforme podemos averiguar:

**Tabela 02. Informações sobre o Município de Curaçá**

| População (1)<br>(Localização / Faixa Etária) | Ano     | 0 a 3 anos | 4 a 5 anos | 6 a 14 anos               | 15 a 17 anos | 18 a 24 anos                 | 35 anos | Mais de 35 anos | Total  |
|---|---------|------------|------------|---------------------------|--------------|------------------------------|---------|-----------------|--------|
| Urbana  | 2000    | 957        | 481        | 2.230                     | 830          | 1.427                        | 1.774   | 3.076           | 10.775 |
|   | 2007    | 991        | 489        | 2.377                     | 733          | 1.879                        | 2.231   | 4.061           | 12.761 |
|   | 2010    | 1.027      | 552        | 2.515                     | 906          | 1.723                        | 2.373   | 4.623           | 13.719 |
| Rural   | 2000    | 1.683      | 881        | 3.932                     | 1.415        | 2.426                        | 2.169   | 5.559           | 18.065 |
|   | 2007    | 1.396      | 782        | 3.746                     | 1.193        | 2.647                        | 2.867   | 6.541           | 19.172 |
|   | 2010    | 1.267      | 731        | 3.422                     | 1.187        | 2.373                        | 2.865   | 6.592           | 18.437 |
| Total   | 2000    | 2.640      | 1.362      | 6.162                     | 2.245        | 3.853                        | 3.943   | 8.635           | 28.840 |
|   | 2007    | 2.387      | 1.271      | 6.123                     | 1.926        | 4.526                        | 5.098   | 10.602          | 31.933 |
|   | 2010    | 2.294      | 1.283      | 5.937                     | 2.093        | 4.096                        | 5.238   | 11.215          | 32.156 |
| PIB (2)                                       | IDH (3) | IDI (4)    |            | Taxa de analfabetismo (5) |              |                              |         |                 |        |
| 122.529                                       | 0.581   | 0.53       |            | População de 15 anos      |              | População de 15 anos ou mais |         |                 |        |
|   |         |            |            | 17.10                     |              | 31.80                        |         |                 |        |

Fonte: IDE (2000, 2007, 2010). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ide/2000,2007,2010/gerartabela.php> Acesso em: 19/03/2015.

Os dados mostram que a população geral de 0 a 3 anos está em decréscimo, visto que de 2000 para 2010, houve uma baixa de 15,08% dessa população, ocasionado, principalmente, pelo baixo índice de natalidade na zona urbana. A maior parcela de crianças de 0 a 5 anos, concentra-se na zona rural o que implica maior atenção em relação à oferta de vagas em creches e pré-escolas para atender essa demanda.

O mesmo se aplica às populações de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos, a maior parte concentra-se na zona rural e ambas estão em decréscimo. A primeira caiu 3,8% de 2000 para 2010 e a segunda 7,26% em relação a esse mesmo período.

Este decréscimo está impactando diretamente na redução progressiva das matrículas da Educação Básica, fato que está ocasionando a excedência de professores e impossibilitando oferta de diferentes etapas da educação em algumas localidades.

A população de até 17 anos representa em 2010 36,09% do conjunto de habitantes, enquanto que a população com mais de 35 anos representa 38,87% do conjunto de habitantes.

O município tem uma taxa de analfabetismo elevada, principalmente, entre a população com mais de 15 anos, conforme evidencia-se na tabela acima. No geral, são 3.525 pessoas com idade entre 15 anos e mais de 60 anos que nunca frequentaram a escola, até 2010. Algumas medidas para minorar esta situação têm sido realizadas pela SEMED, a exemplo da ampliação da oferta de EJA nas escolas do campo.

Em relação aos serviços de saúde, o Município conta com:

**Tabela 03. Estabelecimentos de saúde por tipo e localização**

| Localização | Unidade e Saúde da Família | Números de estabelecimentos de saúde |                    |                               |                     |                             | Total |
|-------------|----------------------------|--------------------------------------|--------------------|-------------------------------|---------------------|-----------------------------|-------|
|             |                            | Unidade Básica de Saúde              | Unidades Indígenas | Unidade de Atenção Secundária | Unidade de Satélite | Unidade Pré-Hospitalar/SAMU |       |
| Urbana      | 04                         | 01                                   | -                  | 03                            | -                   | 1                           | 09    |
| Rural       | 05                         | -                                    | 02                 | -                             | 02                  | -                           | 09    |

**Fonte:** Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNS/2015

O município dispõe de apenas uma unidade hospitalar, que por sua vez só realiza atendimento de urgência e emergência, resolvendo os casos simples que não necessitem de procedimentos cirúrgicos e ou exames complexos. Casos dessa natureza são encaminhados para as cidades de Juazeiro-BA ou Petrolina-PE.

#### **2.1.1.4 Aspectos Socioeconômicos**

No município de Curaçá existem 8.690 domicílios particulares, sendo 4.914 localizados na zona rural e 3.776 na urbana. Segundo dados do IBGE (2010), o município apresenta uma distribuição de renda concentrada em até dois salários mínimos como rendimento mensal domiciliar.

O setor primário predomina na economia de Curaçá, particularmente, a agropecuária. A extensão de 120km do rio São Francisco que corta o município, torna-o propício ao cultivo de diversas culturas, destacando-se aquelas que, com

o desenvolvimento da irrigação, surgiram como uma grande fonte de geração de renda e investimento.

No que se refere à pecuária, a grande extensão de caatingas favorece a criação de rebanhos, principalmente, a caprinocultura. A aquicultura também aparece como uma fonte de renda que aos poucos vem sendo cultivada no Município.

Ainda, a produção do leite de vaca, do mel de abelha e de ovos de galinha é destacada pelo IBGE (2010) como fonte de renda para a população do município de Curaçá.

Neste contexto, a população do Município de Curaçá concentra suas atividades no cultivo da terra e na criação de animais, que devem ser fortalecidas para gerar bens e produtos.

Essa realidade econômica possibilitou que nos anos de 1999 a 2002, o Município vivenciasse uma experiência de escola com base na pedagogia de alternância, quando a SEMED instalou a Casa Familiar Rural cujo trabalho era voltado para as potencialidades locais, possibilitando uma educação diferenciada para os alunos do campo, na perspectiva de profissionalização e viabilização da agricultura sustentável.

Dos 32.168 habitantes do município apontados pelo censo 2010, 16.467 são homens e destes, 8.419 foram apontados como pessoas economicamente ativas e, das 15.701 mulheres residentes no município, apenas 4.436 estão inseridas no mercado de trabalho.

Dentre os 5.565 municípios brasileiros, Curaçá ocupa a 4614<sup>a</sup> posição.

**Tabela 04. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

| Indicador               | Indicadores de Renda e Pobreza (taxas) |        |        |
|-------------------------|--|--------|--------|
|                         | 1991                                   | 2000   | 2010   |
| IDH – municipal         | 0,291                                  | 0,424  | 0,581  |
| Renda <i>per capita</i> | 141,15                                 | 184,44 | 236,77 |
| Proporção de pobres     | 72,61                                  | 60,54  | 43,82  |

|                                  |       |       |       |
|----------------------------------|-------|-------|-------|
| Proporção de extremamente pobres | 44,19 | 30,46 | 23,29 |
| Índice de Gini                   | 0,54  | 0,55  | 0,51  |

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/2013.

Percebe-se uma mudança significativa na elevação do IDHM entre os anos de 1991 a 2010. Observando-se que no período de 1991 a 2000 essa mudança fez com que Curaçá, passasse de 0,291 para 0,424, com taxa de crescimento de 45,70%; e de 0,424 em 2000 para 0,581 em 2010, com uma taxa de decréscimo de 37,03%.

Segundo informações contidas no Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), Longevidade foi a dimensão que teve a maior contribuição para o aumento do IDHM, com índice de 0,778, comprovando que as questões relacionadas a oportunidades de estudo e de renda ainda são pontos frágeis, necessitando de mais atenção. Em segundo lugar ficou Renda, com índice de 0,544 e por último Educação, com 0,463. Ainda, a mesma fonte aponta que em termos absolutos, a Educação, no período de 2000 a 2010, foi quem mais cresceu, seguida por Longevidade e por Renda.

O Índice do Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,581 (IBGE, 2010), se encontra abaixo da média Estadual de 0,660 e aponta que políticas sociais, de educação e renda, precisam ser implementadas no Município.

## **2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO**

### **2.2.1 Níveis da Educação: Educação Básica e Superior**

#### 2.2.1.1 Etapas da Educação Básica

#### 2.2.1.2 Educação Infantil

A Educação Infantil representa um segmento importante do processo educativo, mas nem sempre assumiu este lugar. O surgimento do atendimento à infância foi marcado pelo assistencialismo numa época em que, com o advento da industrialização, as mulheres começavam a inserir-se no mercado de trabalho e, assim, necessitavam de algum lugar para deixar seus filhos e de alguém que lhes dispensasse os devidos cuidados durante suas ausências.

As primeiras atividades referentes aos cuidados com a infância, no Brasil, foram caracterizadas pela concepção de evangelizar, promover assistência, amparo e proteção às crianças, provenientes de famílias carentes. Paulatinamente, mudanças significativas foram sendo operadas, como novas concepções de infância, e de atendimento a esse público, evidenciando-se a necessidade de oferecer atividades que possibilitassem o desenvolvimento da criança em seus diversos aspectos: afetivo, social e cognitivo.

A Consolidação da Lei do Trabalho - CLT (1943) determinou que as empresas oferecessem um espaço para atender os filhos de mães operárias, em período de amamentação. Essa determinação é referendada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Lei nº 4.024/61), com a inclusão da Educação Infantil no sistema de ensino, considerando-se no artigo 23 que, "A educação pré-primária destina-se aos menores de sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins de infância".

A Lei nº 5.692/71 não definiu nenhum termo para designar a educação na faixa de idade anterior a sete anos, o que contribuiu para não estimular a sua expansão pelos organismos públicos.

Após 25 anos, desde a promulgação da Lei nº 5.692/71, a Educação Infantil passa a fazer parte da Educação Básica por determinação da LDBEN, n 9394/1996. De acordo com o artigo 30 desta Lei, deverá ser ofertada em

creches, para crianças de até três anos de idade e, em pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade.

O artigo 29 da Lei n. 12.796/2013 diz que a finalidade da Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, é promover o "[...] desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade."

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) argumenta que as creches e pré-escolas devem contribuir para o desenvolvimento da personalidade, da linguagem e para a inclusão social da criança. Atribui como papel destas instituições, o educar e o cuidar, como superação do modelo assistencialista, e coloca as brincadeiras como práticas essenciais que devem permear o trabalho neste segmento do ensino.

**a) O atendimento escolar à criança de zero a cinco anos no município de Curaçá.**

No Município de Curaçá, registra-se a primeira escola de Educação Infantil no ano de 1980, denominada Escolinha Municipal Chapeuzinho Vermelho, que funcionava numa casa chalé e atendia a uma turma de 35 crianças na faixa etária de 4 a 5 anos.

A Escolinha Municipal Chapeuzinho Vermelho tem registro no Diário Oficial de 08 de abril de 1996 pelo decreto de nº 022/96. Atualmente, além da Educação Infantil, atende os Anos Iniciais do Ensino Fundamental<sup>3</sup> e aguarda transferência para novo prédio com 12 salas de aula, em construção através do apoio do PAR.

As primeiras creches do município foram instaladas no ano de 1983, posteriormente, receberam nomes de professoras que tiveram seus trabalhos destacados nas comunidades. Na sede do município, a Creche Municipal Professora Excelda do Nascimento com um total de 60 matrículas e, no distrito de Riacho Seco, a Creche Municipal Josefa Bernardes do Nascimento com 20

---

<sup>3</sup> A oferta de matrículas para os Anos Iniciais do EF foi iniciado no ano de 2003.

crianças matriculadas. Atuavam sob a responsabilidade do Setor de Assistência Social e visavam apenas o atendimento assistencialista das crianças.

Para cumprimento do que estabelece a LDBEN nº 9.394/96, que atribui, além da função de cuidar, também a de educar, as creches passaram a ser de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, que em 1998 ampliou o atendimento com a criação da Creche Municipal Mãe Sérgia, localizada em um bairro populoso da cidade.

Nos dias atuais, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - SEMED atende 279 crianças de 0 a 3 anos, distribuídas em três creches e, 999 crianças de 4 a 5 anos distribuídas em 82 turmas de pré-escola, sendo que destas, 31 turmas são regulares, 16 são multisseriadas (1º e 2º períodos) 35 multisseriadas (pré-escola e anos iniciais).

A SEMED é também responsável pela fiscalização do funcionamento de escolas particulares de Educação Infantil. No município, conta-se apenas duas unidades da rede particular de ensino que atendem a essa etapa de ensino.

Este Plano Municipal de Educação expressa a compreensão de criança, como um ser social, capaz de produzir conhecimento no meio onde está inserida. Enfatiza que o trabalho com o público da Educação Infantil deve ser no sentido de promover o seu desenvolvimento social, cognitivo e psicológico, tendo como ponto de partida o seu contexto, sem perder de vista, que a relação entre o cuidar e educar, deve considerar o direito da criança: às brincadeiras; de estar em contato e explorar a natureza; à alimentação saudável; à capacidade de se expressar; de receber carinho e afeto; à saúde; à higiene e, ao desenvolvimento de sua identidade.

### **Diagnóstico**

O atendimento da Educação Infantil, no município de Curaçá, é feito na rede pública e privada, sendo que o setor público detém o maior número de matrícula desta população.



**Tabela 05. Evolução da matrícula da Educação Infantil no município Curaçá/BA, por dependência administrativa e localização, período 2010 a 2014.**

| Anos | Municipal |       | Estadual |       | Particular |       | Total |
|------|-----------|-------|----------|-------|------------|-------|-------|
|      | Urbana    | Rural | Urbana   | Rural | Urbana     | Rural |       |
| 2010 | 552       | 945   |          |       | 210        |       | 1.707 |
| 2011 | 548       | 847   |          |       | 220        |       | 1.615 |
| 2012 | 556       | 839   |          |       | 205        |       | 1.600 |
| 2013 | 595       | 729   |          |       | 219        |       | 1.613 |
| 2014 | 566       | 810   |          |       | 207        |       | 1.583 |

**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/ 2015.

Os dados demonstram que não houve evolução da matrícula entre os anos de 2010 a 2014. Observa-se, no total geral, uma queda de 7.83% da matrícula entre o primeiro e o último ano de referência.

Importante lembrar que a tendência de queda da matrícula na Educação Infantil é atribuída também, à implementação do Ensino Fundamental de nove anos, que passou a receber alunos de 6 anos de idade.<sup>4</sup>

O total de matrícula na zona urbana, incluídas as redes pública e privada, mantém-se inferior ao total de matrículas na zona rural. E, embora seja na zona rural onde se concentra a maior parcela da população de Educação Infantil, é lá, também, onde se encontram as condições mais precárias para o atendimento.

Cabe destacar que, entre os anos de 2013 e 2014, a taxa de crescimento de nascidos vivos no Município foi de 14,16%.

**Tabela 6. Frequência por ano de nascimento, segundo o Município Residente, Curaçá/BA.**

| Nascidos Vivos – Bahia |         |      |
|------------------------|---------|------|
|                        | Período |      |
|                        | 2013    | 2014 |
| Município Residente    | 459     | 524  |

<sup>4</sup>Lei nº 11.274 foi promulgada no ano de 2006, mas a oferta de matrícula no Ensino Fundamental para crianças de 6 anos no Município, se deu a partir do ano de 2008.

**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde, 2014.

Deve-se considerar a falta de registro de crianças que nascem em casa, principalmente, na zona rural, assim como, das que nascem em cidades circunvizinhas. Ações das Secretarias de Saúde e Ação Social têm sido realizadas, no sentido de conscientizar a população sobre a importância do registro de nascimento.

Observamos que a tabela apresenta uma média de 450 nascimentos ano, dado que aponta a necessidade de aumentar a oferta de vagas em creches para esta população. Porém, o município não dispõe de estrutura física adequada para efetivar essa ação de imediato. A busca por convênios junto ao Governo Federal para a construção de creches tem sido uma constância.

Outro problema que agrava a situação do número da matrícula na Educação Infantil é o fato de o município não ter condições de atender 100% da população de 0 a 3 anos.

**Tabela 7. Taxa de escolarização<sup>5</sup> da Educação Infantil do município de Curaçá/BA (2010)**

| <b>Segmentos</b>        | <b>População (A)</b> | <b>Matrícula (B)</b> | <b>Não matriculados</b> | <b>Taxa (C)%</b> |
|-------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|------------------|
| Creche (0 a 3 anos)     | 2.294                | 482                  | 1.812                   | 21.01%           |
| Pré-Escola (4 a 5 anos) | 1.283                | 1.225                | 58                      | 95.47%           |
| Total (0 a 5 anos)      | 3.577                | 1.707                | 1.870                   | 47.72%           |

**Fontes:** IBGE (2010). Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=290990>; INEP (2010). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/> Acesso em: 16/04/2015.

A tabela revela um percentual mínimo de atendimento a crianças de 0 a 3 anos (21,01%), enquanto a meta nacional prevê que esse atendimento seja de, no mínimo, 50% até 2016. A população de 4 a 5 anos tem quase sua totalidade

<sup>5</sup>A taxa de escolarização refere-se à proporção de pessoas de uma determinada faixa de idade que frequenta a escola, em relação ao total de pessoas na mesma faixa etária.

atendida (95,47%), estando muito próximo de atingir a meta nacional de 100%, até 2016.

Diante desta realidade, o déficit de escolarização da população de 0 a 5 anos no município torna-se bastante expressivo.

**Tabela 8. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município Curaçá/BA, por localização (2010).**

| Localização | População de 0 a 5 anos (A) | Matrícula (B) | Escolarização % |
|-------------|-----------------------------|---------------|-----------------|
| URBANO      | 1.579                       | 762           | 48.25%          |
| RURAL       | 1.998                       | 945           | 47.29%          |

**Fontes:** IBGE (2010) para os dados de população; INEP (2010), para os dados de matrícula.

Tanto a zona urbana quanto a rural mantém um déficit considerável em relação ao atendimento na Educação Infantil. Na primeira, esse percentual chega a 51,75% e na segunda 52,71%.

Cabe destacar que, através da parceria com o PROINFÂNCIA – FNDE, o município foi contemplado com a construção de duas creches, uma na zona urbana e outra na zona rural, mais especificamente, no distrito de Riacho Seco, as quais deverão atender, em tempo integral, 240 crianças, mesmo assim, um número insuficiente para a demanda existente.

O município ainda não disponibiliza atendimento em tempo integral para crianças de 4 e 5 anos. Estas são acolhidas em tempo parcial, em turmas seriadas e multisseriadas (realidade presente na zona rural), distribuídas em escolas que atendem também, o Ensino Fundamental.

Muitos dos espaços e mobiliários disponíveis para a Educação Infantil são precários e insuficientes, uma realidade que se sobressai, principalmente, na zona rural do município.

A formação continuada para os docentes atuantes nesta etapa é feita pelos coordenadores pedagógicos da escola e da SEMED, carecendo ainda, de uma proposta de formação continuada específica para esse segmento de ensino.

A proposta pedagógica para as turmas da Educação Infantil sustenta-se nas Referências Nacionais para a Educação Infantil e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, além da Proposta Político- Pedagógica do Município. O último documento dá as diretrizes para o desenvolvimento do trabalho com as crianças que vivem no campo e, juntamente com documentos específicos, ajuda a nortear a prática pedagógica dos professores que atendem crianças indígenas e quilombolas.

O incentivo à prática da leitura, em uma idade propícia para se formar bons hábitos é uma rotina que se faz presente nessas turmas, e, considerando a importância da literatura infantil, o cantinho de leitura faz parte da organização de cada sala da Educação Infantil.

Com relação à organização do quantitativo de crianças por turma, a SEMED no que se refere às creches, obedece ao que preconiza o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº22/98, de 17/12/98 que limita o número de crianças por educador. Assim, um educador da turma de crianças de 0 a 2 anos atende oito crianças no máximo, em turmas de 3 anos o número chega a quinze crianças.

Na pré-escola esta organização obedece à Portaria Municipal nº 034/2010-15<sup>6</sup> que, em seu artigo 55, define o número máximo de 25 alunos por turma.

Os espaços disponíveis para a Educação Infantil no município, ainda não obedecem aos padrões exigidos pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade, visto a situação precária da maioria destes espaços.

No que se refere à questão da acessibilidade da pessoa com deficiência, a SEMED tem voltado a atenção para a adequação dos espaços como: construção de rampas, alargamento de portas, banheiros equipados, entre outros. As crianças que necessitam de atendimento especializado são encaminhadas para as salas de AEE.

---

<sup>6</sup> Refere-se ao Regimento Unificado para as Escolas da Rede Municipal do Ensino Municipal de Curaçá-BA.

Em relação às crianças que sofrem algum tipo de violência em casa e, portanto, que têm seus direitos violados, a escola encaminha para atendimento especializado no CREAS e ao Conselho Tutelar, para as devidas providências.

Por fim, acreditando que a parceria entre escola e família é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança, propõe-se uma prática constante de reuniões, atendimento individual previamente agendado pela escola, visitas em domicílio. No entanto, este é, ainda, um ponto frágil em muitas das nossas escolas, pois, por motivos diversos, muitas famílias deixam de comparecer, nesses momentos.

### **2.2.1.3 Ensino Fundamental**

A LDBEN nº 9.394/96 definiu o que é permitido ou não em termos educacionais e evidenciou a necessidade de uma reestruturação na educação do país, situando a Educação Básica como nível de escolarização responsável por oferecer a formação do educando para o exercício da cidadania, para o seu progresso no trabalho e em estudos posteriores.

Dentre os três subníveis que compõem a Educação Básica encontra-se o Ensino Fundamental, que, segundo a LDBEN, é “obrigatório e gratuito na escola pública” (Art. 32, p. 17) e tem como objetivo a “formação básica do cidadão”, devendo para tanto garantir ao educando o domínio da leitura, da escrita e do cálculo de modo que, avance também em outras aprendizagens indispensáveis para sua formação (Art. 32).

De acordo com a Lei, ao educando deverá ser garantida, uma jornada de no mínimo, quatro horas de “trabalho efetivo em sala de aula” (Art. 34), podendo ser ampliada para tempo integral, a critério dos sistemas de ensino (inciso 2). Sua duração obrigatória, conforme a Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, é de nove anos e o ingresso do educando aos seis anos de idade (Art. 3º, p. 1).

O Ensino Fundamental - EF compreende duas partes: uma inicial e outra final. A primeira é a etapa responsável pelos cinco primeiros anos desse sub-nível de ensino (1º ao 5º ano). Regularmente, sem considerar a distorção idade/série, acolhe educandos na faixa etária de 6 aos 10 anos. A segunda, anos

finais, responde pelos quatro últimos anos de ensino do EF e atende alunos na faixa etária de 11 a 14 anos, desconsiderando a distorção idade série.

A inclusão do aluno de seis anos no Ensino Fundamental, que antes fazia parte da Educação Infantil, decorre da ampliação desse nível de ensino de oito para nove anos, conforme reza a Lei nº 11.274/2006 e reafirma o Plano Nacional de Educação<sup>7</sup> (2001) através das metas<sup>8</sup> traçadas para o Ensino Fundamental. Essa mudança trouxe para os Municípios<sup>9</sup> brasileiros a tarefa de reorganizar essa etapa de ensino, considerando a nova estrutura em vigência. Isso implicou uma reestruturação tanto das Propostas Pedagógicas das redes municipais, quanto das Propostas Político-Pedagógicas das escolas que atendem a essa etapa do ensino.

Embora o MEC tenha oferecido suporte técnico-pedagógico às Secretarias de Educação, esta não foi uma tarefa simples de executar. De acordo com o 3º Relatório do Programa de Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos (BRASIL, 2006) muitos questionamentos e dúvidas, principalmente com relação à nomenclatura, permeavam as inquietações dos gestores educacionais.

A Resolução nº 3, de 3 de agosto de 2005 (BRASIL, 2005), em seu Artigo 2º, definiu que o Ensino Fundamental seria organizado em Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano). Porém, os sistemas de ensino tiveram autonomia para criar e implementar uma estrutura para esta etapa de ensino que melhor se adequasse à sua realidade educacional, considerando que qualquer “[...] possibilidade de organização do ensino fundamental em nove anos, demandam estudos, análises e reflexões por parte dos sistemas de ensino” (BRASIL, 2006, p. 5).

---

<sup>7</sup>Aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, com duração de dez anos, a partir da vigência desta lei.

<sup>8</sup> Conforme expresso neste documento: 2) Ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos (BRASIL, PNE, 2001, p.50).

<sup>9</sup> Está expresso no parágrafo 2º do artigo 211 da Constituição Federal de 1988, que os Municípios serão responsáveis pelo atendimento, de forma prioritária, desse nível de ensino (BRASIL, 1988).

O 3º Relatório do Programa de Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos (BRASIL, 2006) traz algumas possibilidades de organização do tempo no ensino fundamental de nove anos, implementadas por Secretarias de Educação. Destacamos na Tabela 9 três das nove possibilidades apontadas neste documento.

**Tabela 9: Nomenclaturas para Reorganização dos AIEF**

| Resolução nº3<br>CNE/CEB |        | Possibilidades de organização do Ensino Fundamental de nove anos criadas e implementadas pelos sistemas de ensino |                  |                        |
|--------------------------|--------|---|------------------|------------------------|
| <b>ANOS INICIAIS</b>     | 1º ano | Fase introdutória   | 1ª série básica  | Ciclo de Alfabetização |
|                          | 2º ano | 1ª série básica   | 1ª série regular |                        |
|                          | 3º ano | 2ª série  | 2ª série         | 2ª série               |
|                          | 4º ano | 3ª série  | 3ª série         | 3ª série               |
|                          | 5º ano | 4ª série  | 4ª série         | 4ª série               |

Fonte: Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos – 3º Relatório do Programa (BRASIL, 2006, p. 5).

Observa-se uma diversidade de nomenclatura atribuída ao EF, adotada conforme a conveniência e necessidade de cada sistema de ensino. Compreende-se que o primeiro ano, nos três exemplos é acolhido especificamente como a fase em que o aluno na idade de seis anos vai ser alfabetizado, embora o terceiro exemplo situe esse aprendizado em um intervalo maior de tempo. Contudo, o documento referendado deixa claro que essa fase não se restringe somente à alfabetização, faz-se necessário assegurar ao educando de seis anos “[...] seu pleno desenvolvimento em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo” (BRASIL, 2006, p. 9). Ademais, entendemos que os anos seguintes vão se ajustando conforme as propostas curriculares de cada sistema de ensino, que por sua vez devem corresponder às orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental.

O Ensino Fundamental de nove anos da rede pública de ensino do município de Curaçá foi organizado em anos iniciais (1º ao 5º ano), correspondendo à segunda possibilidade indicada na tabela acima, e anos finais (6º ao 9º ano).

**b) A oferta do Ensino Fundamental no município de Curaçá.**

Os primeiros registros de implantação da primeira etapa do Ensino Fundamental (antigo primário), no município de Curaçá, são datados do ano de 1832, quando a primeira escola pública primária foi criada na vila de Pambu, então, sede do município.

Em 1874, foi criada uma escola de anos iniciais, já em Curaçá, só para meninos e, no ano de 1876, a escola para meninas (MATOS, 1926.). As vagas eram limitadas, e nem todos tinham acesso à escolarização. Somente no final da década de 1940, houve uma ampliação das vagas, possibilitando que um número maior de meninos e meninas frequentassem a escola.

Como não havia investimento na construção de prédios escolares, era comum encontrar professores dando aula em casa, e estas aulas, quase sempre, tinham como principal método de ensino, o uso da palmatória e castigos, inclusive, de joelhos no chão ou em cima de caroços de milho. Ali, se ensinava a ler, escrever e contar.

Em 1936, iniciou-se, através do governo do Estado, a construção do primeiro prédio escolar que foi denominado Grupo Escolar Dr. Scipião Torres, cujas obras foram finalizadas em 1940.

Até meados dos anos 50, para dar continuidade à segunda etapa do EF (Anos Finais) a população do município de Curaçá buscava a escolarização em outras cidades, a exemplo de Juazeiro. Alguns pais esforçavam-se para garantir a conclusão dos estudos de seus filhos em outras regiões. No entanto, esta era a realidade de uma minoria, pois, nem todos tinham condições de manter os filhos estudando em outras cidades.

No ano de 1962 foi criado o primeiro ginásio da cidade, com o nome de Ginásio Municipal de Curaçá. Suas atividades foram iniciadas em 1963. O morador do campo que não tivesse condições de morar na cidade para estudar, continuava excluído do processo.

A expansão da oferta e da garantia de acesso ao EF no município, bem como, a busca por uma educação de qualidade, é algo recente, iniciado em meados da década de 1990. A partir de então, muitas mudanças foram dando outro contorno à educação municipal.



A preocupação com o homem do campo, com a população indígena, quilombola e reassentada, antes esquecidos, moveu a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMED, no sentido de promover uma educação que atendesse às especificidades de cada grupo. Assim, nasceu a Proposta Político-Pedagógica para as Escolas Municipais – Educação com o Pé no Chão do Sertão, propondo um ensino que atenda a toda diversidade existente no município.

Atualmente, a rede municipal de ensino conta com 57 escolas de EF, destas, apenas 14 ofertam os anos finais. Estão assim distribuídas: 6 na zona urbana, duas destas só ofertam os anos finais; e 51 em diferentes localidades da zona rural para atender a população do campo.

A rede estadual disponibiliza apenas 1 escola de anos finais na zona urbana. Na rede particular há duas escolas de anos iniciais também localizadas na zona urbana.

No ano de 2008, atendendo à determinação da Lei nº 11.274/2006, o município reorganizou o EF e passou a receber matrículas de crianças de 6 anos. Esta empreitada trouxe desafios para as escolas, sobretudo pedagógicos, pela necessidade de pensar numa prática que acolhesse a criança, considerando a sua infância e as diferentes dimensões de sua formação. Ainda, demandava da SEMED a reorganização dos espaços escolares, a compra de equipamentos e mobiliários adequados, a formação para os professores, a adequação curricular, entre outros. Tais desafios ainda precisam ser superados.

No que se refere à formação dos docentes que atuam com esse público, o município com a parceria do Governo Federal aderiu ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. E, para assegurar aos educandos o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, a SEMED, juntamente com os coordenadores pedagógicos das escolas estão elaborando a Proposta Curricular do Ensino Fundamental de nove anos.

### **Diagnóstico**

A migração da matrícula dos alunos de 6 anos para o EF, em virtude da sua ampliação de oito para nove anos de duração, deveria evidenciar evolução constante nas matrículas desta etapa, porém, não é isto que constatamos nos dados a seguir:

**Tabela 10: Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Curaçá, por dependência administrativa e localização (2010/2014).**

| Anos | Municipal |       | Estadual |       | Particular |       | Total |
|------|-----------|-------|----------|-------|------------|-------|-------|
|      | Urbana    | Rural | Urbana   | Rural | Urbana     | Rural |       |
| 2010 | 1.840     | 3.847 | 168      |       | 152        |       | 6.007 |
| 2011 | 1.824     | 4.297 | 158      |       | 162        |       | 6.441 |
| 2012 | 1.758     | 3.778 | 51       |       | 155        |       | 5.742 |
| 2013 | 1.770     | 3.694 | 325      |       | 175        |       | 5.964 |
| 2014 | 1.677     | 3.507 | 367      |       | 215        |       | 5.766 |

Fonte: MEC/INEP ( 2010 a 2014). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>  
Acesso em: 28 abril 2014.

É pertinente afirmar que, mesmo com todos os investimentos existentes, nos últimos anos, e com a obrigatoriedade da família e dos governos em garantir o acesso e a permanência da população de 6 a 14 anos na escola, tem-se registrado decréscimo nas matrículas, no período de 2010 a 2012, sendo mais acentuado, entre 2011 e 2012, com percentual de 12,17%. No ano de 2014, a queda em relação a 2013 foi de 3,49%.

O município detém maior número de matrículas, alcançando um percentual de 89,90%; o Estado fica com 6,37% (apenas anos finais) e a rede particular atende um percentual mínimo de 3,73% (apenas anos iniciais).

Além da baixa da natalidade no município, tem-se como outro fator que contribui para a redução das matrículas no EF, a transferência de alunos para escolas em cidades circunvizinhas. Providências no sentido de melhorar o atendimento e ofertar um ensino de qualidade, através de projetos de formação continuada para os professores, estão sendo viabilizadas.

A ampliação da oferta de vagas em todo o município para as crianças de 6 a 14 vem possibilitando que, progressivamente, a taxa de analfabetismo nesta faixa etária, diminua consideravelmente.

**Tabela 11. Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010**

| Faixa etária (anos) | Taxa de analfabetismo |      |      | % de alunos na escola |       |       |
|---------------------|-----------------------|------|------|-----------------------|-------|-------|
|                     | 1991                  | 2000 | 2010 | 1991                  | 2000  | 2010  |
| 06 a 14 anos        | 49,59                 | 7,87 | 2,64 | 75,52                 | 93,11 | 96,69 |

|              |       |      |      |       |       |       |
|--------------|-------|------|------|-------|-------|-------|
| 11 a 14 anos | 16,08 | 6,26 | 3,24 | 10,60 | 28,69 | 73,67 |
|--------------|-------|------|------|-------|-------|-------|

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (1991, 2000 e 2010). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>. Acesso em: 14/05/2014.

Os dados demonstram uma queda de 46,95 % na taxa de analfabetismo das pessoas com 6 a 14 anos, entre os anos de 1991 a 2010. Mas, apontam um percentual de 3,24% de analfabetos entre os adolescentes de 11 a 14 anos, em 2010, e indicam que 26,33% desta população encontram-se fora da escola.

São dados que confirmam para o município e Estado a necessidade de pensarem políticas mais eficazes que garantam a permanência<sup>10</sup> das crianças, adolescentes e jovens nesta etapa do ensino.

Com relação à defasagem idade-série, este ainda é um problema persistente na rede municipal de ensino, como se pode observar nos dados abaixo:

**Tabela 12. Matrícula do Ensino Fundamental do Município Curaçá/BA, por idade e série<sup>11</sup>, Rede Municipal, (2014).**

| Idades       | 1º ano | 2º ano | 3º ano | 4º ano | 5º ano | 6º ano | 7º ano | 8º ano | 9º ano | Total |
|--------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| 6 anos       | 234    | 1      |        |        |        |        |        |        |        | 235   |
| 7 anos       | 292    | 232    | 1      |        |        |        |        |        |        | 525   |
| 8 anos       | 19     | 313    | 172    | 1      |        |        |        |        |        | 505   |
| 9 anos       | 1      | 21     | 402    | 185    | 8      |        |        |        |        | 617   |
| 10 anos      |        | 6      | 73     | 370    | 125    | 2      |        |        |        | 576   |
| 11 anos      |        | 1      | 35     | 136    | 328    | 43     | 6      |        |        | 549   |
| 12 anos      |        |        | 13     | 58     | 135    | 200    | 86     | 6      | 2      | 500   |
| 13 anos      |        |        | 7      | 42     | 45     | 149    | 132    | 102    | 30     | 507   |
| 14 anos      |        |        | 9      | 15     | 37     | 99     | 106    | 114    | 104    | 484   |
| 15 anos      |        |        |        | 11     | 23     | 55     | 80     | 79     | 109    | 357   |
| + de 16 anos | 3      | 8      | 7      | 15     | 25     | 68     | 106    | 107    | 134    | 473   |

<sup>10</sup> Onde há demanda, o Município e Estado (regime de colaboração) garantem o acesso dessa população à escola.

|                                 |     |     |     |      |      |      |      |      |      |      |
|---------------------------------|-----|-----|-----|------|------|------|------|------|------|------|
| Nº de alunos total em defasagem | 20  | 36  | 144 | 277  | 265  | 371  | 292  | 186  | 134  | 1725 |
| % em defasagem                  | 3,6 | 6,2 | 20  | 33,2 | 36,5 | 61,1 | 58,4 | 32,5 | 38,7 |      |

**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Nos anos iniciais a defasagem idade/série está mais acentuada nos 3º, 4º e 5º anos e tem como principais causas a reprovação, e os casos de abandono. Nos Anos Finais a situação é grave em todos os anos, porém, no 6º ano ela se torna crítica, visto que mais da metade dos alunos está em situação de defasagem idade/série. É um indicador que mostra a fragilidade da qualidade da educação municipal em relação à permanência e à aprendizagem dos alunos.

Os problemas relacionados à leitura e escrita são o carro chefe da maioria das reprovações a partir do 3º ano, também os altos índices de defasagem idade/série em todos os anos da etapa final do EF estão relacionados, principalmente, às limitações dos alunos nos requisitos de leitura e escrita e, portanto, não apenas ao seu ingresso tardio na escola. São limitações que abalam a autoestima e fazem o aluno perder o interesse pela escola e abandoná-la.

O município mantém turmas de EJA dos anos finais, para os alunos da zona urbana e das escolas do campo, oportunizando a recuperação do atraso na escolaridade daqueles que se encontram em situação de defasagem idade/série. Em parceria com o Estado, através do Programa Educar para Transformar – Um PACTO pela Educação, está possibilitando a formação de coordenadores pedagógicos, para o acompanhamento mais cuidadoso da aprendizagem dos alunos de 4º e 5º anos, na perspectiva de afastar as possibilidades de reprovação.

As taxas de reprovação e de abandono no EF da rede Estadual, entre os anos de 2008 a 2010, são consideradas altas como se pode observar na tabela 13.

**Tabela 13. Taxas de Rendimento - Rede Estadual**

| SÉRIE / ANO             | Ano  | Taxa de Aprovação |       | Taxa de Reprovação |       | Taxa de Abandono |       |
|-------------------------|------|-------------------|-------|--------------------|-------|------------------|-------|
|                         |      | Urbana            | Rural | Urbana             | Rural | Urbana           | Rural |
| 1ª Série / 2º ano do EF | 2008 | -                 | -     | -                  | -     | -                | -     |
|                         | 2009 | -                 | -     | -                  | -     | -                | -     |
|                         | 2010 | -                 | -     | -                  | -     | -                | -     |
| 2ª Série / 3º ano do EF | 2008 | 42,9              | -     | 33,3               | -     | 23,8             | -     |
|                         | 2009 | -                 | -     | -                  | -     | -                | -     |
|                         | 2010 | -                 | -     | -                  | -     | -                | -     |
| 3ª Série / 4º ano do EF | 2008 | 66,7              | -     | 11,1               | -     | 22,2             | -     |
|                         | 2009 | 80,0              | -     | 20,0               | -     | -                | -     |
|                         | 2010 | -                 | -     | -                  | -     | -                | -     |
| 4ª Série / 5º ano do EF | 2008 | 67,8              | -     | 15,3               | -     | 16,9             | -     |
|                         | 2009 | 69,0              | -     | 19,7               | -     | 11,3             | -     |
|                         | 2010 | 61,8              | -     | 12,7               | -     | 25,5             | -     |
| 5ª Série / 6º ano do EF | 2008 | 55,70             | 0,00  | 25,70              | 0,00  | 18,60            | 0,00  |
|                         | 2009 | 65,80             | 0,00  | 21,40              | 0,00  | 12,80            | 0,00  |
|                         | 2010 | 38,10             | 80,60 | 32,70              | 12,90 | 29,20            | 6,50  |
| 6ª Série / 7º ano do EF | 2008 | 69,60             | 0,00  | 17,40              | 0,00  | 13,00            | 0,00  |
|                         | 2009 | 62,20             | 0,00  | 26,10              | 0,00  | 8,70             | 0,00  |
|                         | 2010 | 41,70             | 76,10 | 38,10              | 16,90 | 20,20            | 7,00  |
| 7ª Série / 8º ano do EF | 2008 | 61,70             | 0,00  | 23,50              | 0,00  | 14,80            | 0,00  |
|                         | 2009 | 59,20             | 0,00  | 30,60              | 0,00  | 10,20            | 0,00  |
|                         | 2010 | 61,50             | 78,80 | 23,10              | 12,10 | 15,40            | 9,10  |
| 8ª Série / 9º ano do EF | 2008 | 73,00             | 0,00  | 17,60              | 0,00  | 9,40             | 0,00  |
|                         | 2009 | 68,90             | 0,00  | 24,30              | 0,00  | 6,80             | 0,00  |
|                         | 2010 | 81,10             | 82,90 | 9,50               | 9,80  | 9,40             | 7,30  |

**Fonte:** MEC (2008, 2009 e 2010). (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010>. Acesso em: 23/04/2014).

A partir do ano de 2008 iniciou-se o processo de transição das turmas dos anos iniciais do EF da rede estadual para a rede municipal. Vale ressaltar que o

Estado não ofertava anos iniciais para o campo e, em relação aos anos finais, mantinha uma oferta limitada para esse público.

Na rede municipal, são as escolas do campo, e não as da zona urbana, que detêm os melhores índices de aprovação, embora, nem sempre elas disponham das melhores condições de funcionamento.

**Tabela 14. Taxas de Rendimento - Rede Municipal.**

| SÉRIE / ANO             | Ano  | Taxa de Aprovação |       | Taxa de Reprovação |       | Taxa de Abandono |       |
|-------------------------|------|-------------------|-------|--------------------|-------|------------------|-------|
|                         |      | Urbana            | Rural | Urbana             | Rural | Urbana           | Rural |
| 1ª Série / 2º ano do EF | 2008 | 50,0              | 66,8  | 36,8               | 25,0  | 13,2             | 8,2   |
|                         | 2009 | 71,7              | 80,9  | 24,7               | 16,3  | 3,6              | 2,8   |
|                         | 2010 | 66,9              | 82,2  | 25,4               | 16,4  | 7,7              | 1,4   |
| 2ª Série / 3º ano do EF | 2008 | 51,5              | 73,6  | 39,7               | 22,8  | 8,8              | 3,6   |
|                         | 2009 | 60,9              | 75,4  | 32,2               | 21,7  | 6,9              | 2,9   |
|                         | 2010 | 74,5              | 75,6  | 19,1               | 21,0  | 6,4              | 3,4   |
| 3ª Série / 4º ano do EF | 2008 | 61,3              | 70,0  | 28,7               | 25,4  | 10,0             | 4,6   |
|                         | 2009 | 69,7              | 77,7  | 21,8               | 19,8  | 8,5              | 2,5   |
|                         | 2010 | 76,2              | 77,3  | 16,2               | 18,5  | 7,6              | 4,2   |
| 4ª Série / 5º ano do EF | 2008 | 70,8              | 77,8  | 24,9               | 17,3  | 4,3              | 4,9   |
|                         | 2009 | 81,0              | 84,1  | 15,7               | 12,1  | 3,3              | 3,8   |
|                         | 2010 | 76,7              | 76,6  | 11,0               | 20,8  | 12,3             | 2,6   |
| 5ª Série / 6º ano do EF | 2008 | 55,10             | 67,50 | 26,40              | 19,80 | 18,50            | 12,70 |
|                         | 2009 | 50,70             | 71,30 | 35,30              | 18,80 | 14,00            | 9,90  |
|                         | 2010 | 52,00             | 69,90 | 25,00              | 25,10 | 23,00            | 5,00  |
| 6ª Série / 7º ano do EF | 2008 | 68,30             | 73,70 | 17,50              | 17,70 | 14,20            | 8,60  |
|                         | 2009 | 69,30             | 75,30 | 17,30              | 17,80 | 13,40            | 6,90  |
|                         | 2010 | 67,30             | 80,70 | 9,30               | 14,30 | 23,40            | 5,00  |
| 7ª Série / 8º ano do EF | 2008 | 63,20             | 80,90 | 20,70              | 9,00  | 16,10            | 10,10 |
|                         | 2009 | 61,80             | 70,70 | 19,10              | 19,40 | 19,10            | 9,90  |
|                         | 2010 | 68,90             | 77,80 | 7,40               | 13,70 | 23,70            | 8,50  |
|                         | 2008 | 72,00             | 85,60 | 15,00              | 6,30  | 13,00            | 8,10  |
|                         | 2009 | 63,50             | 87,90 | 18,30              | 8,00  | 18,20            | 4,10  |

|  |      |        |       |          |      |            |      |
|--|------|--------|-------|----------|------|------------|------|
| 8ª Série /<br>9º ano do<br>EF  | 2010 | 76,50  | 91,50 | 0,00     | 5,40 | 23,50      | 3,10 |
| Fonte:   | MEC  | (2008, | 2009  | e 2010). |      | Disponível | em:  |
| <a href="http://portal.mec.gov.br/ide/2008/2009/2010">http://portal.mec.gov.br/ide/2008/2009/2010</a> Acesso em: 23/04/2104. |      |        |       |          |      |            |      |

Os dados revelam que as escolas da zona urbana reprovam mais, em praticamente todos os anos do EF e são elas, também, que apresentam as maiores taxas de abandono. Considera-se que, de modo geral, os índices de reprovação são bastante elevados nos anos de 2008 a 2010. Por outro lado, ao visualizar os índices de abandono neste mesmo período, percebemos que, na maioria dos anos/série, apenas um pouco mais da metade alcançou aprovação. Tais dados justificam o alto índice de defasagem idade/série presente na realidade atual, analisada em parágrafos, acima.

Vemos como agravante a situação da reprovação, ao observarmos o alto índice nos Anos Iniciais, uma vez que, pode ter contribuído com o fracasso escolar e aumento da evasão nos primeiros anos de estudo.

Na busca dos meios para ajudar a escola a superar suas dificuldades em lidar, principalmente, com alfabetização e com as questões relacionadas ao domínio da leitura e da escrita nos três primeiros anos do EF, o município aderiu ao PNAIC e tem apoiado e oferecido suporte técnico-pedagógico, na expectativa de que novas estratégias sejam utilizadas para a superação destes problemas.

Se um dos propósitos da ampliação do EF de oito para nove anos é o de possibilitar maior tempo de estudo e mais oportunidades de aprendizagens para os alunos, o município tem reafirmado este compromisso, implementando ações na educação para garantir que as crianças sejam alfabetizadas nos três primeiros anos do EF e que o seu desempenho nos anos seguintes, não seja comprometido.

Como o atendimento dos alunos do campo dá-se principalmente em turmas multisseriadas, nos anos iniciais, a superação do desafio da alfabetização perpassa pela necessidade de construir-se uma proposta pedagógica específica para essas turmas, concomitante com uma proposta de formação continuada para os professores que nelas atuam.

Medidas como estas são de fundamental importância para elevar a qualidade da educação municipal, e como garantia de que os alunos concluam essa etapa do ensino com as aprendizagens básicas consolidadas.

O incentivo à leitura, a arte e a preservação dos bens naturais e culturais são atividades que se desenvolvem no ambiente escolar, seja como parte da proposta curricular para o EF, seja como projetos extracurriculares.

Também, atividades esportivas são estimuladas nas aulas de Educação Física ou recreação, e os campeonatos de futebol, futsal, vôlei fazem parte do calendário de atividades das escolas que atendem os anos finais, a exemplo do Projeto Bom de Bola na Escola.

Para organização do trabalho educativo, as escolas têm como base a Proposta Político-Pedagógica para as escolas municipais de Curaçá, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais. As particularidades e necessidades educativas de cada comunidade seja ela indígena, quilombola, do campo ou da área de reassentamento são garantidas nas Propostas Pedagógicas de cada escola e na prática que se delinea no cotidiano escolar.

Dentro das possibilidades do município, aos alunos com deficiências e necessidades especiais, além do acesso, são garantidas as condições para seu atendimento nas turmas regulares do EF e, em turmas especiais, quando for o caso.

Um problema bastante acentuado no EF é a evasão, principalmente de crianças entre nove e onze anos, não raro, são casos vinculados à negligência do próprio ambiente familiar, dentre os quais podemos citar: omissão no processo de formação dos filhos; relação de respeito fragilizada; poder de decisão recaindo sobre o menor; foco nos benefícios financeiros dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal.

Propostas que fortaleçam a relação da família com a escola precisam ser pensadas e implementadas o mais urgente possível, pela fragilidade das relações e muitas vezes pelo tratamento desrespeitoso dirigido à instituição e aos profissionais que nela atuam.

Outro problema que compromete a qualidade do ensino está relacionado à precariedade da estrutura física de muitas escolas. São espaços inadequados, salas de aula pequenas e sem ventilação, mobiliário insuficiente, escolas com turmas funcionando em outros espaços. Em seu conjunto, são problemas que,



além de trazerem desconforto para alunos e professores, dificultam o desenvolvimento de atividades diferenciadas, interferindo de forma negativa no processo do ensino e da aprendizagem.

Ademais, pouco tempo para planejamento, não garantia de tempo para estudo e pesquisa do professor, são dificuldades presentes no cotidiano escolar que, por sua vez, também comprometem o ensino e a aprendizagem. Para resolver este impasse a SEMED está buscando as medidas cabíveis para que o município cumpra as determinações da Lei nº 11.738/2008, a qual obriga que ao professor seja destinado um terço da sua jornada de trabalho para dedicação à preparação de aula, estudo e demais atividades fora da sala.

#### **2.2.1.4 Ensino Médio**

O Ensino Médio consolida-se como a etapa final da Educação Básica, tem duração mínima de três anos, atende a adolescentes de 15 a 17 anos, faixa etária regular, além de jovens e adultos que não tiveram acesso, ou não concluíram na idade certa.

É a etapa do ensino responsável por aprofundar os conhecimentos do Ensino Fundamental, além de preparar o estudante para o trabalho, para o exercício da cidadania e para o ingresso no Ensino Superior. A educação profissional, científica e tecnológica também faz parte do Ensino Médio.

Importante frisar que o Ensino Médio somente passou a fazer parte da Educação Básica a partir da LDBEN, nº 9.394/96 e que a universalização do acesso e permanência da população de 15 a 17 anos neste segmento de ensino, de acordo com a Emenda Constitucional nº 59/2009, deverá acontecer até o ano de 2016.

A meta 3 do Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014, além de reforçar as determinações acima citadas, acrescenta a elevação da taxa líquida de matrículas para 85%, até ano de 2020.

A oferta, manutenção e acompanhamento do Ensino Médio são de responsabilidade do Estado, porém, o diálogo entre esta esfera do poder e o município faz-se necessário para que, juntos, possam vencer os desafios e garantir uma prática que satisfaça os anseios da população, voltada para as

necessidades cognitivas, sociais, físicas, afetivas e profissionais dos jovens. Em seu currículo é obrigatória a inclusão de uma língua estrangeira, além contemplar o ensino de Filosofia e Sociologia em todas as séries do Ensino Médio.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2011), a organização do processo formativo deve considerar a simultaneidade entre as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

### **a) A Oferta do Ensino Médio no Município de Curaçá**

Ao propor uma reflexão sobre a educação curaçaense (ou quiçá brasileira) cabe-nos lembrar que só em meados do século XX é que se deu o processo de expansão da escolarização básica no país e o seu crescimento, levando em consideração a rede pública de ensino, aconteceu no final da década de 1970 e início dos anos 1980.

O acesso e permanência no Ensino Médio para a população jovem pertencente à classe menos favorecida, configura-se como uma conquista social, visto que, no passado apenas uma pequena parcela da sociedade, notadamente das classes mais abastadas, era beneficiada com esse direito.

Com a Emenda Constitucional nº 59/2009<sup>12</sup> a conquista da universalização passa a ser também, uma política de governo. O documento fortalece o compromisso do Estado com o fortalecimento da oferta do Ensino Médio gratuito, além de determinar o regime de colaboração entre a União, os Estados e os Municípios para assegurar a universalização.

No município de Curaçá, o Ensino Médio com formação para o Magistério foi instalado, na década de 60, no Colégio Municipal Professor Ivo Braga, e o ensino regular, conhecido como “Científico”, foi implantado no mesmo colégio, por volta de 1997. No ano de 2005, foi criado o Ensino Profissional Integrado - EPI, com duração de quatro anos, no Colégio Estadual José Amâncio Filho.

Atualmente, o município, em regime de colaboração com o Estado, viabiliza a oferta do Ensino Médio regular em quatro escolas, uma localizada na sede urbana e três na zona rural que atendem satisfatoriamente a demanda de matrículas para os egressos do Ensino Fundamental.

---

<sup>12</sup> Torna obrigatório a garantia do ensino básico de quatro a dezessete anos de idade.

Há, ainda, salas de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITEC instaladas, na zona rural do município. Esta forma de atendimento possibilitou que muitos jovens e adultos do campo pudessem dar continuidade e/ou retomar os estudos.

Por ser a etapa de escolarização em que os alunos devem desenvolver sua autonomia intelectual para que possam ter sucesso nos estudos posteriores, e no mundo do trabalho, o ensino precisa ser: atrativo, possibilitar a formação para o exercício da cidadania e fazer parte de um currículo adequado às expectativas dos jovens.

### Diagnóstico

No Município de Curaçá temos 5 escolas estaduais do Ensino Médio, sendo duas na sede urbana e três na zona rural. O número de matrículas nesta etapa de ensino vem diminuindo nos últimos quatro anos, conforme aponta tabela abaixo.

**Tabela 15. Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município Curaçá/BA, por dependência administrativa e localização 2011/2014**

| Anos | Municipal |       | Estadual |       | Privada |       | Total |
|------|-----------|-------|----------|-------|---------|-------|-------|
|      | Urbana    | Rural | Urbana   | Rural | Urbana  | Rural |       |
| 2011 | 0         | 0     | 1.566    |       | 0       | 0     | 1.566 |
| 2012 | 0         | 0     | 1.504    |       | 0       | 0     | 1.504 |
| 2013 | 0         | 0     | 1.437    |       | 0       | 0     | 1.437 |
| 2014 | 0         | 0     | 1.172    |       | 0       | 0     | 1.172 |

**Fonte:** Anuário Estatístico da Educação da Bahia (2010). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2010>>. Acesso em: 20/05/2014 e Diretoria Regional- Direc (2015). *(Os dados da tabela 15 estão unificados, uma vez que não dispomos das informações separadas em relação à sede urbana e sede rural)*

Observa-se uma queda gradativa das matrículas em todos os anos apresentados na tabela, atingindo um percentual de 33,62% entre os anos de 2011 a 2014

A população do município em idade escolar de 15 a 17 anos, em 2010, era de 2.093 jovens. A relação população em idade escolar e matrículas no Ensino Médio mostra que, embora haja a oferta e disponibilidade de vagas para atender a demanda, existe um número considerável de jovens fora da escola. Este dado

aponta a necessidade de uma revisão curricular que incremente propostas e as torne atrativas, de modo que correspondam aos anseios desta população.

Vale acrescentar que as escolas de Ensino Médio, em parceria com a Secretaria de Assistência Social, são contempladas com o PROJOVEM Adolescente. Um programa que oferece, no contraturno, atividades socioeducativas diversificadas para os alunos regularmente matriculados.

As escolas buscam parceria com a Associação responsável pelo Teatro Raul Coelho para os alunos desenvolverem atividades culturais, inclusive, amostragem de trabalhos realizados nas aulas. A prática desportiva é também um recurso utilizado pelas escolas para tornarem-se mais atrativas para os jovens.

Porém, mesmo havendo essa diversificação curricular, com atividades que deveriam estimular o jovem a permanecer na escola, a taxa de abandono nesta etapa do ensino é considerada alta.

**Tabela 16. Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Municipal/ Rede Estadual**

| Fase / Nível             |      | Taxa Aprovação |       |       | Taxa Reprovação |       |       | Taxa Abandono |       |       |
|--------------------------|------|----------------|-------|-------|-----------------|-------|-------|---------------|-------|-------|
|                          |      | Urbana         | Rural | Total | Urbana          | Rural | Total | Urbana        | Rural | Total |
| 1º/2º/3º<br>ano do<br>EM | 2008 | 85             |       |       | 3,6             |       |       | 11,4          |       |       |
|                          | 2009 | 78,5           |       |       | 4,3             |       |       | 17,2          |       |       |
|                          | 2010 | 75,3           |       |       | 4               |       |       | 20,7          |       |       |

**Fonte:** MEC (2008, 2009 e 2010). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php>. Acesso em: 20/05/2014. *(Os dados da tabela 16 não foram encontrados por série, apenas pela modalidade Ensino Médio).*

Observa-se que a taxa de abandono cresceu consideravelmente entre os anos de 2008 a 2010, chegando ao percentual de 9,3% entre o primeiro e o último ano. Neste mesmo período, a taxa de aprovação decresceu, e, portanto, tornou mais elevada a taxa de reprovação.

Para a população de baixa renda a necessidade de trabalhar nesta faixa etária, é um fato, pois precisa complementar o orçamento familiar. A escola depara-se com esta realidade e, praticamente, nada pode fazer para mudá-la. Apontamos como uma alternativa, a implantação de um Ensino Médio com aulas semipresenciais, pois, o aluno não precisaria estar presente na escola todos os dias.

Ressaltamos que, para os alunos que estão com distorção idade-série, são oferecidas turmas de EJA, nos turnos diurno e noturno, na perspectiva de que estes possam concluir o Ensino Médio de forma acelerada.

Como se pode perceber, nesta etapa do ensino existem muitos problemas que dificultam o acesso e a permanência dos alunos na escola, dentre os quais ainda podemos acrescentar:

- A evasão escolar, sendo que os maiores índices são advindos do turno noturno;
- Cansaço físico, pois a maioria é oriunda da roça.
- Dificuldades em compreender alguns conteúdos por não terem consolidado os conhecimentos da etapa de ensino anterior;
- Indisponibilidade de tempo para estudos extraclasse devido ao trabalho;
- Gravidez na adolescência;
- Pouca perspectiva de futuro, após se tornar egresso do Ensino Médio.
- Transportes inadequados e superlotados, sem garantia de conforto e segurança durante a viagem;
- Poucos recursos para a merenda escolar, além da dificuldade de autorização do fornecimento, no início do ano, por questões burocráticas.

Tais problemas enfatizam a necessidade de estabelecer programas de acompanhamento que ajudem a escola a lidar com as questões que dizem respeito ao aluno do Ensino Médio e que interferem ou até impossibilitam um bom desempenho na sala de aula, em relação ao domínio dos conteúdos, e dificultam a sua permanência nas aulas e a continuidade nos estudos posteriores.

São muitos os desafios que ainda precisam ser superados para que possamos melhorar a oferta e o atendimento do Ensino Médio no município. É preciso que o Estado viabilize ações como: oferta de formação continuada para a atuação docente; revisão curricular, deixando-o mais significativo e atrativo para os alunos; integração curricular entre as diversas áreas do conhecimento; integração da pesquisa ao ensino; melhores condições de trabalho para os profissionais; implantação de laboratórios com condições de funcionamento.

Outra carência que se impõe às escolas que ofertam o Ensino Médio, em Curaçá, é a falta de Tecnologias Assistivas para o desenvolvimento do trabalho com os alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.

Nas escolas do campo, que também atendem a populações indígenas e quilombolas, a ausência de ferramentas tecnológicas, como o computador, internet e projetor de multimídia, configura-se como exclusão digital desses alunos.

Em face de tantos problemas, medidas urgentes fazem-se necessárias, por parte do órgão competente, com vistas na oferta de uma educação de qualidade, uma escola acolhedora e um ensino que promova melhores expectativas de futuro para os alunos, estimulando-os a concluírem esta etapa final da Educação Básica e a prosseguirem em estudos posteriores. Principais medidas:

- Adequação do calendário escolar às necessidades de cada localidade, bem como, programação das aulas e horários que viabilizem o acesso e permanência dos alunos, tendo como garantia uma melhor condição no processo de ensino e aprendizagem;
- Reestruturar o Currículo do Ensino Médio, partindo de discussões nas escolas, (debates e seminários), envolvendo toda a comunidade escolar (alunos/professores/funcionários/pais-mães/comunidade) e valorizando as reais necessidades dos alunos que estão inseridos no processo de ensino e aprendizagem;
- Promover formação continuada para os professores, em várias áreas do conhecimento, inclusive, no que se refere a tecnologias e educação inclusiva, visto que estas duas temáticas são indispensáveis para o oferecimento de uma educação de qualidade e igual para todos;
- Aquisição de equipamentos tecnológicos para possibilitar o acesso mais rápido ao conhecimento (disponibilizando uma rede da Internet veloz) com uso mediado pelo professor. Alguns desses recursos pedagógicos já estão presentes nas unidades escolares, porém, em quantidade insuficiente e sendo manuseado com dificuldade pelos professores;
- Elaboração de Projetos para aquisição de Transportes Escolares/MEC (Ônibus/Barco), para complementação dos que já existem;

- Disponibilizar recursos, por parte do Governo Estadual, para climatizar as salas de aula, tendo em vista os fatores climáticos da nossa região semiárida, os quais interferem no bem-estar e no desenvolvimento cognitivo do aluno;
- Melhorias dos espaços escolares, através da disponibilização de recursos anuais para manutenção da rede física de modo a tornar as atividades educativas mais significativas e agradáveis;
- Adequação física da escola de acordo com os padrões do MEC: quadra de esportes, auditório, reimplantação do laboratório de informática, biblioteca, laboratório de ciências, refeitório, banheiros, todos com acessibilidade;
- Garantia do acompanhamento pedagógico e psicológico aos profissionais da educação (concursados e contratados) e aos educandos;
- Implantação de classes de EJA - Ensino Médio, para atender os alunos do campo.

Cabe aqui reafirmar que uma parceria sólida entre as esferas do governo, especialmente entre Estado e Município, é caminho para o alcance das propostas contidas neste documento.

## 2.3 MODALIDADES E DESAFIOS EDUCACIONAIS

### 2.3.1 Educação Especial

No final da década de 1980 as políticas educacionais voltadas para o acesso e permanência das pessoas com deficiência, na escola, começam a ter destaque no Brasil. É neste momento que surgem documentos legais que ressaltam os direitos para aqueles que estiveram, durante muito tempo, excluídos do processo educacional e do acesso a outros bens sociais.

A Educação Especial no Brasil foi organizada, historicamente para funcionar paralela ao ensino regular em classes e escolas especiais, como atendimento educacional especializado, focado no atendimento clínico terapêutico especializado, baseado nos testes psicométricos e com fundamento no conceito de normalidade/anormalidade.

Contra a segregação da pessoa com deficiência e pela luta em favor da Inclusão Social iniciou-se, em 1990, o movimento pela Escola Inclusiva,

possibilitando aos poucos, uma reforma no sistema educacional brasileiro, a qual permanece até os dias atuais.

Em 2014, tornou-se meta do Plano Nacional de Educação a universalização do atendimento especializado e o acesso à educação básica para a população com deficiência (4 a 17 anos), preferencialmente, na rede regular de ensino. O que obriga os municípios a buscarem as condições favoráveis para a promoção da inclusão.

**a) O atendimento escolar à pessoa com deficiência no município de Curaçá.**

A história da Educação Especial no município de Curaçá teve início com a luta de uma mãe, residente na zona urbana, por atendimento educacional para o seu filho, portador da Síndrome de Down.

Com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto essa mãe buscou famílias que tinham filhos com necessidades especiais, conseguindo então, um quantitativo de alunos para que fosse iniciado o atendimento.

Desta história, nasceu, em 30 de março de 1996, a Escola Municipal Caminhos do Aprendiz, localizada na zona urbana com a finalidade de atender pessoas com deficiência que, até então, não tinham acesso a esse direito.

A escola iniciou o atendimento com 22 matrículas, registrando a frequência regular de apenas 11 alunos, organizados em uma única turma especial.

Pioneira neste trabalho, a Escola Municipal Caminhos do Aprendiz é considerada referência dentro do município, pelo trabalho que desenvolve com as pessoas com deficiências e pela disseminação, na comunidade, das ideias de inclusão, informações e conhecimentos que possibilitam a melhoria da vida dessa população.

Assim, no decorrer dos anos subsequentes, o número de matrículas tornou-se cada vez mais crescente. A Secretaria Municipal de Educação ampliou a oferta também para a população do campo, que então, começava a apresentar um número expressivo de pessoas com deficiência.



Atualmente, a Rede Municipal de Ensino atende 206 alunos com algum tipo de deficiência. Deste total, 198 são atendidos em turmas regulares e 08 em 2 classes especiais, estas, ainda mantidas por alguns alunos apresentarem deficiências bastante complexas.

De acordo com a LDBEN, nº 9394/96, em seu artigo 58, a Educação Especial é uma “[...] modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Ainda, prevê em seu artigo 59, promoção de currículos, métodos, técnicas e recursos educacionais diferenciados para atender alunos da Educação Especial.

Está assegurado no artigo 2º do Decreto nº 7.611/2011, que a Educação Especial deve “[...] garantir serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento [...]”. Contudo, muito investimento ainda precisa ser feito em nível Federal, Estadual e Municipal para que o atendimento seja efetivado, conforme preconiza a lei.

### **Diagnóstico**

No município de Curaçá, muitos desafios devem ser superados para que a inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, em salas regulares, possa garantir de forma significativa, sua aprendizagem. Como exemplo podemos citar a falta de preparo dos professores do ensino regular para trabalhar com a diversidade existente, no que se refere ao ritmo de aprendizagem, dificuldades, habilidade, motivação, dentre outras apresentadas por este público.

São entraves que permeiam o fazer docente: a infraestrutura inadequada, falta de lazer e entretenimento e ausência de propostas de trabalho que possam viabilizar um convívio social sem que a deficiência ou qualquer que seja a limitação, física ou cognitiva, imponha-se como elemento promotor da exclusão.

O público-alvo da educação especial é atendido em sala de aula regular em qualquer nível e modalidade de ensino. Porém, o município mantém duas salas especiais para atendimento aos alunos que, devido ao grau e tipo de deficiência, são impossibilitados de frequentar turma regular.

A matrícula dos alunos de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino, no ano de 2014, foi a seguinte:

**Tabela 17. Matrículas da Educação Especial no Município de Curaçá em 2104.**

|  | Etapas da Educação Básica |                          |                        |            | Total      |
|--|---------------------------|--------------------------|------------------------|------------|------------|
|  | Ed. Infantil              | Séries Iniciais do E. F. | Séries Finais do E. F. | Ens. Médio |            |
| Deficiência visual                     | 04                        | 18                       | 05                     | 01         | 28         |
| Deficiência mental                     | 04                        | 84                       | 17                     | 02         | 107        |
| Deficiência física                     | 04                        | 24                       | 05                     | 01         | 34         |
| Deficiência auditiva                   | 02                        | 05                       | 09                     | 05         | 21         |
| Deficiências múltiplas                 | 02                        | 07                       | 04                     | 00         | 13         |
| Altas habilidades/superdotação         | 00                        | 00                       | 00                     | 00         | 00         |
| Transtornos globais do desenvolvimento | 00                        | 01                       | 02                     | 00         | 03         |
| <b>TOTAL</b>                           |                           |                          |                        |            | <b>206</b> |

**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação, 2015.

O maior número de matrículas concentra-se nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, praticamente não avança para os Anos Finais e, infelizmente, uma minoria consegue chegar ao Ensino Médio. A falta de uma proposta de inclusão, no município, somada às dificuldades apontadas nos parágrafos anteriores, são fatores que corroboram esta realidade.

Para o atendimento educacional especializado, o município conta com 14 Salas de Recursos Multifuncionais, sendo que destas, 11 estão localizadas na zona rural para atendimento aos alunos do campo, inclusive, das comunidades indígenas e quilombolas.

Atuam nessas salas, 16 professores, sendo que 3 possuem curso de especialização em Atendimento Educacional Especializado e 2 com especialização em Libras.

A formação continuada específica para esses professores, ainda é um ponto frágil no município, visto que, as poucas formações oferecidas são de caráter pontual. O acompanhamento pedagógico nas escolas é feito pelo

coordenador escolar com apoio de uma coordenadora da Secretaria Municipal de Educação.

Além de os professores do AEE, enfrentarem dificuldades oriundas da descontinuidade das formações, também se deparam com problemas no que se referem à precariedade dos materiais e equipamentos e interrupção do Governo Federal do fornecimento de mobiliários tais como mesas, cadeiras, armários.

Há, também, a necessidade de instrutores e intérpretes de Libras nas salas com alunos surdos, para que promovam, além do ensino da Língua Portuguesa/Libras em todos os níveis/modalidades, a identidade linguística da comunidade surda. Em 2015, para o acompanhamento dos que têm mobilidade reduzida e outras limitações, a rede municipal conta com 22 auxiliares/cuidadores.

Para dar apoio às escolas, a Secretaria Municipal de Educação conta apenas com uma coordenadora pedagógica com formação específica. A criação de um núcleo de acompanhamento especializado composto por psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, assistentes sociais, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, faz-se urgente.

As parcerias entre as Secretarias de Educação, Saúde e Ação Social, tornam-se importantes, no sentido da promoção da saúde na escola e do acesso aos benefícios que as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, têm direito.

O município foi contemplado, através do PAR, com o Programa de Acessibilidade ao Transporte Escolar e conta hoje com 4 veículos, sendo que 2 estão disponíveis para atender as escolas do campo. Para a sede do município, apenas 2 transportes escolares que não dão conta da demanda existente, visto que o número de pessoas com mobilidade reduzida é superior à quantidade de poltronas disponíveis.

A partir do Programa Escola Acessível – PDDE Acessibilidade (2011), oito escolas passaram a receber recursos para gastos com adequação de espaço físico (construção de rampas, banheiros adaptados) e compra de materiais didáticos e pedagógicos da informação e comunicação. Um número ainda incipiente, considerando o universo que temos de escolas que atendem alunos, público-alvo da educação especial.

Por fim, é preciso garantir um sistema educacional inclusivo com redimensionamento da gestão escolar, dos currículos, dos conselhos escolares, da parceria com a comunidade local e escolar e participação dos alunos na construção de ambientes favoráveis à aprendizagem. O acesso, permanência e continuidade dos estudos, com êxito, nos mais elevados níveis de escolarização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, constitui condição *sine qua non* para a garantia dos direitos educacionais e autonomia dessas pessoas no exercício de sua cidadania e no preparo para o mundo do trabalho.

### **2.3.2 Política de Alfabetização**

Ao longo dos anos, o município, em regime de colaboração entre Estado e Governo Federal, vem aderindo a programas que visam combater o analfabetismo entre a população jovem e adulta, a exemplo do Alfabetização Solidária e Todos pela Educação – TOPA. Também, tem buscado parceria com programas voltados para formação continuada de professores dos anos iniciais do EF, com foco na alfabetização linguística e matemática.

No ano de 2011, com a adesão do município ao Programa Estadual Todos pela Escola, volta-se a atenção para a necessidade de garantir a alfabetização das crianças no 1º ano do EF. O Programa envolveu os professores que atuavam em turmas regulares de 1º ano e em turmas multisseriadas que atendiam a este público, totalizando 61 professores e 918 alunos atendidos pelo programa.

Em 2012, o Governo Federal cria, através da Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa –PNAIC, com a premissa de que todos os Estados e Municípios assegurem que todas as crianças estejam alfabetizadas no final do 3º ano do EF.

Ao aderir ao PNAIC, o município assegurou que os professores atuantes em turmas regulares de 2º e 3º anos e multisseriadas, também participassem das formações. Os primeiros anos do EF passaram a ser compreendidos como ciclo alfabetizador e o município ficou com o desafio de rever a forma de organização do tempo e do espaço escolar, dando condições para que os alunos

chegassem ao 4º ano alfabetizados. Todavia, esta revisão do tempo e do espaço escolar, bem como, a revisão das propostas pedagógicas, considerando a nova organização do EF, ainda são pontos a serem discutidos e executados.

No primeiro ano de implantação do PNAIC, o foco da formação concentrou-se na linguagem, articulada às demais áreas do conhecimento na perspectiva da alfabetização e do letramento. No ano seguinte, o programa focalizou matemática articulada às demais áreas do conhecimento, sem perder de vista a aquisição da alfabetização e do letramento. Os cadernos abordaram cada um, conteúdos matemáticos, tratando a educação do campo e inclusão em cadernos específicos. A abordagem nos cadernos para a alfabetização de crianças do campo, indígenas e quilombolas ainda carece melhor direcionamento e material específico para este público.

Em relação à alfabetização das pessoas com deficiência, o município tem concentrado esforços na implantação e ampliação de salas de recursos multifuncionais em escolas onde existe demanda. Contudo, ainda permanece carência de alguns equipamentos, material didático adequado e professores com formação específica.

A carência de material didático e a falta de estrutura física adequada interferem no desenvolvimento do trabalho educativo, pois algumas escolas funcionam em espaços alugados, totalmente inadequados e sem acessibilidade. Como os recursos financeiros recebidos pelas escolas não suprem toda a demanda, é comum a falta de matérias tais como lápis, caderno, borracha, lápis de cor, entre outros.

Outro agravante é que, mesmo com a formação oferecida pelo PNAIC e com o acompanhamento pedagógico aos professores do ciclo alfabetizador, as crianças chegam ao terceiro ano sem a aquisição dos conhecimentos necessários, expressos nos direitos de aprendizagem.

Destaque-se que os direitos de aprendizagem são referência para as escolas realizarem o processo avaliativo no Ciclo de Alfabetização, visto que o município não possui um sistema de avaliação que permita acompanhar o desempenho dos alunos e dos profissionais que nele atuam.

Assim como no restante do país, os alunos do ciclo alfabetizador são submetidos a avaliações externas como a Provinha Brasil e o Avalie Alfa, para os alunos do 2º ano e a Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA, para alunos do 3º ano. As duas primeiras avaliações são feitas seguindo as orientações previstas e aplicadas por profissionais das unidades escolares. Já a ANA é realizada por profissionais de outras localidades, que muitas vezes, não têm experiência na área de educação. Os resultados destas avaliações são consultados pelas escolas para o direcionamento do fazer pedagógico nas turmas de sua abrangência.

Por fim, no que diz respeito à formação dos professores, dados do IBGE (2010) apontam que no ano de 2010, o município tinha um quadro composto por 462 professores e deste total, 248 não possuíam formação inicial para atuarem em qualquer etapa da Educação Básica. No ano apontado, 99 docentes ingressaram no curso de Pedagogia, através da Plataforma Freire, colando grau um total de 72 docentes.

### **2.3.3 Educação de Tempo Integral**

O Município de Curaçá não conta com uma política própria de ampliação da jornada escolar para tempo integral em nenhuma etapa do ensino. Apenas as creches ofertam esse tipo de atendimento.

A partir da adesão ao Programa Mais Educação no ano de 2011, quatro escolas da rede municipal e uma da rede estadual, contempladas com o programa, ampliaram a jornada escolar com atividades relacionadas aos campos da arte e cultura, esporte e lazer, acompanhamento pedagógico, promoção da saúde, entre outras.

Atualmente são 27 escolas municipais com o Programa Mais Educação, abrangendo 26,5% das escolas municipais. Porém, por falta de espaço, nem todas as crianças matriculadas nestas escolas, são atendidas pelo programa. A equipe gestora, com base na estrutura física de que dispõe, institui um número limite de alunos a ser contemplado, incluindo os alunos com deficiências.

Levando em conta que as escolas municipais não dispõem de estrutura física adequada para a oferta de educação em tempo integral, utiliza-se critérios para a escolha das escolas a serem inseridas no Programa Mais Educação: primeiro, que próximo se encontrem espaços adequados que possam ser locados e, segundo, que disponham de pessoas qualificadas para desenvolverem as oficinas. Cada escola, inclusive as do campo, indígenas e quilombolas, escolhe as atividades que melhor atendam às necessidades de cada comunidade.

Apesar de o Programa Mais Educação ser um incentivo para que os municípios passem a organizar a educação em tempo integral, até o momento esta tem sido a única forma de atendimento ao aluno da Educação Básica em horário integral, no município de Curaçá. Ainda há muito a ser feito para que esta proeza possa fazer parte da realidade educacional das nossas escolas.

A começar pela restauração e reorganização dos espaços escolares; oferta de alimentação de qualidade; revisão no currículo das escolas, de maneira que as atividades hoje compreendidas como extracurriculares, sejam a ele incorporadas e, inserção de novos profissionais ao quadro efetivo do município.

### **2.3.4 Qualidade da Educação Básica**

A análise da educação pública municipal evidenciou grandes desafios que ainda precisam ser superados para que se tenha a qualidade desejada na Educação Básica. Não basta apenas ampliar o acesso, é preciso garantir as condições para que a oferta seja de qualidade para todos.

É preciso repensar formas de atendimento, de organização do tempo escolar, principalmente nos anos finais do EF, onde a taxa de abandono é considerada alta. Os procedimentos pedagógicos devem estar coerentes com as necessidades dos alunos, caso contrário, as aulas e os conteúdos continuarão vazios, ignorando suas dificuldades, sem quase nada acrescentar aos adolescentes, jovens e adultos.

Resultados da Prova Brasil mostraram que no ano de 2013, matemática foi a disciplina que os alunos, principalmente dos anos finais do EF, tiveram mais dificuldades de aprendizagem, ficando com a média 2,2, bem abaixo da meta

8,1, projetada para esse público. Algumas iniciativas das escolas, como elaborar projetos com estratégias para trabalhar estas dificuldades, têm sido desenvolvidas no município. Também, as formações do PNAIC e do PACTO Estadual para os professores dos anos iniciais, têm focado tais dificuldades.

A situação agrava-se mais quando partimos para analisar os resultados referentes à Língua Portuguesa, pois as dificuldades de leitura, escrita e interpretação são gritantes e acompanham os alunos até a última etapa da Educação Básica. Medidas como, projetos de leitura desenvolvidos pelas escolas e as formações do PNAIC para os professores do ciclo alfabetizador ainda não conseguem dar conta dessa problemática.

Cada escola organiza seus cantos de leitura a partir do acervo encaminhado pelos programas do FNDE e os professores são orientados a conhecerem os livros, tornarem-se leitores e montarem estratégias que incentivem os alunos a realizarem leituras diárias na escola ou em casa, através do empréstimo de livros.

Uma educação de qualidade requer um trabalho organizado a partir do que os dados dizem. E eles dizem que é preciso superar os altos índices de reprovação nos anos iniciais e no 6º ano do EF, fase em que se consolidam as aprendizagens que serão sustentáculos para os anos e etapas seguintes. As escolas buscam nas famílias apoio para melhorarem o desempenho dos alunos a partir, do combate à evasão e reprovação.

Por outro lado, os resultados da Prova Brasil mostram que o município tem elevado seu nível, tendo como referência 2009 a 2013, de 3,0 para 3,6 nos anos iniciais e de 2,7 para 3,2 nos anos finais da rede municipal de ensino e, na rede estadual, de 2,6 para 3,5. Significa que pequenas ações, mesmo isoladas, estão contribuindo para que a Educação Municipal caminhe no rumo certo.

Com referência ao IDEB, das 64 escolas municipais, 22 passaram por esta avaliação. O município ainda não dispõe de uma sistemática de acompanhamento dos resultados, contudo, orienta as escolas, através dos seus gestores e coordenadores pedagógicos, a socializarem os resultados com a equipe escolar e as famílias. Ações que visem a eficácia no ensino são pensadas



por cada unidade escolar e SEMED, a partir dos resultados do IDEB. Na Tabela 18 podemos visualizar esses resultados:

Conforme os dados, o IDEB dos anos iniciais do EF da rede municipal, nas três primeiras avaliações, apresenta crescimento. O ano de 2011 destaca-

**Tabela 18. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental 2005/2013.**

| Âmbito de Ensino                |       | Anos Iniciais do Ensino Fundamental |      |      |      |      |           | Anos Finais do Ensino Fundamental |      |      |      |      |       |
|---------------------------------|-------|-------------------------------------|------|------|------|------|-----------|-----------------------------------|------|------|------|------|-------|
|                                 |       | IDEB observado                      |      |      |      |      | Meta<br>s | IDEB observado                    |      |      |      |      | Metas |
|                                 |       | 2005                                | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 |           | 2005                              | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 |       |
| Brasil                          | Total | 3,8                                 | 4,2  | 4,6  | 5,0  | 5,2  | 6,0       | 3,5                               | 3,8  | 4,0  | 4,1  | 4,2  | 5,5   |
| Rede Estadual                   |       | 2,6                                 | 2,6  | 3,2  | 3,8  | 4,0  | 6,1       | 2,6                               | 2,7  | 2,8  | 3,3  | 3,4  | 5,3   |
| Rede Estadual do seu Município  |       | -                                   | 2,6  | 3,1  | -    | -    | 4,6       | 2,7                               | 3,0  | 2,6  | 3,1  | 3,5  | 4,7   |
| Rede Municipal do seu Município |       | 2,3                                 | 2,9  | 3,0  | 4,1  | 3,6  | 4,6       | 2,5                               | 2,4  | 2,7  | 3,0  | 3,4  | 4,6   |

**Fonte:** MEC (2005 a 2013) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>. Acesso em: 14/05/2015

se por apresentar uma evolução de 1,1, enquanto nos demais anos a evolução teve um percentual bem abaixo. Já no ano de 2013 houve queda de 0,5, fato inesperado pela evolução até então apresentada. Nos anos finais também houve queda de 0,1 no ano de 2007, porém, nos seguintes o índice evolui progressivamente. A rede estadual, em todos os anos de referência, manteve-se à frente dos índices da rede municipal.

São resultados que contribuem com o diagnóstico da Educação Municipal, possibilitando uma revisão dos procedimentos didático-pedagógicos e fazem com que o município busque parcerias com a União e Estado por meio de programas e projetos, para qualificar a atuação dos gestores escolares, professores e demais funcionários com o propósito de, não apenas assegurar sucesso dos alunos nas avaliações externas, mas sobretudo, garantir a

consolidação das aprendizagens imprescindíveis para que obtenham sucesso em seus estudos posteriores.

É pertinente apontar que o município, desde meados da década de 1990, vem desenvolvendo ações, em sua maioria em regime de colaboração entre os entes federados, União e Estado, que possibilitam melhoria da qualidade da educação municipal. Podemos destacar:

- a) Transporte escolar para todos os alunos que necessitam de deslocamento para chegar à escola, principalmente para os alunos do campo.
- b) Apoio técnico pedagógico às escolas com profissionais que orientam os gestores no planejamento, execução e prestação de contas dos recursos financeiros e realizam acompanhamento à prática profissional docente.
- c) Concurso público para professores e coordenadores pedagógicos;
- d) Eleição para escolha do gestor escolar, entre outros.

Por certo, muito ainda precisa ser feito principalmente no que se refere ao ensino. Neste sentido, urge a necessidade de uma proposta de formação continuada que contemple a diversidade existente entre escolas urbanas, do campo, indígenas e quilombolas.

É preciso maior investimento em infraestrutura, garantindo que todas as escolas tenham água tratada, energia elétrica, rampas e equipamentos de acessibilidade.

Através do PAR, o município tem conseguido a reestruturação e aquisição de equipamentos para algumas escolas. Além do PAR, existem ações pontuais da própria SEMED para aquisição de bens essenciais ao funcionamento das escolas.

No município de Curaçá, as dificuldades enfrentadas no sentido de qualificar a educação pública são inúmeras e, possivelmente, não se distanciam da situação de outros entes. O fato é que não somente a evasão apresenta-se

ainda como uma ameaça, mas também a reprovação nos 3º e 6º anos, o primeiro marca o encerramento do ciclo de alfabetização e o segundo, o início dos anos finais, situação que tem provocado discussões e exigem da Rede um posicionamento que vai além da formação do professor, mas sim, de implantar uma política de acompanhamento e monitoramento das ações, bem como dos resultados.

É fato a existência de muitos materiais que podem auxiliar no direcionamento do trabalho de sala de aula, a exemplo das diretrizes curriculares para Educação Básica, mas tudo isto, até mesmo pela correria do dia a dia, tem sido pouco acessado, ou, quando muito, fica a cargo dos profissionais de apoio pedagógico, e não reflete na prática dos professores.

Por outro lado, podemos perceber algumas ações na educação pública municipal que demonstram, além da preocupação com a questão da qualidade, também cuidado com a formação do sujeito enquanto cidadão. Nos referimos a construção de uma Proposta Político Pedagógica para as escolas municipais que traz como princípio um ensino que tenha como ponto de partida os conhecimentos locais, que valoriza a cultura e os saberes presentes em cada localidade, que enfatiza a relação harmoniosa e respeitosa do homem com o meio ambiente como ponto partida para uma convivência sustentável.

Uma proposta que reforça e instiga a escola a tratar as questões referentes a ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural numa postura da transversalidade, problematizando-as a partir das questões de cada localidade. Dessa forma, contempla a diversidade existente no município entre cidade, campo e mais especificamente, entre os povos indígenas e quilombolas que povoam o campo.

As questões referentes a Meio Ambiente e Cultura, Educação Indígena e Quilombola e Saúde na Escola serão destacadas a seguir, por acreditarmos que as ações desenvolvidas nesses campos contribuem para a elevação da qualidade da educação pública municipal.

**a) Meio ambiente e cultura no semiárido do município de Curaçá/BA.**

A discussão sobre o meio ambiente no Semiárido remete-nos a um processo de ressignificação dos conhecimentos historicamente produzidos e socializados sobre os aspectos naturais desta região, bem como, sobre suas populações. Esta reflexão é feita a partir da relação indissociável entre os aspectos naturais e os socioculturais, sem minimizar a concepção de natureza. Neste sentido, Silva (2002) afirma que o Semiárido é um ecossistema socioeducativo, um espaço de aprendizagens no qual ocorrem, cotidianamente, processos formativos na interação entre ser humano e natureza.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) define a Educação Ambiental como sendo

[...] os processos através dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente, bem do uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei nº 9.795, art.1º).

Cabe, portanto, ressaltar que este processo pedagógico escolar, sobre o meio ambiente, requer formação adequada dos educadores e a inserção desta temática na proposta pedagógica da escola, até porque, segundo a referida lei, a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (Cap. II. Art. 10).

Infelizmente, o que comumente encontramos são atividades soltas e festivas em torno dessa temática, o que, devido seu caráter esporádico, fragmentado e desarticulado de um processo contínuo e permanente de produção de conhecimento e formação de atitudes e posturas, causa mais malefícios do que benefícios à formação básica dos educandos e das educandas.

Outro elemento que queremos trazer para reflexão é a necessidade de mudarmos nossa perspectiva frente a esta questão. Para garantir-se um ambiente saudável e equilibrado e, principalmente, reverter o desgaste ambiental em que vive todo o planeta, não se pode partir da lógica da adoração da natureza. É preciso construir um processo individual e coletivo, onde homens

e mulheres possam, de forma intencional e organizada, intervir no seu meio natural e social, sentindo-se componentes interdependentes.

O município de Curaçá passa hoje por sérios problemas ambientais e, portanto, a natureza está profundamente alterada. Estas mudanças têm a ver com as formas de intervenção no meio ambiente como, por exemplo, a prática indiscriminada de queimadas, extrativismo vegetal inadequado, a caça predatória, degradação de nascentes/olhos d'água, desmatamentos e sobretudo, a implantação de grandes projetos, como, mineradoras, construção de barragens, o que tem gerado perdas de grande parte da biodiversidade e causado prejuízo em grandes proporções.

Em qualquer espaço do semiárido brasileiro e, especialmente, no semiárido curaçaense, o princípio orientador da educação será a Convivência com o Semiárido, que deverá preparar os sujeitos da ação educativa para uma maior compreensão do ambiente e dos fenômenos naturais desse ambiente, com vistas ao aproveitamento das potencialidades e da construção das novas possibilidades diante das problemáticas encontradas.

### **Cultura no semiárido**

A cultura na proposta de contextualização é um dos elementos, a partir dos quais propomos que seja desenvolvido o processo pedagógico. Neste sentido, apostamos mais numa discussão pedagógica do que sociológica do tema.

O significado ou concepção impressa ao termo Cultura vai adquirindo diferentes sentidos nos diferentes períodos históricos, de acordo com o modo de organização sociopolítica e econômica das sociedades.

Numa tentativa de uma aproximação maior com o que entendemos ser a diversidade cultural de Curaçá, tomemos como elemento de ilustração, deste debate, a Marujada de Curaçá (BA). Ao lado, da Marujada, a festa de São Benedito, a festa dos Santos Reis, o São Gonçalo, a Festa dos Vaqueiros, dentre outras manifestações culturais contribuem para a produção do que podemos chamar Identidade Cultural desta região. Aqui nos interessa indagar: como a escola trabalha estes elementos numa perspectiva epistemológica? Em que

medida estas “festas” são reconhecidas pela escola como processos de produção da identidade curaçauense? E como entendemos que a identidade (como a cultura) não é algo dado, mas em dinâmica construção? Podemos ainda indagar como estes processos de produção da identidade estão se dando? Em que medida esta produção e manifestação cultural podem ajudar a compreender como são as relações sociais, econômicas e políticas que vêm se constituindo no contexto do município?

Nas escolas, pouco se aprende sobre as histórias de vida das pessoas, dos lugares, hábitos, tradições, condições climáticas e tantos outros elementos culturais dessa região. Entendemos que as forças política e pedagógica da tradição são paradoxais, pois, ao tempo em que elas representam uma tradição em termos de reprodução de uma identidade performativa das relações sociais, apresentam-se também como espaço de identidades múltiplas e dispersas. É importante que a escola tenha, portanto, uma postura problematizadora diante do que denominamos cultura/tradição.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam a cultura como um elemento fundamental a ser considerado nos processos pedagógicos, visto que a construção do conhecimento é um processo cultural. Atentar para as dimensões culturais que envolvem as práticas sociais e, sobretudo, ter ciência de que elas não devem jamais ser descartadas ou desqualificadas, pois respondem a padrões de identificação coletivos que são importantes. Eles são o ponto de partida do debate e da reflexão educacional.

A escola não pode deixar de socializar os conhecimentos acumulados pela humanidade. Eles são pré-requisitos para entendermos a atual história, nossas origens. Precisamos compreender, por exemplo, como se fundou essa região, o Semiárido, o município de Juazeiro. Tudo isso são fatores que contribuem na produção da mudança numa determinada região.

#### **b) Educação Indígena e Quilombola**

No Brasil colonial a educação indígena foi oferecida pela igreja, nas aldeias, prioritariamente, com caráter catequético, que escondia seu interesse político de legitimar a ação do colonizador sobre o território nacional. Assim, foi

tolhido dos índios, o direito de viver em liberdade, como seus antepassados viviam. Acreditava-se que, por terem uma cultura diferente, eles não tinham educação. Ato discriminatório que, ao longo da história, vem sendo praticado.

No entanto, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, assegura o respeito às diferenças étnicas e o MEC elaborou diretrizes para a Política Nacional de Educação Indígena (PNEI).

Também por questões políticas entra no cenário educacional o povo quilombola, remanescentes dos negros escravos. Considerando-se o processo histórico, os Quilombos no Brasil passaram a existir em meados do século XVI, e é praticamente impossível ter uma estimativa exata de quantos grupos existiram no Brasil neste período.

No final do século XIX e decorrer do século XX, as políticas nacionais se propunham a dar continuidade ao processo de assimilação de “remanescentes” de povos indígenas e afrodescendentes aos projetos nacionais. A escola é um dos instrumentos estatais usados para atender a esse fim, a partir de um projeto hegemônico que oriente os processos formativos, currículos, material didático e, especificamente, a formação dos docentes.

Na década de 1990, por influência das mudanças na legislação internacional, que trata dos povos indígenas e comunidades tradicionais, é possível identificar que a luta desses grupos começa a ganhar espaços institucionais importantes que acenavam para mudança no tratamento dado às suas demandas específicas<sup>13</sup>.

O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e, em seu artigo 3º, inciso I, define povos e comunidades tradicionais como,

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Amparando-se na Constituição Federal (BRASIL, 1988), na LDBEN nº 9.394/96 e na Resolução nº 169 da Convenção da OIT (2011), distintas esferas

---

<sup>13</sup> Ver Documentos e Legislação da Educação Escolar Indígena.

governamentais têm se proposto a construir, por meio de consulta popular, políticas específicas e diferenciadas para povos indígenas e comunidades tradicionais. Como as que orientam a criação dos Territórios Etnoeducacionais destinadas a reorganização da educação escolar indígena e as políticas de educação escolar quilombola.

Um dos instrumentos construídos a partir da Convenção 169 da OIT é o estabelecimento de critérios para construção de espaços consultivos, de entendimento e consenso, sobre aquilo que de alguma forma afeta aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Nestes espaços, é possível (re)pensar a identidade nas políticas públicas educacionais e outros desafios que ainda se apresentam a uma nação pluricultural.

Em seu conjunto a legislação brasileira recomenda às escolas uma atuação para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais. Proposta que se destaca nos Temas transversais e na Lei Federal nº 10.639/2003 que trata sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica.

### **O atendimento escolar às comunidades indígenas e quilombolas no Município de Curaçá**

- Comunidade Quilombola

No Município de Curaçá, localizada às margens do rio São Francisco, a 18 km da sede, assenta-se uma área de remanescentes quilombolas, conhecida como a Nova Jatobá, tendo o território reconhecido e declarado como Remanescente de Quilombo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária /INCRA – SR-29/MSF.

Segundo relatos dos Quilombolas, a ocupação da área efetivou-se na Nova Jatobá em 1905, com a chegada dos senhores Francisco Qualhada Domingos Lopes e Antonio Lopes que se refugiaram na região durante o período da escravidão, dando início a formação da comunidade.



A Portaria nº 164 – 1 de 26/03/2010, publicado no Diário Oficial da União (DOU), traz o reconhecimento da comunidade e um memorial descritivo elaborado pela Fundação Cultural Palmares.

Consta o registro de 212 famílias, ocupando um território de 3.309 mil hectares distribuídas em seis comunidades, a saber: Rompedor, Primavera, Sobra da Quixaba, Caraibas, Favela e Buqueirão. Estas comunidades conservam a maior parte da sua cultura e tradição e lutam em busca de políticas que os fortaleçam contra a implantação de outras culturas que possam desarticular as tradições locais.

- Comunidades Indígenas

Em seu espaço territorial, Curaçá abriga ainda duas comunidades tradicionais indígenas: Tumbalalá e Atikun.

Os Tumbalalás ocupam uma antiga área de missões indígenas e colonização portuguesa, localizada ao norte do estado da Bahia, entre os municípios de Curaçá e Abaré, na divisa com o Estado de Pernambuco, às margens do rio São Francisco.

A comunidade foi reconhecida no mês de dezembro do ano de 2001, após lutas iniciadas em meados de 1998. O nome Tumbalalá é originário da expressão do canto de capoeira *TUMBA LÁ E CÁ*.

Os Tumbalalás são formados por 2.910 indígenas, distribuídos em 600 famílias. Utilizam a língua portuguesa para se comunicar, porém preservam a língua dzubukuá, da extinta família kariri, para nomear os elementos tradicionais do ritual toré, nomes de animais e plantas usados no cotidiano.

O território que ocupam está localizado na região de caatinga, cujo clima é semiárido e com longos períodos de seca. Utilizam o rio São Francisco, para a prática da pesca, importante fonte de alimento e a mata ciliar nativa do rio para a coleta de alimentos tradicionais como umbus, favelas e quixabas. Cultivam em suas roças verduras e legumes, e criam alguns bovinos e caprinos. A jurema, planta comum na região, é utilizada para produzir a bebida do mais importante ritual: o toré.

A comunidade Atkum, tem sua origem em tribo pertencente ao Estado de

Pernambuco que por motivo de conflitos internos, tiveram que deixar sua terra em busca de outro lugar para viver. Passaram, então, a fazer parte do movimento “Sem Terra”, ainda no Estado de Pernambuco. Mais tarde sentindo necessidade de estarem juntos em uma mesma terra, onde pudessem dar continuidade às suas tradições culturais e religiosas, partem em busca de um novo lugar.

Uma parte desse grupo vai residir no município de Curaçá e, em outubro do ano de 2002, ocupam a fazenda Altamirando, com 320 hectares, que ainda não foi legalmente adquirida pela FUNAI.

A comunidade indígena Atikun de Curaçá está constituída por cinquenta e cinco famílias nucleares que se identificam como membros de uma única grande família extensa denominada "família Rumana", originária da aldeia Casa de Telha, situada na Terra Indígena Atikun, município de Carnaubeira da Penha, Pernambuco, e liderada pelos irmãos Djanira e Zé Índio. Utilizam a língua portuguesa para se comunicar, tentam manter as tradições próprias de seu povo, porém a aculturação parece prevalecer nesta comunidade.

### **Educação**

A SEMED entende que a oferta da educação escolar indígena e quilombola deverá contribuir para a afirmação desses povos como sujeitos de direito: direito à escola, aos conhecimentos universais, à aprendizagem, aos conhecimentos que fortalecem suas identidades étnicas, ao fortalecimento de sua pluralidade cultural.

Neste sentido, todos os esforços têm sido para garantir que esses povos encontrem na educação escolar um currículo que corresponda às suas realidades, considere suas tradições, memórias e cultura. Para isto, concede autonomia, acompanha e orienta as escolas, na construção e execução de suas Propostas Pedagógicas.

As escolas indígenas e quilombolas também são escolas do campo, assim, encontram na Proposta Político Pedagógica para as Escolas Municipais de Curaçá diretrizes para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que tenha como ponto de partida a realidade onde se vive, que valorize os saberes dos mais velho, as tradições, costumes e a cultura local.

Partimos do pressuposto de que a escola pode contribuir com o fortalecimento dos laços sociais, pois é um espaço onde as rotinas precisam se

orientar pela vida concreta das comunidades e os processos pedagógicos, didáticos e metodológicos devem respeitar a estrutura social, as noções de tempo e espaço específicos e outros elementos que implicam produção da existência da coletividade.

A educação indígena e quilombola no município de Curaçá organiza-se em turmas multisseriadas, com oferta de educação infantil, anos iniciais e EJA. No ano de 2014 foram matriculados 205 alunos, deste número, 45 eram da Educação Infantil, 120 do Ensino Fundamental e 40 da EJA.

As escolas estão localizadas em suas terras, com exceção da comunidade Atikum onde os alunos deslocam-se para a escola da comunidade de remanescentes quilombolas. Para continuidade dos estudos nos anos finais, todos utilizam o transporte escolar, para a comunidade mais próxima que tenha esta oferta. O mesmo acontece quando vão cursar o Ensino Médio.

Assim como às demais escolas que compõem a rede municipal de ensino, as escolas dessas comunidades também enfrentam problemas relacionados às condições de funcionamento, tais como: espaços precários, inexistência de água tratada, falta de energia elétrica, mobiliário gasto e insuficiente, além dos impasses que encontram na tentativa de priorizar a vivência cultural do seu povo.

Apesar de a SEMED ter o cuidado voltado para tais comunidades, no sentido de atender, ao máximo, suas reivindicações, as relações entre elas em alguns momentos tornam-se tensas, pela falta de condições do município.

Para melhor atender aos remanescentes e indígenas na educação municipal, torna-se necessário que a SEMED crie um departamento com uma equipe de profissionais qualificados para, além de realizarem um acompanhamento pedagógico mais intenso, pensarem, com base na legislação específica, políticas que resultem em ações para promoção da inclusão, do respeito à diversidade, da reafirmação das identidades, da valorização e resgate da cultura desses povos.

E como ponto de partida desta empreitada é imperativo uma revisão nos currículos pedagógicos para que eles se aproximem mais das especificidades indígenas e quilombolas; a formação continuada dos professores que atuam nessas comunidades; recursos tecnológicos e material didático específico para que esses povos se reconheçam, sintam-se valorizados, respeitados; e estrutura e equipamentos adequados para funcionamento e realização de atividades

diferenciadas nessas escolas.

Com relação ao último ponto, vale ressaltar que a comunidade Quilombola foi contemplada, através do PAR, com a construção de uma escola cuja obra foi iniciada em 22/08/2013, porém, a mesma encontra-se paralisada por falta de recursos.

### **c) Saúde na escola**

O Programa Saúde na Escola (PSE) dos Ministérios da Saúde e da Educação foi instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286, através da parceria entre o setor de Educação e Saúde, podendo envolver outros parceiros, através de políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira, investe na construção de uma escola e de uma comunidade mais saudável,

O Município de Curaçá aderiu ao Programa Saúde na Escola no ano de 2013, das 72 escolas públicas (municipais e estaduais), apenas seis escolas, pactuaram, equivalendo a 8% do geral. As equipes de saúde, considerando os princípios estabelecidos pela Política Nacional de Atenção Básica, em cooperação com os profissionais da educação, assumem o protagonismo e a responsabilidade pela coordenação do cuidado para com os escolares, investindo na construção de uma escola e de uma comunidade mais saudável.

Nas seis escolas pactuadas foram realizadas avaliações clínicas (Avaliação Antropométrica, Avaliação de Saúde Bucal, Avaliação de Saúde Ocular, Verificação da Situação Vacinal, Avaliação de Saúde Auditiva e identificação de Educandos com Possíveis Sinais de Alterações de Linguagem Oral), para detecção de sinais e sintomas de agravos em saúde de 63% dos educandos e realizado educação em Saúde para 84% dos educandos, de uma meta de 1.183 educandos.

Em 2015 a gestão de Educação e Saúde ampliou o Programa Saúde na Escola para 21 unidades, equivalente à 29% das escolas públicas, incluindo também, as da sede dos distritos.

### **2.3.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A educação de jovens e adultos surgiu no Brasil, na década de 1930, para atender a parcela da população brasileira que não teve acesso à escolarização na idade própria, impossibilitados pela necessidade de sobrevivência e a falta de ensino para todos.

Essa modalidade de ensino fez-se necessária em virtude das transformações pelas quais a sociedade brasileira passava. Fatores como o processo de industrialização e o crescimento da população urbana, impulsionaram a ampliação da educação elementar, pelo governo federal, traçando diretrizes educacionais para todo país, estendendo o ensino aos adultos, mais especificamente na década de 1940.

Em 1947, foi lançada a Campanha de Educação de Adultos em âmbito nacional, criando-se as escolas supletivas, consideradas deficientes no aspecto administrativo, com um aprendizado superficial, considerando o adulto como um ser produtivo, capaz de raciocinar e resolver seus problemas.

Na década de 1950, o pensamento pedagógico começou a aflorar, criticando algumas tendências educacionais já existentes. O precursor desta nova tendência foi Paulo Freire, que elaborou uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora e que não negasse a sua cultura, mas que fosse transformando, através do diálogo, levando em conta as diversidades regionais e locais.

Com o golpe militar em 1964, os programas de alfabetização e educação popular, que haviam até então se multiplicado, foram vistos como uma ameaça à ordem, sendo, então, criados programas assistencialistas e conservadores a exemplo do MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, implantado de forma massiva, porém superficial, fruto de uma sociedade de época, vazio de todo sentido crítico e problematizador, ou seja, sua função era levar o adulto analfabeto a participar de benefícios de uma sociedade “moderna”. Porém, havia algumas experiências isoladas de alfabetização com propostas mais críticas, vinculadas a movimentos populares.

Com o início da abertura política, na década de 1980, emergiram os movimentos sociais e, com isto, as experiências, acima, foram ampliando-se e os projetos de alfabetização desdobraram-se em turma de pós-alfabetização,

extinguindo-se o MOBREAL. Em substituição, foi criada a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – FUNDAÇÃO EDUCAR, que objetivava apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas de governos, entidades civis e empresas a ela conveniadas.

Na última década do milênio, verificou-se que, embora tenham surgido ações visando à erradicação do analfabetismo, a enorme dívida social gerada por um modelo de desenvolvimento que não promovia justiça social, não foi extinta.

Conforme dados do IBGE, em 1996, dos brasileiros com 15 anos ou mais, 15.3 milhões (14.2%) não completaram sequer um ano de escolaridade, 19.4 milhões (18.2%) têm apenas de 1 a 3 anos de instrução, e outros 36 milhões (33.8%) completaram de 4 a 7 anos de escolaridade. Pode-se constatar que 70.7 milhões de brasileiros não completaram o ensino fundamental e tinham, no entanto, este direito assegurado pela Constituição Federal.

O Estado da Bahia, concomitantemente ao cenário nacional, vivenciou todas as tendências e dificuldades na modalidade de EJA, adaptando-se ao desenvolvimento e crescimento socioeconômico da população, bem como, suas necessidades, impulsionando a busca pela escolarização e complementação dos estudos.

#### **a) O atendimento escolar às turmas de EJA no Município de Curaçá**

A história da luta contra o analfabetismo no município de Curaçá teve início com a chegada do programa Mobreal<sup>14</sup>. Um programa cuja oferta era de responsabilidade do Governo Estadual e que, apesar de ter sido importante para o município, não atingiu o seu objetivo, pois, apenas uma pequena parcela da população teve acesso a esta oferta.

Foi em meados da década de 1990 que, por iniciativa do Governo Municipal, foi feito um levantamento, em princípio na sede do município, para identificar o número de pessoas analfabetas e, ao mesmo tempo, uma pré-matrícula para saber se havia intenção por parte desta população de frequentar a escola.

---

<sup>14</sup> Programa do Governo Federal, criado em 1970, cujo objetivo era erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos.

De forma tímida, as turmas foram sendo formadas. Criou-se a primeira escola de EJA em Curaçá que recebeu o nome de Escola Municipal Professora Ezilda Aquino. Aos poucos a matrícula foi se expandindo para a zona rural e o quantitativo de alunos foi se tornando bastante significativo.

Mais tarde, o município foi aderindo aos programas do Governo Federal, voltados para a alfabetização de jovens e adultos, como o Brasil Alfabetizado e o Alfabetização Solidária. Contudo, estes esforços não foram suficientes para evitar que em 2010, tivéssemos 3.525 pessoas com idade entre 15 anos a 60 anos ou mais, que nunca tinham frequentado a escola (IBGE, 2010). São dados que confirmam a existência de um número considerável de pessoas que não sabem ler e escrever no município.

### **Diagnóstico**

Até 2010, segundo o IBGE, das 23.630 pessoas com idade entre 15 a 60 anos ou mais, apenas 13,31% possuíam o Ensino Fundamental completo. Isto significa que no município existe um número considerável de jovens e adultos em situação de distorção idade/série.

A ampliação da oferta de matrículas na modalidade EJA nas escolas de EF tem como premissa tentar corrigir o déficit de escolaridade desta população.

**Tabela 19. Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município Curaçá/BA, por dependência administrativa e localização (2011/2014).**

| <b>Anos</b> | <b>Municipal</b> |       | <b>Estadual</b> |   | <b>Total</b> |
|-------------|------------------|-------|-----------------|---|--------------|
| 2011        | 152              | 1.055 | 273             | 0 | 1.480        |
| 2012        | 247              | 850   | 237             | 0 | 1.334        |
| 2013        | 298              | 1.198 | 174             | 0 | 1.670        |
| 2014        | 275              | 687   | 175             | 0 | 1.137        |

**Fonte:** QEdu (2011 a 2014). Disponível em: <http://www.qedu.org.br/> ; INEP (2014). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 29/05/2014.

A rede municipal é responsável pelo atendimento de 84,61% da matrícula de EJA, sendo que a demanda maior está concentrada no campo, representando 60,42%. A oferta do Estado está presente na zona urbana e abarca apenas 15,39% da matrícula. Observamos que o aumento de 12,84% ocorrido na matrícula entre os anos de 2011 a 2013 foi superado pela queda de 34,17% em

2014, embora tenha havido, por parte do município, empenho em ampliar oferta e incentivo na matrícula, principalmente no campo onde se concentra a parcela maior desta população.

**Tabela 20. Nível Educacional da População jovem, 1991, 2000 e 2010.**

| Faixa etária (anos) | Taxa de analfabetismo |      |      | % de alunos na escola |       |       |
|---------------------|-----------------------|------|------|-----------------------|-------|-------|
|                     | 1991                  | 2000 | 2010 | 1991                  | 2000  | 2010  |
| 15 a 17 anos        | 12,42                 | 4,85 | 2,20 | 54,54                 | 77,42 | 83,32 |
| 18 a 24 anos        | 11,97                 | 6,26 | 2,61 | 19,86                 | 31,25 | 30,64 |

**Fonte:** Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>. Acesso em: 20/05/2015.

De acordo com a tabela acima, de 1991 a 2010, houve aumento significativo no índice de atendimento e na diminuição da taxa de analfabetismo, especialmente na população de 15 a 17 anos. Ações da SEMED voltadas para esta modalidade, como expansão da oferta em todas as localidades do campo, contribuíram para os melhores resultados dos dados.

No que se refere à população de 18 a 24 anos, apesar de ter havido a oferta, o índice de atendimento ainda não alcançou o desejável. Percebe-se que houve elevação entre 1991 a 2000, porém, apresenta uma pequena queda de 2000 a 2010, nesta taxa de atendimento. O índice de analfabetismo desta população está 0,41% acima daquele apresentado pela população de 15 a 17 anos.

Com relação à população adulta acima de 25 anos, temos a seguinte situação:

**Tabela 21. Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991, 2000 e 2010**

| Taxa de analfabetismo            | 1991  | 2000  | 2010  |
|----------------------------------|-------|-------|-------|
| 25 a 29 anos                     | 12,70 | 8,02  | 3,96  |
| 25 anos ou mais                  | 23,45 | 16,75 | 11,82 |
| <b>Percentual de Atendimento</b> |       |       |       |
| % de 25 a 29 anos na escola      | 5,22  | 11,25 | 14,31 |



**Fonte:** Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>. Acesso em: 20/05/2014.

É possível percebermos que é nesta população, principalmente, nas pessoas acima de 25 anos que se concentra o maior número de analfabetos. O índice de atendimento no geral, apesar de ter tido um crescimento considerável de 6,03% entre os anos de 1991 a 2000, pouco evoluiu de 2000 para 2010.

Em sua totalidade, os dados indicam a necessidade de um maior investimento em EJA, em todas as suas etapas de atendimento. Também sugerem uma atenção especial para a produção do analfabetismo escolarizado<sup>15</sup>, que segundo SANTOS (2011), se concentra social e economicamente entre a população mais pobre.

Importante ressaltar que o município sempre tem buscado parcerias com os Governos Federal e Estadual no que se refere à implantação de programas e projetos que possam ajudar a minimizar o índice de analfabetismo e elevar o nível de educação da população jovem e adulta.

A SEMED, através de uma coordenação específica para EJA, oferece orientação pedagógica e material didático para o professor. Disponibiliza também, material enviado pelo MEC e outras instituições que dão subsídios para melhorar o atendimento a este público.

Entendemos que mais políticas públicas devem ser pensadas e executadas no sentido de oferecer uma educação para jovens e adultos com características adequadas às suas necessidades e disponibilidade de tempo, garantindo aos que forem trabalhadores, as condições de acesso e permanência na escola, conforme preconiza artigo 37 da LDBEN nº 9.394/96.

No que diz respeito à metodologia, é preciso que esta rompa com a prática da repetição de tarefas que envolvam cópias de textos e palavras, para dar lugar a aulas que considerem as necessidades reais do público-alvo e possam fazer sentido para suas vidas. Os materiais didáticos selecionados, também precisam estar adequados às necessidades de cada grupo de alunos.

Faz-se necessária a construção de uma Proposta Pedagógica específica para EJA com orientação curricular, a fim de produzir materiais didáticos

---

<sup>15</sup> Diz respeito a pessoa que frequenta ou frequentou todas as etapas da Educação Básica e continua analfabeto, ou com poucos conhecimentos de leitura, escrita, matemática, compreensão dos fenômenos básicos das ciências naturais (SANTOS, 2011).

específicos e também garantir condições adequadas para o funcionamento das turmas.

Desta forma, podemos minimizar o índice de evasão nesta modalidade de ensino, considerada alta no município, principalmente, nas escolas do campo, aumentando as chances de a escola obter sucesso com as turmas de EJA.

Ademais, urge a necessidade da oferta de formação continuada para os docentes atuantes em EJA, a fim de aprimorar a prática pedagógica dando condições necessárias para que estes profissionais atuem de forma mais significativa nas turmas de Jovens e Adultos.

### **2.3.6 Educação Profissional de Nível Médio**

O município de Curaçá abrange um território de 6.452 km<sup>2</sup>, 120 km às margens do rio São Francisco. Ao redor disto tudo, Curaçá dispõe de um arsenal de belezas naturais tais com: gruta, serras, fauna e flora riquíssimas, tendo como bioma a caatinga.

As características acima citadas apresentam-nos um potencial muito forte do município de Curaçá, com foco nas ciências agrárias: caprinocultura, horticultura, ovinocultura, piscicultura, apicultura e meliponicultura, fruticultura, extrativismo de plantas nativas e a agroindústria. Foi com base nestas atividades econômicas desenvolvidas no município que, em 2005, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em parceria com o MEC, instituiu a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, no Colégio Estadual José Amâncio Filho-CEJAF, cujo curso de formação técnica era “Agropecuária”, sendo esta a única unidade escolar do município, que oferece tal modalidade de ensino. Anos depois, novos cursos foram implantados a partir de projetos que comprovaram a demanda local. São eles: Zootecnia e Agroecologia (EPI); Agronegócio e Agropecuária (PROEJA-noturno). Todos fazem parte do eixo de recursos naturais.

Atualmente o CEJAF possui 467 alunos devidamente matriculados, sendo que parte deles é oriunda do campo, chegando a quase o total de 100 alunos transportados de diversas localidades do município. O colégio também atende alunos vindos do município vizinho, Santa Maria da Boa Vista, no estado de

Pernambuco; moradores de assentamentos e comunidades rurais que ficam na outra margem do rio São Francisco.

A “vocação” municipal para a agropecuária facilita e estimula a constituição de associações (que já ultrapassam de 120 em todo o município) e, não raro, são formadas por pais dos alunos matriculados no CEJAF. Das associações existentes, as mais atuantes somam em torno de 50, que têm como foco principal a agricultura familiar, a pecuária, as hortaliças e o beneficiamento de frutas e exploração apícola, atendendo de forma organizada, compartilhada e sustentável às necessidades das comunidades nas quais estão inseridas e, posteriormente, exercendo a comercialização dos produtos excedentes.

Em virtude de o município ter grande extensão territorial e estar distante das cidades circunvizinhas que ofertam cursos profissionais em nível médio e superior, bem como, das baixas condições econômicas das famílias, muitos alunos do campo não têm acesso a esses cursos.

Sendo assim, a oferta dos cursos técnicos pela CEJAF, tem um importante significado para o município, pois, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, impulsionarão o desenvolvimento econômico, além de contribuir na promoção da equidade social, da qualidade de vida e promoção do exercício pleno da cidadania.

Ainda que esta realidade do CEJAF seja reconhecida como um passo largo na formação de profissionais, mesmo que seja no Ensino Médio, sabemos que o município não pode se limitar a esta conquista. O fato é que muitos alunos deslocam-se de distritos como Riacho Seco, todos os dias, outros vêm do Projeto Pedra Branca (projeto de agricultura irrigada) para morar na sede, a fim de terem a oportunidade de ingressar nos cursos e garantirem uma formação técnica profissional.

Portanto, faz-se necessária a implantação de unidades escolares no campo para que toda a comunidade curaçense seja beneficiada com cursos desta natureza.

Como foram apresentados, os cursos estão atrelados às atividades econômicas locais, todavia existem outras áreas a serem exploradas dentro do município e, assim, é necessária a implantação de novos cursos técnicos profissionais na sede (e/ou campo), a fim de proporcionar outras oportunidades de formação técnica nas seguintes áreas: enoturismo, ecoturismo, mineração,

turismo histórico, turismo científico, turismo de esportes radicais e de aproveitamento dos recursos naturais gastronômicos e artesanato, eletrônica, mecânica, administração, informática, construção civil, segurança no trabalho e operador de máquinas pesadas.

Ainda é possível avaliar dentro do município um potencial econômico voltado para área de construções, levando em consideração o bom momento da construção civil, com alta demanda e pouca oferta de mão de obra qualificada. É possível também visualizar que existe uma demanda no setor de educação técnica e superior, tendo em vista que muitos jovens universitários procuram esses serviços fora do município nas cidades de Belém do São Francisco, Juazeiro, Petrolina, Uauá e Santa Maria da Boa vista.

Vale ressaltar que qualquer implantação de novo curso deverá partir de uma pesquisa investigativa que apresente as demandas reais e prioritárias em todo o município, além da necessidade de incentivo e parcerias entre os governos Municipal, Estadual e Federal, para afinar o diálogo sobre tais necessidades, sem perder de vista as parcerias com ONGs.

Apesar de existir uma unidade escolar com oferta de formação técnica profissional, vale pontuar que esta, ainda, não dispõe de estrutura adequada para as atividades práticas, indispensáveis à formação profissional. Faltam equipamentos, ferramentas adequadas, laboratórios, acervos bibliográficos.

Sendo essa unidade escolar pertencente à Rede Estadual e, ainda, muito carente no que se refere à infraestrutura, é necessário estabelecer uma parceria com a Prefeitura Municipal de Curaçá para a cedência de uma área (de no mínimo dois hectares) a qual deverá servir como campo experimental, dispondo de um sistema de irrigação e de uma estrutura física adequada para criação de pequenos animais.

## **2.4 ENSINO SUPERIOR**

O processo histórico da Educação no município de Curaçá contribuiu para que a população jovem e adulta do município tivesse nível de escolaridade baixa e, somando-se a isso, como a maior parte da população sempre residiu na zona rural, elementos de ordem cultural e social colaboraram para que esta parcela da população apresentasse poucos anos de estudos. Outro determinante remete à introdução tardia deste público nos anos finais do Ensino Fundamental e no

Ensino Médio, haja vista que, até meados da década de 1990, a oferta praticamente inexistia na zona rural. Vejamos os dados apresentados na Tabela 22:

**Tabela 22. Nível de Escolaridade de Pessoas com 10 anos ou mais idade - quantitativo em 2010.**

| Fundamental completo e Médio incompleto | Médio completo e Superior incompleto | Sem instrução e Fundamental incompleto | Superior completo |
|---|--------------------------------------|--|-------------------|
| 3.147                                   | 3.469                                | 18.893                                 | 424               |

Fonte: IBGE/2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=290990>. Acesso em: 22/04/2015.

Agora observemos a Tabela 23 que trata da população residente:

**Tabela 23: População Residente no Município de Curaçá por faixa etária – ano 2010.**

| POPULAÇÃO    | QUANTIDADE |
|--------------|------------|
| 0 a 3 anos   | 2.432      |
| 4 anos       | 566        |
| 5 anos       | 600        |
| 6 anos       | 626        |
| 7 a 9 anos   | 1.911      |
| 10 a 14 anos | 3.451      |
| 15 a 17 anos | 2.204      |
| 15 a 19 anos | 3.252      |
| 18 e 19 anos | 1.048      |
| 20 a 24 anos | 2.942      |
| 25 a 29 anos | 2.776      |
| 30 a 39 anos | 4.531      |
| 40 a 49 anos | 3.400      |
| 50 a 59 anos | 2.173      |

|                 |       |
|-----------------|-------|
| 60 anos ou mais | 3.508 |
|-----------------|-------|

Fonte: IBGE/2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=290990>. Acesso em: 22/04/2015.

Até 2010, das 23.630 pessoas com idade entre 15 a 60 anos ou mais, apenas 13,31% possuíam o Ensino Fundamental completo; da população jovem e adulta com idade de 18 a mais de 60 anos, com soma de 20.378 pessoas, somente 17,02% tinham concluído o Ensino Médio e deste mesmo número apenas 2,08% possuíam nível superior completo.

Foram registradas, 196 pessoas cursando a graduação, um baixo número, considerando a população existente em idade de estar na faculdade. Ainda, o percentual de jovens e adultos que ingressaram no Ensino Superior nos anos de 1991 e 2000 foi tímido, conforme afirma dados a seguir:

**Tabela 24: Percentual de Jovens e Adultos de 18 a 24 anos cursando o Ensino Superior**

| ANO  | PERCENTUAL |
|------|------------|
| 1991 | 0,70%      |
| 2000 | 0,75%      |
| 2010 | 1,74%      |

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>. Acesso em: 22/04/2015.

É relevante apontar a inexistência de Faculdades no município, fato que dificulta ou até impossibilita o jovem ou adulto ter acesso ao Ensino Superior. E como garantir que os jovens egressos do Ensino Médio deem continuidade aos estudos?

Para possibilitar a formação inicial dos docentes da rede de ensino, o município, há alguns atrás, estabeleceu parcerias com o programa REDE UNEB 2000, com a Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC e, mais recentemente, com a Plataforma Freire. Porém, são programas direcionados para um público específico.

Atualmente, como incentivo, o Município vem destinando um percentual financeiro para ajudar a custear os transportes locados pela Associação dos Estudantes de Curaçá – ASSEC e, assim, possibilitar que os universitários

possam deslocar-se para municípios circunvizinhos com custo mais acessível. Seria viável, também, que o município mantivesse uma casa de apoio para os estudantes que se deslocam do campo.

É extremamente necessário que o município estabeleça parcerias com instituições federais e estaduais para a implantação de cursos em nível superior na região, dando maiores possibilidades e perspectiva de futuro para os jovens que anseiam os seguintes cursos:

- Engenharias (agrícola, ambiental, civil e computação);
- Saúde (enfermagem);
- Ciências Sociais (comunicação, turismo, contabilidade e administração);
- Ciências Humanas Educacionais (licenciaturas, música, artes visuais etc.).

Ainda sobre esta necessidade, podemos apontar alguns aspectos relevantes que nos fazem crer que a implantação de cursos de nível superior deve ser urgente no município de Curaçá:

- Criar perspectivas profissionais para os estudantes egressos do Ensino Médio;
- Instituir uma identidade municipal no estabelecimento de segmentos mercadológicos, de médio a longos prazos, assistidos pela qualidade profissional reforçada pelo o ensino superior;
- Evitar o desgaste e riscos aos estudantes que se deslocam para outras cidades (mínimo 200 km por dia), a fim de garantirem suas formações superiores;
- Potencializar o crescimento intelectual, cultural, socioambiental e econômico do município;
- Valorizar e ampliar o desenvolvimento urbano da cidade e da zona rural;
- Incentivar a continuidade dos estudos em cursos de nível lato sensu e stricto sensu.

Embora, saibamos que a oferta do Ensino Superior não é uma responsabilidade do município, acreditamos em seu potencial para lutar por esta conquista junto aos órgãos competentes.

## **2.5 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

A qualificação da Educação brasileira perpassa pela valorização dos seus profissionais, obtida através de uma política que incida simultaneamente sobre a formação profissional inicial, condições de trabalho, salário e carreira e formação continuada.

Destaca-se entre as políticas educacionais, a formação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores em educação por serem os mais discutidos e analisados nas últimas décadas. O reconhecimento e a importância destes profissionais são condições *sine qua non* para a oferta de um ensino público de qualidade.

Tanto a Constituição Federal Brasileira (1988) como a LDBEN, nº 9.394/96, reafirmam a necessidade de investimento na valorização do profissional da educação, na constituição de diretrizes nacionais para a formação desses profissionais, na elaboração dos estatutos e planos de carreiras para o magistério público.

Dentre as políticas de valorização profissional implementadas no município, destacam-se o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Magistério Público Municipal, Lei nº 391/2002, revogado posteriormente pela Lei Municipal nº 546/2010, em cumprimento da Lei nº 11.738/2008 que institui o Piso Salarial Nacional.

Vale ressaltar que, no processo de elaboração do plano de carreira, houve a participação e discussão coletiva, sendo que em alguns pontos os interesses da classe não foram respeitados. Ainda, se encontra em fase final de reelaboração o Estatuto do Servidor Público Municipal, com conclusão prevista para o segundo semestre de 2015.

Para a adequação do que estabelece a Lei Federal nº 11.738, no que diz respeito, à jornada de trabalho, o município vem tomando medidas como: reorganização das escolas, considerando o quantitativo de alunos por turma, de acordo com o estabelecido no Regimento Unificado para as Escolas da Rede Municipal, estudo de impacto financeiro para implantação de um terço da carga horária docente destinada a estudo e planejamento pedagógico.



A implantação da referida proposta está ocorrendo progressivamente, sendo contemplados em 2014, os docentes que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental, e em 2015, em três escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do distrito de Poço de Fora (escolas do campo). Nas demais escolas, os profissionais estão recebendo provisoriamente um percentual de 33,33% sobre o salário base a título de indenização da carga horária de trabalho docente destinada a estudo e planejamento.

Apesar de o município, desde o ano de 2000, investir na formação inicial dos professores da rede, em cursos de licenciatura breve, ainda existem professores atuando sem a formação mínima exigida pela legislação vigente. Um problema a ser resolvido para que nenhuma das partes seja prejudicada.

Outro agravante que permeia a realidade educacional do município são as precárias condições de trabalho aliadas à sobrecarga de atividades escolares, provocando danos à saúde dos profissionais em educação, como transtornos do sono, ansiedade, cefaleia, falta de concentração, descontrole emocional e fadiga excessiva. Tal situação tem resultado em um elevado número de atestados médicos apresentados frequentemente, o que em alguns casos, tem exigido afastamento dos profissionais de suas funções.

Com relação à formação e atuação docente, temos o seguinte quadro:

**Tabela 25. Funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica – Rede Municipal – 2010.**

| Etapas e Modalidades da Educação Básica         | Funções Docentes <sup>16</sup> |      |      |      |      |       |
|---|--------------------------------|------|------|------|------|-------|
|   | C/Lic                          | C/Gr | C/EM | C/NM | S/EM | Total |
| Regular – Creche                                | 6                              | 6    | 1    | 8    | -    | 15    |
| Regular - Pré-Escola                            | 18                             | 18   | 1    | 30   | -    | 49    |
| Regular - Anos Iniciais do Ensino Fundamental   | 41                             | 41   | 5    | 75   | -    | 121   |
| Regular - Anos Finais do Ensino Fundamental     | 111                            | 112  | 11   | 81   | -    | 204   |
| Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do | 9                              | 9    | 12   | 13   | -    | 34    |

<sup>16</sup>Legendas para funções docentes: C/Lic - com Licenciatura; C/Gr - com Graduação; C/EM - com Ensino Médio; C/NM - com Normal Médio; S/EM - sem Ensino Médio.

|   |    |    |   |   |   |    |
|---|----|----|---|---|---|----|
| Ensino Fundamental/Presencial   |    |    |   |   |   |    |
| Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Semipresencial | -  | -  | - | - | - | -  |
| Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial       | 27 | 28 | 4 | 7 | - | 39 |

**Fonte:** MEC (2010). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ide> 2010. Acesso em: 18/04/2015.

De acordo com as informações expostas na Tabela 25, dos 462 professores, apenas 46% possuem graduação com licenciatura. Destes, 37% atuam na Educação Infantil (creche e pré-escola). Nos anos iniciais do ensino fundamental regular, o percentual de profissionais graduados/licenciados é de 33%. Em relação aos anos finais do ensino fundamental, tem-se um quantitativo de 54% dos profissionais docentes com graduação/licenciatura. Na modalidade EJA dos anos iniciais, o percentual de graduados com licenciatura é de 26% e na mesma modalidade, nos anos finais, este percentual atinge 71% de graduados com licenciatura.

Com base na análise dos dados referentes à formação docente, fica evidente a necessidade de ações voltadas para a garantia da formação dos profissionais do magistério, à luz da legislação vigente, para a qualificação profissional em todos os níveis e modalidades de ensino.

Até o ano de 2013, entre as redes Municipal e Estadual, contava-se com um número de 778 docentes e 57 coordenadores pedagógicos, conforme distribuição apresentada abaixo:

**Tabela 26. Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em 2013.**

| Profissionais do Magistério | Educação Infantil |           |            | Ensino Fundamental |           |            | Ensino Médio |           |            | Total |
|-----------------------------|-------------------|-----------|------------|--------------------|-----------|------------|--------------|-----------|------------|-------|
|                             | Estadual          | Municipal | Particular | Estadual           | Municipal | Particular | Estadual     | Municipal | Particular |       |
| Professores                 | -                 | 73        | 8          | 13                 | 582       | 11         | 91           | -         | -          | 778   |

|               |   |   |   |   |    |   |   |   |   |    |
|---------------|---|---|---|---|----|---|---|---|---|----|
| Coordenadores | - | 2 | 2 | - | 50 | 2 | 1 | - | - | 57 |
|---------------|---|---|---|---|----|---|---|---|---|----|

**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação (2014) e Diretoria Regional (Direc) 2014.

Os dados acima ilustram uma fragilidade na rede pública de ensino, visto que a presença do coordenador pedagógico nas unidades escolares, favorece positivamente, na condução do processo de ensino aprendizagem e na articulação das atividades pedagógicas.

Na etapa da Educação Infantil, temos um coordenador para atender em média 36.5 professores, sendo um pedagogo concursado e um professor concursado desempenhando a função de coordenador pedagógico escolar. No Ensino Fundamental, atuavam 50 coordenadores, o que corresponde a 11.64 professores para serem atendidos por um coordenador pedagógico.

É importante ressaltar, que dos 52 profissionais que desenvolviam a função de coordenador pedagógico na rede municipal, 42.59% eram pedagogos concursados e 57.40% professores concursados e contratados, que desempenhavam a função de coordenador pedagógico escolar, pela ausência de coordenadores concursados.

Considere-se que no ano de 2013 o processo de nucleação de algumas escolas isoladas do campo sem porte para elegerem gestor escolar, dificultou ainda mais a atuação dos coordenadores pedagógicos, pois, além de utilizarem bastante tempo no deslocamento entre várias unidades de ensino, deparam-se com a precariedade de muitos espaços físicos e com a falta de recursos materiais.

Na rede estadual, a situação é mais crítica, para um grupo de 91 professores que atuam, existe apenas um coordenador pedagógico concursado, com carga horária de 20 horas semanais, atuando em uma das escolas estaduais da sede do município. Os demais colégios funcionam sem coordenação pedagógica, apenas com o orientador de estudos do programa Pacto pelo fortalecimento do Ensino Médio que teve início no ano de 2014.

Na rede particular a situação é mais tranquila, visto que, as duas escolas existentes no município são de pequeno porte e dispõem de um número de coordenadores compatível com o número e professores.

O nível de escolaridade dos profissionais da rede municipal está ilustrado na seguinte tabela:

**Tabela 27. Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013.**

| Cargos             | Nº  | Nível da Escolaridade         |                             |                       |        |
|--------------------|-----|-------------------------------|-----------------------------|-----------------------|--------|
|                    |     | Ensino Fundamental Incompleto | Ensino Fundamental Completo | Ensino Médio Completo | Outros |
| Merendeira         | 43  | -                             | -                           | 42                    | 1      |
| Vigilante          | 52  | -                             | -                           | 51                    | 1      |
| Serviços Gerais    | 119 | 4                             | 4                           | 108                   | 3      |
| Secretário Escolar | 30  | -                             | -                           | 30                    | -      |
| Porteiro           |     |                               |                             |                       |        |
| Outros             |     |                               |                             |                       |        |

**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Observa-se que, do total de 244 profissionais, 95% têm formação em Ensino Médio completo, 2% não são alfabetizados, 1,6% possuem o EF incompleto com igual percentual para os profissionais com EF completo.

Os dados evidenciam a necessidade de investimento que elevem o nível de escolaridade dos profissionais, com vistas na qualificação e valorização, uma vez que, a existência de uma proposta de formação continuada para todos constituir-se-á em uma ferramenta para reflexão e qualificação do trabalho dos mesmos.

No que diz respeito à situação funcional dos profissionais da educação, o município, nos últimos anos, tem investido em concurso público, diminuindo consideravelmente os contratos temporários.

Tabela 28. Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2013

| Cargos             | Nº Total | Situação Funcional <sup>17</sup> |                |                     |              |       | Tempo exercício no cargo |
|--------------------|----------|----------------------------------|----------------|---------------------|--------------|-------|--------------------------|
|                    |          | Servidor Público                 | Concursado CLT | Contrato Temporário | Terceirizado | Outro |                          |
| Merendeira         | 63       | X                                | 45             | 18                  | -            | -     | 2013                     |
| Vigilante          | 60       | X                                | 47             | 13                  | -            | -     | 2013                     |
| Serviços Gerais    | 211      | X                                | 118            | 53                  | -            | -     | 2013                     |
| Secretário Escolar | 37       | X                                | -              | -                   | -            | 37    | 2013                     |
| Porteiro           |          |                                  |                |                     |              |       |                          |
| Outros             |          |                                  |                |                     |              |       |                          |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2014

Diante dos dados, é importante destacar, que o quadro de funcionários efetivos ou estáveis representa 63,44%, sendo constatado que a maior fragilidade está no quadro de serviços gerais, com 44,91% de efetivos ou estáveis. A função de secretário escolar, conforme Lei 546/2010 caracteriza-se como cargo de comissão e não existem critérios definidos para a indicação dos mesmos, implicando sérios prejuízos ao desenvolvimento do trabalho escolar.

A formação continuada não é garantida no município para os demais profissionais da educação, exceto as merendeiras, que vêm sendo orientadas por profissional específico, através de cursos e visitas periódicas às escolas para supervisionar o preparo e os locais de armazenamento da merenda escolar.

Um outro agravante existente no município está relacionado à excedência de professores em determinadas localidades e falta de profissionais concursados em outras, o que tem colaborado para que professores atuem em mais de uma escola.

Com relação à atuação profissional docente, consideramos que a prática pedagógica deve estar voltada para as necessidades dos alunos, possibilitando a construção das aprendizagens, o desenvolvimento da pessoa humana e

<sup>17</sup>Legendas para funções docentes: C/Lic - com Licenciatura; C/Gr - com Graduação; C/EM - com Ensino Médio; C/NM - com Normal Médio; S/EM - sem Ensino Médio.

comprometida com todo ato educativo que permeia o ambiente escolar. Para assegurar melhores condições ao docente no desenvolvimento da prática pedagógica, faz-se urgente a garantia de uma proposta de formação continuada para todos os professores que atuam na Educação Básica, visto que, atualmente apenas um grupo de professores recebe formação continuada, através dos programas PNAIC/PACTO, Livro Didático Contextualizado e Plataforma Freire.

Para acompanhar o desempenho do docente, bem como, dos gestores e coordenadores pedagógicos, o município adota uma avaliação anual de desempenho destes profissionais do magistério público municipal, tendo como base critérios estabelecidos pela Comissão de Gestão do Plano de Cargos e Carreira – PCC; critérios específicos do próprio documento PCC, tais como: frequência regular; assiduidade; participação em eventos da escola; ausência de atestados médicos; comprovação de participação em encontros de formação, entre outros.

A avaliação do professor consiste no preenchimento de duas fichas, uma de auto avaliação e a outra de avaliação preenchida pelo gestor e pelo coordenador pedagógico da escola, com conhecimento e aquiescência do servidor. Os demais, diretor e coordenador, são avaliados pelo grupo de funcionários da escola que, em conjunto, discutem e preenchem a ficha de avaliação dos mesmos.

A participação dos professores em conselhos escolares tem sido uma prática utilizada em todas as unidades de ensino por considerar a importância desse profissional na tomada das decisões relacionadas ao ensino e a aprendizagem.

No que diz respeito ao processo participativo de construção dos projetos políticos pedagógicos, apesar de nem todos os professores terem participado de sua elaboração, dado a urgência de ter-se este documento para regularização das unidades de ensino, nas formações dos coordenadores escolares a SEMED orientou que o processo de revisão fosse feito por toda a equipe escolar.

É importante ressaltar, ainda, que o Plano de Carreira para os Profissionais da Educação tem possibilitado o afastamento remunerado de profissionais do magistério para realizarem cursos de pós-graduação *strictus*

*sensu*. O município conta com uma coordenadora pedagógica lotada na SEMED com mestrado em Educação e uma professora da rede afastada para cursar mestrado em Língua Portuguesa.

Importante destacar, também, que, anualmente, os salários dos servidores são corrigidos com base nos índices aplicados à correção anual do salário mínimo pelo Governo Federal. Para os profissionais do magistério, desde o ano de 2009, aplica-se o percentual do piso salarial nacional.

## **2.6 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO**

A discussão sobre a participação da sociedade civil na tomada de decisões em diferentes instâncias foi reconhecida e legitimada pela Constituição Brasileira de 1988. O repasse de poderes dos governos Federal, Estadual e Municipal para os vários segmentos da comunidade escolar gerou o efeito gestão democrática escolar.

Gestão democrática escolar implica participação de pais, professores, estudantes, funcionários na organização da escola: tomada de decisões, construção da proposta pedagógica, aplicação dos recursos, planejamento, entre outros.

A qualidade na educação vai se efetivando à medida em que a escola cria vínculos com a comunidade local, privilegia um currículo que atenda às necessidades reais dos alunos, valoriza a cultura e os saberes daquela comunidade, assegura as aprendizagens e o desenvolvimento dos educandos.

Com esta perspectiva o município de Curaçá, através da SEMED, vem desenvolvendo ações que estimulem cada vez mais a participação da sociedade nas decisões da escola.

As redes municipal e particular de ensino do município são regidas pelo Sistema Estadual de Ensino. Todavia, existe uma minuta de projeto de lei sendo analisada para que o município crie o seu sistema e, conseqüentemente, tenha autonomia em suas deliberações no âmbito da educação.

Apesar de não ter constituído o sistema, a rede municipal busca reger-se por outros mecanismos legais para garantir a participação social. Assim, institui os conselhos escolares, constituídos com base no princípio da gestão democrática, previsto na Constituição Federal, e no Art. 3º da LDBEN, nº 9.394/96.

A SEMED incentivou e apoiou a criação dos conselhos escolares em todas as unidades de ensino, os quais são representados por pais, direção, professores, alunos, funcionários e comunidade. Têm como atribuição apoiar a gestão na discussão e deliberação das questões inerentes ao planejamento, currículo, objetivando a melhoria na qualidade do ensino e o fortalecimento da participação e do controle social. Porém, existe a necessidade de formação dos conselheiros para melhor atuação.

Na rede estadual, a legislação determina que as escolas constituam seus colegiados escolares a cada dois anos, tendo as mesmas atribuições dos conselhos escolares.

No tocante aos grêmios estudantis, não há o estímulo para a constituição destes, nas escolas da rede municipal. E, na rede estadual algumas tentativas foram feitas, porém sem sucesso.

No que se refere aos conselhos municipais, estão em funcionamento: o Conselho Municipal de Educação, o Conselho de Alimentação Escolar e o Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB).

Quanto à formação dos conselheiros, apenas os membros do Conselho Municipal de Educação participaram em 2014, de um curso à distância, incluindo quatro encontros presenciais, com carga horária total de 180 horas, ministrado pela Universidade do Vale do São Francisco-UNIVASF, com contrapartida do município para deslocamento e alimentação dos conselheiros. Existe a necessidade, tanto da continuidade desta formação, como de formação para os conselheiros que atuam nos demais conselhos da educação.

Ressalta-se que a falta de estrutura física, material e de recursos humanos são entraves para o funcionamento dos conselhos, assim como, a



pouca disponibilidade dos conselheiros para participarem das reuniões e a falta de conhecimento de alguns, sobre a importância e função do conselho.

Em relação aos projetos pedagógicos das escolas, a SEMED organizou vários encontros para orientar a sua elaboração e atualmente todas as escolas possuem este documento. No ano de 2012, os coordenadores pedagógicos das escolas passaram por um processo de formação para realizarem a revisão e avaliação do projeto de cada escola.

Para organizar os planos de cursos, os docentes utilizam como referencial a Proposta Político-Pedagógica para as escolas da rede municipal de Curaçá; assim como, para o projeto pedagógico da escola, são utilizadas também, as diretrizes educacionais da educação infantil, do ensino fundamental e médio, considerando as especificidades das modalidades de educação especial, educação de jovens e adultos, indígena e quilombola. Anualmente, os docentes debruçam-se sobre os planos de curso, revendo conteúdos, objetivos, para cada ano.

As escolas possuem autonomia financeira para administrarem os recursos que recebem do FNDE, decidindo com o conselho escolar aquilo em que deve ser aplicado o recurso. Também possuem autonomia pedagógica para organizarem o ensino, desde que não contrarie a legislação vigente. Contudo, sentem a necessidade de a SEMED construir diretrizes gerais que orientem o processo de ensino aprendizagem, para que o trabalho fique melhor direcionado.

Vale ressaltar, que as escolas são regidas pelo Regimento Unificado para as Escolas da Rede Municipal o qual define a estrutura e funcionamento das unidades escolares. E, embora todas as escolas disponham do documento impresso, em algumas situações, são desconsideradas as determinações contidas neste documento. No caso da rede estadual, também há um Regimento Unificado para todas as Escolas da Rede.

No que se refere à autonomia administrativa, os gestores não definem o seu quadro de funcionários. Nas escolas em que há necessidade de servidores temporários, são feitas indicações. Estas, por vezes, não correspondem às exigências necessárias à função.

O provimento de cargos de diretores escolares, está previsto no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Município, regulamentado pela Lei nº 607/2012, que dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino. Na rede estadual também ocorre a eleição para gestores.

A escolha das direções das Unidades Escolares da Rede Municipal, conforme a Lei Municipal nº 607/2012, de 27 de novembro de 2012 é feita pela comunidade escolar, a cada dois anos, por eleição direta, a qual é regulamentada por Decreto do Poder Executivo e as nomeações são feitas através de Portaria do Prefeito Municipal. Além do Diretor, Vice-Diretor e Coordenador as unidades escolares, contam com o Secretário Escolar, Auxiliar Administrativo, Serviços Gerais e Merendeiras.

O ingresso dos servidores ocupantes dos cargos e funções do magistério dá-se por meio de concurso público de provas e títulos, mas existem ainda algumas funções sendo assumidas por profissionais contratados temporariamente.

A Lei Municipal nº 448/2005 prevê a organização administrativa das Secretarias Municipais, porém a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto - SEMED sugeriu modificações em seu organograma, fato que motivou a discussão e elaboração de uma proposta de reforma administrativa.

Atualmente a SEMED está organizada em Departamentos de Ensino, Cultura, Esporte e Administrativo. O Departamento de Ensino compreende o Setor Pedagógico. O Departamento Administrativo compreende o Setor de Estatística e Recursos Humanos.

Dada a demanda de atendimento e serviços da SEMED, faz-se urgente a locação ou construção de um prédio com estrutura adequada para melhor prestar seus serviços à comunidade. A SEMED está formada pelos seguintes setores: jurídico, pedagógico, gabinete, transporte, alimentação escolar, inspeção e programas, o qual dá suporte aos Conselhos das Unidades Executoras.

Em relação à equipe de coordenadores pedagógicos, a SEMED dispõe de 16 profissionais que, além de desenvolverem os trabalhos pedagógicos, também atuam nos programas que envolvem recursos financeiros, programas

destinados à formação de professores, nas avaliações externas, participam dos diversos conselhos municipais e prestam atendimento a pais e alunos que procuram a SEMED.

Devido à grande extensão territorial do município e ao número reduzido de coordenadores pedagógicos na SEMED, o acompanhamento às escolas é feito sem a periodicidade necessária. Eventualmente são realizados encontros pedagógicos com os coordenadores escolares para orientações sobre o andamento do trabalho pedagógico nas unidades de ensino.

Por sua vez, os coordenadores pedagógicos escolares desenvolvem atividades de apoio à docência tais como: planejamento, acompanhamento aos alunos, organização de reuniões com pais e mestres e formação continuada.

A rede estadual no município é composta por um número reduzido de escolas, conforme podemos observar abaixo:

**Tabela 29. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual**

| Ano  | Educação Infantil |       |       | Ensino Fundamental |       |       | Ensino Médio |       |       |
|------|-------------------|-------|-------|--------------------|-------|-------|--------------|-------|-------|
|      | Urbana            | Rural | Total | Urbana             | Rural | Total | Urbana       | Rural | Total |
| 2010 |                   |       |       |                    |       |       | 2            | 3     | 5     |
| 2011 |                   |       |       |                    |       |       | 2            | 3     | 5     |
| 2012 |                   |       |       | 2                  | -     | 2     | 2            | 3     | 5     |
| 2013 |                   |       |       | 1                  | -     | 1     | 2            | 3     | 5     |
| 2014 |                   |       |       | 1                  | -     | 1     | 2            | 3     | 5     |

Fonte: MEC (2010 a 2014). Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2011/>. Acesso em: 01/06/2015.

Aos poucos o Estado está deixando de atender o EF e se dedicando mais ao Ensino Médio. No ano de 2013, uma escola desta rede foi municipalizada, possibilitando que o município ampliasse a oferta de matrícula nos anos finais do EF, em espaço adequado.

Com um número bastante significativo de escolas, o município apresenta o seguinte quadro:

**Tabela 30. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal**

| Ano | Educação Infantil |       |       | Ensino Fundamental |       |       | Ensino Médio |       |       |
|-----|-------------------|-------|-------|--------------------|-------|-------|--------------|-------|-------|
|     | Urbana            | Rural | Total | Urbana             | Rural | Total | Urbana       | Rural | Total |

|      |   |   |   |   |    |    |   |   |   |
|------|---|---|---|---|----|----|---|---|---|
| 2010 | 2 | 3 | 5 | 8 | 56 | 64 | - | - | - |
| 2011 | 2 | 4 | 6 | 8 | 52 | 60 | - | - | - |
| 2012 | 2 | 4 | 6 | 8 | 52 | 60 | - | - | - |
| 2013 | 2 | 4 | 6 | 9 | 52 | 61 | - | - | - |
| 2014 | 2 | 4 | 6 | 9 | 52 | 61 | - | - | - |

Fonte: MEC (2010 a 2014). Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2010/>. Acesso em: 01/06/2015.

As escolas da zona urbana que ofertam os anos iniciais do EF têm suas turmas organizadas de forma seriada, uma realidade diferente das escolas do campo, onde as turmas são organizadas na forma multisseriada. Algumas destas turmas são compostas também por alunos da pré-escola. Todas as escolas do campo situam-se distantes da sede do município e muitas estão em localidades dispersas.

Em sua maioria, as escolas do campo funcionam em espaços alugados, geralmente casas ou garagens que se caracterizam como espaços inadequados.

**Tabela 31. Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Curaçá/BA, por dependência administrativa e etapas da Educação Básica.**

| Etapas da Educação Básica        | Dependência administrativa |      |           |      |            |      |
|----------------------------------|----------------------------|------|-----------|------|------------|------|
|                                  | Estadual                   |      | Municipal |      | Particular |      |
|                                  | 2013                       | 2014 | 2013      | 2014 | 2013       | 2014 |
| Ed. Infantil – Creche            | -                          | -    | 3         | 3    | -          | -    |
| Ed. Infantil – Pré-escola        | -                          | -    | 3         | 3    | 2          | 2    |
| Ensino Fundamental Anos iniciais | -                          | -    | 56        | 55   | 2          | 2    |
| Ensino Fundamental Anos Finais   | 1                          | 1    | 14        | 14   | -          | -    |
| Ensino Médio                     | 5                          | 5    | -         | -    | -          | -    |
| Total                            | 6                          | 6    | 76        | 75   | 4          | 4    |

Fonte: MEC (2013, 2014). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ide/>. Acesso em: 01/06/2015.

Observa-se que há carência de prédios escolares na rede municipal, que dispõe de apenas 3 escolas com atendimento específico ao pré-escolar. Os demais alunos desta etapa são atendidos em turmas de outras escolas. Do total de 56 escolas que ofertam os anos iniciais do EF, 9 oferecem também anos

finais. As escolas da rede particular atendem alunos da educação infantil (pré-escola), e do EF, anos iniciais.

A carência de espaço físico com condições favoráveis para funcionamento das escolas tem sido um dos maiores problemas enfrentados pela SEMED, ao longo dos anos. Alguns prédios são totalmente inadequados, com espaços limitados, falta de ventilação, inexistência de cantinas e em alguns casos, sem banheiros.

O número de prédios existentes é insuficiente para atender a demanda de matrícula, obrigando a SEMED a alugar espaços que, por sua vez, também são considerados inadequados para o funcionamento de escolas e/ou salas de aula, além de elevarem bastante o custo da Educação Municipal.

Uma boa estimativa é que o Município, através do PAR, conseguiu aprovação de 5 construções de Unidades de Ensino e de duas creches. Além dessas obras, quadras esportivas foram e estão sendo construídas em Unidades Escolares já existentes.

## **2.7 RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

Está determinado pela LDBEN, nº 9.394/96, artigo 69 a obrigatoriedade de a “União aplicar, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25%, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público”.

A LDBEN também define em seu artigo 74, que a “União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade”. Ao final de cada ano, a União faz o cálculo do custo mínimo, a que se refere o artigo, que terá validade para o ano subsequente.

O repasse de recursos para o EF foi feito inicialmente, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF que mais tarde, em 2007, com ampliação dos recursos

para atendimento à Educação Básica, passou para Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

A utilização dos recursos do FUNDEB deve obedecer ao seguinte: aplicação de, no mínimo, 60% para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício e, no máximo, 40% para as demais ações de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica.

### 2.7.1 Investimento Público em Educação

As receitas da Educação do município de Curaçá são as oriundas dos repasses do FUNDEB juntamente com outros repasses legais do Governo Federal.

**Tabela 32. Outras receitas com o setor educacional do município Curaçá/BA, administradas pela prefeitura (2010/2013).**

| Ano  | Alimentação escolar | Transporte Escolar | Convênios    | Outras receitas | Total                |
|------|---------------------|--------------------|--------------|-----------------|----------------------|
| 2010 | 517.104,00          | 562.119,04         | 936.886,50   | 19.354.477,52   | <b>21.370.587,06</b> |
| 2011 | 276.900,00          | 483.001,60         | 453.220,04   | 23.407.015,79   | <b>24.620.137,43</b> |
| 2012 | 653.688,00          | 431.432,02         | 1.281.817,44 | 26.852.410,32   | <b>29.219.347,78</b> |
| 2013 | 683.928,00          | 454.248,13         | 321.732,60   | 29.115.101,06   | <b>30.575.009,79</b> |

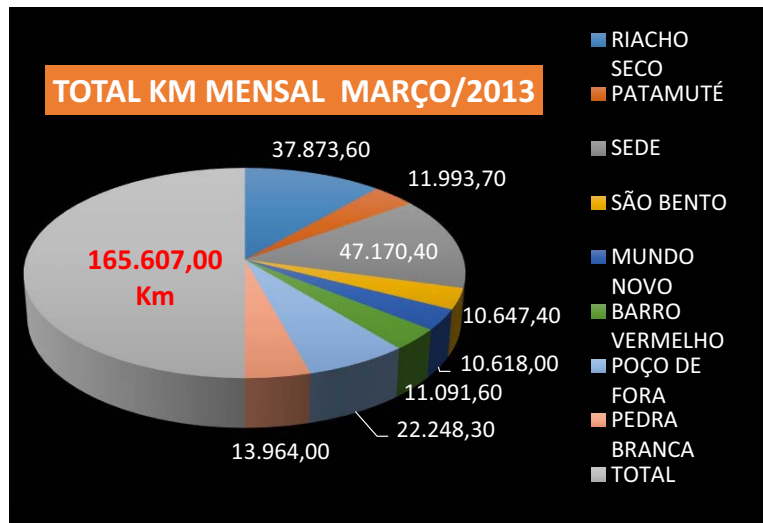
**Fonte:** Siopre/Liberações FNDE (2010 a 2013). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/aceso-a-informacao>. Acesso em: 20/05/2015.

Os recursos para a Alimentação Escolar praticamente mantêm-se inalterados ao longo dos anos, com uma média de repasse por aluno de R\$ 0,30 centavos, sendo necessária uma complementação por parte da prefeitura para o fornecimento de alimentação mais adequada aos alunos, minimizando o uso de alimentos pré-cozidos e similares de pouco valor nutritivo.

O Salário-Educação, previsto no artigo 212 da Constituição Federal Brasileira é tido como uma fonte adicional de financiamento na Educação Básica. No município de Curaçá este recurso é destinado à complementação do transporte escolar, visto que, devido à vasta extensão territorial e com um

número expressivo de alunos transportados, registra-se mensalmente um total de 165.607 quilômetros rodados, conforme ilustra Gráfico 1.

Gráfico 1: Gasto mensal com transporte Escolar no Município de Curaçá/2013



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

Sendo uma das maiores despesas atuais para o município, o gasto com transporte escolar vai muito além dos valores do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE.

Tabela 33. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Curaçá/BA, por nível ou modalidade de ensino (2010/2013)

| Ano  | Ed. Infantil | Ensino Fundamental | Ensino Médio | EJA          | Outros     | Total                |
|------|--------------|--------------------|--------------|--------------|------------|----------------------|
| 2010 | 640.285,92   | 15.974.149,20      | -            | 18.433,69    | 427.893,92 | <b>17.060.762,73</b> |
| 2011 | 3.215.345,35 | 14.254.213,45      | -            | 1.912.842,02 | 479.859,02 | <b>19.862.259,84</b> |
| 2012 | 3.844.893,28 | 17.859.074,98      | 44.150,67    | 1.921.914,75 | 903.390,75 | <b>24.573.424,43</b> |
| 2013 | 2.843.062,83 | 19.743.932,17      | 356.006,47   | 2.100.000,00 | 735.733,19 | <b>25.778.734,66</b> |

Fonte: Siope (2013 a 2013). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao>.

Acesso em: 20/05/2015.

Percebe-se que o maior valor aplicado ainda é no EF, apesar de o investimento de recursos na EJA vir aumentando a cada ano, dando um salto de mais de 11.292 % em 4 anos.

Os gastos com o Ensino Médio referem-se à parceria e apoio do Município ao Governo Estadual para manutenção desta etapa do ensino com intermediação tecnológica nas comunidades do campo, distantes e de difícil deslocamento para as áreas urbana e ou de povoamento. Tais valores, de 2012 para 2013 aumentaram em mais de 800%.

Na Educação Infantil, após o FUNDEB, os recursos também cresceram quase cinco vezes mais nos últimos 4 anos, mesmo com a população desta faixa etária está diminuindo. Isto significa que mais recursos estão sendo aplicados para a melhoria desta etapa da Educação Básica.

Com relação às despesas com folha de pagamento, vejamos a tabela a seguir:

**Tabela 34. Despesas com educação do município de Curaçá/BA por categoria e elemento de despesa (2010/2013).**

| Ano  | Despesas correntes |              |                      | Despesas de capital |              |          | Total                |
|------|--------------------|--------------|----------------------|---------------------|--------------|----------|----------------------|
|      | Pessoal            | Mat. Consumo | Subtotal             | Obra e Instalações  | Equipamentos | Subtotal |                      |
| 2010 | 11.837.423,72      | 808.115,17   | <b>12.645.538,89</b> | -                   | 524.149,61   | -        | <b>13.169.688,50</b> |
| 2011 | 13.566.623,89      | 1.704.557,75 | <b>15.271.181,64</b> | -                   | 93.146,20    | -        | <b>15.364.327,84</b> |
| 2012 | 16.693.869,32      | 1.258.647,08 | <b>17.952.516,40</b> | -                   | 1.262.504,40 | -        | <b>19.215.020,80</b> |
| 2013 | 16.624.245,01      | 1.505.636,44 | <b>18.129.881,45</b> | -                   | 2.537.806,27 | -        | <b>20.667.687,72</b> |

**Fontes:** Siope (2010 a 2013). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao>. Acesso em: 20/05/2015.

Seguindo a tendência de aumento dos salários, especialmente, com a Lei do Piso Nacional para os professores, os três primeiros anos (2010 a 2012) apresentam valores que evoluíram em mais de 40% com despesa de pessoal. Esta evolução compromete a receita da prefeitura, à medida em que as vantagens são incorporadas, sendo esta, uma tendência que sempre fará parte da evolução das despesas. Porém, em 2013, as despesas com pessoal diminuíram, acompanhando o decréscimo da matrícula na rede pública municipal de ensino.

As despesas de capital cresceram expressivamente, com aumento de 100% a cada ano, atingindo uma marca de 484%, entre os anos de 2010 a 2013. Os gastos referem-se à compra de mais equipamentos, como computadores e



mobiliário para as escolas. As obras e instalações não tiveram investimentos contabilizados.

A aplicação na Melhoria e Desenvolvimento da Educação - MDE, apesar de ter sido menor aritmeticamente, supera a aplicação em salários dos professores.

**Tabela 35. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município Curaçá/BA em (2010/2013).**

| Ano  | Total recebido | Aplicação               |                        |                |
|------|----------------|-------------------------|------------------------|----------------|
|      |                | Salário dos professores | Capacitação dos leigos | Gastos com MDE |
| 2010 | 13.742.310,81  | 8.645.611,28            | -                      | 679.087,84     |
| 2011 | 16.089.231,87  | 11.133.752,34           | -                      | 1.560.448,10   |
| 2012 | 19.268.215,42  | 16.008.295,32           | -                      | 447.306,12     |
| 2013 | 21.598.398,70  | 14.838.606,83           | -                      | 2.104.828,87   |

**Fonte:** Siope (2010 a 2013). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao>. Acesso em: 20/05/2015.

Mesmo com todo investimento na MDE, as escolas ainda precisam ser melhor equipadas e os investimentos públicos devem ser ampliados para gerarem qualidade no ensino e na aprendizagem.

Cumprindo ao disposto no caput do artigo 62 da Lei 9.394/96, o município fez altos investimentos para que os professores obtivessem a formação mínima para exercício das funções docentes, portanto, não existe oferta de formação inicial para professores leigos.

Os recursos recebidos do FUNDEB nos exercícios de 2010 a 2013 ultrapassaram os 57%, já os salários dos professores aumentaram em 72%.

As aplicações para o EF em municípios com baixa arrecadação de impostos próprios ficam limitadas praticamente, aos recursos transferidos pelo Governo Federal, restringindo a capacidade de aplicação na qualidade da educação a pequenos percentuais que se tornam escassos.

**Tabela 36. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2013 (Em R\$)**

| Dos recursos                        |   | Da aplicação               |            |
|-------------------------------------|---|----------------------------|------------|
| Receita de imposto e transferências | 25% da receita de impostos e transferências | Total aplicado em educação | % aplicado |
| 28.106.406,22                       | 1.405.323,01                                | 21.522.321,19              | 25,35%     |

**Fonte:** Siope (2013). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao>. Acesso em: 20/05/2015.

Os números demonstram que os investimentos de transferência, 5% ao ano, tornam-se insignificantes para o volume de demandas que uma educação de qualidade requer. Mesmo considerando o Custo Aluno Qualidade e otimizando todos os recursos para fins da qualidade da educação, as receitas são insuficientes.

Um agravante é que o município de Curaçá dispõe de uma receita pequena, gerada de impostos sobre produtos e outras atividades locais, sendo assim, tem reduzido também a sua capacidade de investimento na educação, limitando-se, quase que exclusivamente, a aplicar os valores repassados pelo Governo Federal.

### **3. DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME**

O processo de construção e análise sobre o diagnóstico do Município e da Educação Pública Municipal de Curaçá, nos permitiu conhecer mais profundamente os problemas que dificultam a oferta de uma educação de qualidade e nos deu clareza sobre os recursos disponíveis, possibilitando assim que as metas fossem elaboradas de acordo com as possibilidades financeiras do município.

As diretrizes, metas e estratégias contidas neste documento foram elaboradas, primeiro com base no PNE e segundo, considerando a realidade em que se encontra a educação pública do município. Em seu conjunto, comungam para o alcance de uma educação de qualidade que corresponda as reais necessidades de aprendizagens dos educandos.

Sabemos que a caminhada será longa e desafiadora, sendo necessário que Município, Estado e União trabalhem juntos, em regime de colaboração, para que as metas projetadas sejam alcançadas.

#### **3.1 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME**

**META 1** - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a população de 4 a 5 anos de idade, ampliando a oferta de vagas em creches de forma atender 50% das crianças de 0 a 3 anos em tempo integral com garantia de qualidade e, gradativamente, atender as crianças de 4 e 5 anos em tempo integral, até 2025.

#### **ESTRATÉGIAS**

1.1. Adequar gradativamente, os espaços existentes aos padrões de infraestrutura apontados na legislação em vigor, com início a partir da vigência deste plano, visando garantir o atendimento das especificidades do desenvolvimento das faixas etárias atendidas em creches e pré-escolas da rede pública municipal, no que se refere a:

a) espaço interno com iluminação adequada, ventilação, insolação, rede elétrica e segurança;

b) instalações sanitárias e para higiene pessoal das crianças, bem como água tratada e saneamento básico nas escolas da zona urbana e do campo;

c) instalações para o preparo de alimentação;

d) ambiente interno e externo para o desenvolvimento de atividades, conforme as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil; mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;

e) arborização.

1.2. Estabelecer normas para acompanhamento e supervisão da educação, nos estabelecimentos públicos, objetivando o apoio técnico pedagógico para a melhoria da qualidade e a garantia do cumprimento dos padrões estabelecidos pelas diretrizes nacionais, estaduais e municipais.

1.3. Garantir apoio técnico pedagógico em todas as escolas da rede pública municipal que oferecem a educação infantil, com acompanhamento intensificado nas turmas multisseriadas;

1.4. Fomentar o atendimento da população do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender as especificidades dessas comunidades;

1.5. Garantir o atendimento educacional especializado, em salas de recursos, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados nas formas complementares e suplementares às crianças com deficiência;

1.6. Ofertar alimentação escolar nutritiva, com acompanhamento de um profissional especializado, para que possam suprir as carências nutricionais das crianças de 0 a 5 anos.

1.7. Garantir, de forma gradativa, em parceria com o Estado e União, o acesso à pré-escola em tempo integral, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.8. Ampliar a oferta de atendimento em creches para crianças de 0 a 3 anos nas comunidades do campo, das comunidades de fundo de pasto, indígenas, quilombolas, assentados e reassentados;

META 2 - Assegurar a universalização do atendimento do Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que 100% conclua esta etapa com a idade recomendada até o último ano de vigência do Plano.

#### ESTRATÉGIAS

2.1. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, através de levantamento mais detalhado em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

2.2. Estimular os pais nas comunidades, através de fortalecimento dos Conselhos Escolares, a matriculem seus filhos e zelarem pela sua permanência na escola;

2.3. Assegurar transporte escolar adequado a todas as crianças e adolescentes, prevendo ações de monitoramento da oferta e qualidade dos serviços;

2.4. Ampliar, em parceria com o governo federal, os investimentos para melhoria da infraestrutura das escolas da rede pública municipal a exemplo de: bibliotecas, salas de informática, banheiros, área de lazer, salas de professores;

2.5. Dinamizar o currículo, por meio de atividades contextualizadas, interação com o cotidiano do aluno por meio de pedagogia que considere, de fato, os conhecimentos e interesses dos alunos;

2.6. Assegurar acompanhamento ao aluno e à família em situação de vulnerabilidade em parceria com a Assistência Social;

2.7. Ampliar para, no mínimo, 50% do Programa Mais Educação para as escolas da rede pública municipal;

2.8. Alfabetizar todas as crianças matriculadas na rede pública municipal, até o 3º ano dos anos iniciais, ou seja, com a idade recomendada de 8 anos;

2.9. Implantar sistema de avaliação interna e acompanhamento, dando ênfase ao desempenho dos alunos;

2.10. Garantir atendimento individualizado por Profissionais: Psicopedagogos, Psicólogos e Professor de Apoio para os alunos com distorção idade/ano;

- 2.11. Realizar encontros periódicos entre a Escola e a Família para acompanhamento sistemático dos pais ou responsáveis aos seus filhos e/ou tutelados;
- 2.12. Desenvolver Projetos de leitura itinerantes nas escolas da rede pública municipal, utilizando várias linguagens para despertar o gosto e o prazer de ler;
- 2.13. Revisar e ou elaborar as Propostas Pedagógicas para as Escolas da Rede Pública Municipal, atentando-se para as relações étnico-raciais e para as especificidades do campo, dos povos indígenas, assentados, reassentados, comunidades de fundo de pastos, quilombolas e pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento;
- 2.14. Garantir o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência;
- 2.15. Elaborar e implantar Proposta Curricular para as Classes Multisseriadas respeitando as especificidades do campo;
- 2.16. Revisar o Regimento Unificado para as Escolas da Rede Pública Municipal em consonância com as leis educacionais vigentes e, em parceria com as escolas, apoiar e colaborar para que elas construam seus próprios Regimentos, adequando-os à realidade onde estão inseridas.
- 2.17. Gerenciamento do quadro de profissionais do magistério público da rede pública municipal, de modo que garanta aos profissionais com formação em alfabetização a atuação no Ciclo Alfabetizador.
- 2.18. Garantir tempo e espaço de estudo e formação continuada incorporada na rotina semanal, voltada para o fazer pedagógico dos docentes que atuam nos anos iniciais.
- 2.19. Reorganizar o tempo escolar dentro do Calendário Oficial do município, de maneira que sejam garantidos no ano letivo, de segunda a sexta-feira, os dias letivos com os alunos e as atividades como: Conselho de Classe, Planejamento e Estudo e Encontro com a Família;
- 2.20. Elevar, nas turmas de 5º ano, a nota da Prova Brasil e seus indicadores;
- 2.21. Ampliar o tempo do aluno na escola com atividades de reforço escolar, em convênio com o Governo Federal, em cumprimento com o artigo 34, § 2º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB);
- 2.22. Combater a reprovação e evasão dos alunos;

2.28. Ampliar e implantar acervo de livros didáticos e paradidáticos nas escolas públicas municipais, disponibilizando-os para os alunos, com acompanhamento da leitura;

2.23. Acompanhar sistematicamente o recebimento e a distribuição dos livros didáticos do PNLD nas escolas da rede pública municipal;

2.24. Garantir acesso às tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas, como meio de assegurar a alfabetização no ciclo alfabetizador do ensino fundamental ou etapas correlacionadas;

META 3 - Universalizar o ensino médio em toda a Rede Estadual de Ensino;

3.a. Assegurar que, até o final de vigência deste Plano, a taxa de escolarização líquida de matrículas do ensino médio atinja 85 %.<sup>18</sup>

#### ESTRATÉGIAS

3.1. Apoiar iniciativas do Estado para que todos os jovens na idade correspondente, estejam matriculados no ensino médio;

3.2. Colaborar com as escolas da rede estadual existentes no município, na adoção de medidas que estimulem os pais a efetuarem matrículas de todos os jovens de 15 a 17 anos no ensino médio, e frequentarem a escola, com o mínimo de faltas possíveis;

3.3. Incentivar as escolas da rede estadual existentes no município a realizarem campanhas de matrícula para atrair todos os jovens dessa faixa etária à escola;

3.4. Viabilizar, em regime de colaboração com o Estado, o transporte escolar para os alunos frequentarem as escolas que oferecem o ensino médio;

3.5. Incentivar as escolas estaduais a realizarem amostras científicas e olimpíadas com vistas na melhoria da aprendizagem;

3.6. Estimular a efetivação de atividades socioculturais e profissionais no ensino de tempo integral, complementando a aprendizagem teórica.

3.7. Apoiar o Estado na expansão da oferta do ensino médio na modalidade de educação à distância, com a finalidade de democratizar o acesso ao Ensino Médio público e gratuito, incluindo as populações do campo, das comunidades de fundo de pasto, indígenas, quilombolas, assentados e reassentados;

---

<sup>18</sup> Quantidade de alunos na faixa etária de 15 a 17 cursando o ensino médio

META 4 - Incluir pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, considerando o percentual que ainda está fora da escola;

#### ESTRATÉGIAS

4.1. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, possibilitando o combate de situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.2. Elaborar e desenvolver plano de ação intersetorial para a identificação e eliminação de barreiras que impedem o acesso e permanência nas escolas do público-alvo da educação especial com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.3. Firmar convênio com universidades para fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade, autonomia e independência funcional dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.4. Ampliar a equipe multidisciplinar de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.5. Garantir, nas escolas da rede pública municipal que apresentem demanda, a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo-cegos, professores de Libras prioritariamente surdos, professores bilíngues e professores de braile, todos devidamente habilitados ou com perfil para o cargo;



4.6. Ampliar, através de convênios e com recursos próprios, a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

4.7. Formar parceria com o Governo Federal para disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores e apoio técnico para os professores e demais profissionais da educação para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e do campo;

4.8. Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública municipal de ensino, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.9. Orientar e acompanhar a institucionalização do Atendimento Educacional Especializado - AEE na Proposta Pedagógica das escolas da rede pública de ensino;

4.10. Garantir, em parceria com os órgãos de saúde e assistência social, levantamento periódico da população de 04 a 17 anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no município que se encontram fora da escola;

4.11. Implantar, em parceria com o governo federal e estadual salas de recursos multifuncionais e a formação continuada de professores (as) para o atendimento educacional especializado nas escolas da rede pública;

4.12. Elaborar plano de formação inicial e continuada, que atenda todos profissionais das escolas, para a promoção do sistema escolar inclusivo;

4.13. Elaborar projetos de adequação arquitetônica e execução das obras, e/ou manutenção dos espaços nas escolas da rede pública municipal, para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência, em colaboração com o MEC-FNDE;

4.14. Estabelecer convênio com o Governo Federal para aquisição de transporte escolar terrestre e fluvial acessível padronizados, com área reservada (box) para cadeiras de rodas;

4.15. Adquirir, com recursos próprios ou por meio de convênios, equipamentos de tecnologia assistiva para as salas de recursos multifuncionais implantadas na rede pública municipal;

4.16. Orientar a elaboração do plano de desenvolvimento da escola (PDE) voltado ao Programa Escola Acessível, no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC), conforme orientações divulgadas pelo Ministério de Educação.

4.17. Implantar, em parceria com os governos, Centro de Atendimento Especializado.

**META 5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental;**

5.a. Alfabetizar, até o 1º ano de vigência deste Plano, todas as crianças no 3º ano do ensino fundamental;

5.b. Alfabetizar, até o 2º ano de vigência deste Plano, todas as crianças no final do 2º ano do ensino fundamental;

5.c. Alfabetizar, até o 3º ano de vigência deste Plano, todas as crianças no final do 1º ano do ensino fundamental;

5.d. Garantir métodos de alfabetização para todas as crianças que ingressam no ensino fundamental.

## **ESTRATÉGIAS**

5.1. Elaborar instrumentos para monitoramento do processo de alfabetização das crianças do ciclo que estão matriculadas na rede pública municipal;

5.2. Assegurar e apoiar a formação continuada na área da alfabetização a todos os profissionais do magistério da rede pública municipal, que trabalham nos anos iniciais do ensino fundamental, integrando e socializando experiências de práticas pedagógicas exitosas de alfabetização;

5.3. Estimular a participação da família dessa clientela no cotidiano escolar;

5.4. Adquirir, em parceria com os entes federados, material didático e pedagógico para todas as turmas do ciclo alfabetizador da rede pública municipal;

META 6 - Ampliar a oferta de educação em tempo integral, no percentual mínimo de 4,1 %, anualmente, nas escolas públicas até o final da vigência deste Plano;

6.a. Garantir que 50 % das escolas públicas tenham educação em tempo integral até o final da vigência deste Plano;

#### ESTRATÉGIAS

6.1. Ampliar a adesão de mais escolas da rede pública municipal ao Programa Mais Educação, para que os alunos atinjam a carga horária de tempo integral;

6.2. Firmar convênio com o Governo Federal para a construção de escolas de educação em tempo integral na rede pública municipal;

6.3. Estabelecer parcerias com outros órgãos, empresas, instituições, famílias e profissionais para serem colaboradores do Programa Mais Educação implantado nas escolas da rede pública municipal;

6.4. Promover formação específica para os monitores do Programa Mais Educação das escolas da rede pública municipal;

6.5. Ampliar a carga horária para tempo integral, atingindo o percentual, conforme meta nacional.

METAS 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

#### ESTRATÉGIAS

7.1. Ampliar a parceria com o Governo Federal para programas e equipamentos que melhorem a qualidade da educação através do PAR e outros instrumentos;

7.2. Combater a reprovação e evasão dos alunos das escolas da rede pública municipal;

7.3. Promover a formação dos profissionais da educação da rede pública municipal, no sentido de melhorar a sua qualidade;

7.4. Buscar parcerias para ampliar o acervo de livros paradidáticos nas escolas da rede pública municipal, disponibilizando-os para os alunos, com acompanhamento da leitura;

7.5. Assegurar a participação efetiva da família nas escolas da rede pública municipal, fortalecimento dos Conselhos e parceria com o Ministério Público e Conselho Tutelar;

7.6. Desenvolver ações no intuito de melhorar os resultados da Prova Brasil das escolas da rede pública municipal;

METAS 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

#### ESTRATÉGIAS

8.1. Fomentar a matrícula da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, para populações do campo, das comunidades de fundo de pasto, indígenas, quilombolas, assentados e reassentados;

8.2. Garantir condições de acesso aos estudos para o público específico desta meta, incluindo a educação de jovens e adultos na modalidade da EJA, como forma de redução significativa das taxas de analfabetismo no Município.

8.3. Estimular a criação de turmas de EJA para o Ensino Médio, inclusive nas comunidades do campo.

8.4. Fortalecer e assegurar o monitoramento do rendimento escolar e a frequência dos alunos da rede pública municipal dessa faixa etária.

8.5. Promover a busca de jovens fora da escola pertencentes aos diversos segmentos populacionais, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e conselhos.

8.6. Participar de programas oferecidos pela União ou Estado, voltados à correção de fluxo;

8.7. Estabelecer parcerias com o SESI, SENAI, SESC, SENAC, SENAR e outras instituições de educação profissional, públicas e privadas, para que os alunos,

incluindo os da Educação de Jovens e Adultos, tenham acesso aos cursos profissionalizantes por eles oferecidos;

8.8. Dinamizar o currículo escolar e as metodologias específicas para as escolas da rede pública municipal, com vistas ao atendimento das necessidades dos educandos na apropriação dos conhecimentos, habilidades, competências e tecnologias, no sentido de contextualizar a educação do campo, evitando a evasão, bem como, respeitar as leis 10.639/03 e 11.645/08 que tratam da educação afro-brasileira e indígena;

8.9. Colaborar com propostas que visem à formação básica integrada ao mundo do trabalho, articulados à ciência e tecnologia;

8.10. Consolidar currículos adequados às especificidades dos educandos de EJA das escolas da rede pública municipal, incluindo temas que valorizem os ciclos/fases e experiências extracurriculares da vida e promover a inserção no mundo do trabalho e a participassistência social;

8.11. Promover a capacitação dos/as profissionais que atuam nas escolas da rede pública municipal para utilizarem as tecnologias de comunicação e informação com a finalidade de enriquecer a aprendizagem e universalizar o conhecimento por meio da inclusão digital.

8.12. Garantir, nas escolas da rede pública municipal que oferecem educação para o público de 18 a 29 anos de idade, profissionais com formação em educação especial para atender educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

8.13. Implementar, em parceria com os Governos Estadual e Federal e com recursos próprios, aquisição de materiais didático-pedagógicos específicos para a população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos matriculados nas escolas da rede pública municipal;

META 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência do PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

#### ESTRATÉGIAS

9.1. Garantir condições de acesso, permanência e continuidade nos estudos a jovens, adultos e idosos na modalidade de EJA, matriculados nas escolas da rede pública municipal, como forma de redução significativa das taxas de analfabetismo.

9.2. Promover a busca de jovens fora da escola pertencentes aos diversos segmentos populacionais, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e conselhos, na perspectiva de erradicar o analfabetismo;

9.3. Levantar, também, na Educação de Jovens e Adultos, as necessidades dos idosos, com vistas a políticas de erradicação do analfabetismo, fazendo uso das novas tecnologias educacionais, atividades recreativas, culturais e esportivas, valorizando os conhecimentos e experiência dos idosos;

9.4. Promover fóruns permanentes para a Educação de Jovens e Adultos com a finalidade de buscar a qualidade na educação desse público.

9.5. Elaborar projetos que envolvam instituições e empresas para fortalecer a Educação de Jovens e Adultos que nelas trabalhem;

9.6. Fomentar a prática de experiências exitosas que assegurem a permanência e aprovação na Educação de Jovens e Adultos;

9.7. Cumprir, onde a demanda exigir, o caput do artigo 23 da Lei nº 9.394/96, que prima pelo “interesse do processo de aprendizagem”;

META10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

#### ESTRATÉGIAS

10.1. Fomentar ações que promovam a leitura e a operação de cálculos por diversos meios, como adoção de novas tecnologias: computadores com Internet para utilizar e-mails, redes sociais e outras; calculadoras e outros meios;

10.2. Estimular a oferta dos cursos da EJA integrados à educação profissional para as comunidades do campo;

10.3. Identificar, em parceria com o Estado, as demandas de cursos para os níveis fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

META 11 - Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

#### ESTRATÉGIAS

11.1. Identificar demandas para indicar ao Estado os cursos de nível médio que atendam às necessidades regionais;

11.2. Garantir, em regime de colaboração com o Estado, transporte escolar para deslocamento dos alunos até a unidade escolar que ofereça o ensino médio profissional;

11.3. Apoiar o Estado na expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação à distância, com a finalidade de democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, incluindo as populações do campo, das comunidades de fundo de pasto, indígenas, quilombolas, assentados e reassentados;

METAS 12 – Instituir, em regime de colaboração com os entes federados e IES no prazo de 1 (um) ano de vigência deste Plano, política de formação para os profissionais da educação, alcançando todos os professores e professoras para obterem curso de licenciatura na área do conhecimento que atuam e formação técnica e em nível superior para os profissionais da Educação de outros segmentos que não os do Magistério.

#### ESTRATÉGIAS

12.1. Identificar demanda de oferta de formação inicial para professores que lecionam na educação do campo, educação quilombola, educação escolar indígena, dos povos ribeirinhos e educação das relações étnico-raciais, em todas as etapas e modalidades de ensino da rede pública municipal;

12.2. Fazer parceria com o Governo Federal para sediar um Polo UAB no Município, para a oferta de cursos de licenciatura;

12.3. Apoiar a iniciativa dos professores da rede pública municipal que optarem por cursar licenciatura em IES particular;

12.4. Apoiar e divulgar as plataformas eletrônicas, a exemplo da Plataforma Freire, para orientar o cadastro eletrônico que antecede à matrícula em cursos de formação inicial;

12.6. Garantir a participação dos docentes nos programas específicos para formação inicial de profissionais da Educação que atuam nas escolas da rede pública municipal, em todas as etapas e modalidades;

12.7. Apoiar universidades públicas e instituições, devidamente credenciadas pelo MEC, que venham a ofertar cursos de Educação Superior no município de Curaçá;

12.8. Apoiar instituições, devidamente credenciadas pelo MEC, que venham a ofertar cursos técnicos de nível Médio e Tecnológicos de nível superior, destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da Educação e outros segmentos que não os do Magistério;

12.9. Implementar em regime de colaboração entre as IES pública e privada e demais órgãos competentes no campo do sistema educacional, políticas de formação inicial para os profissionais da Educação e de outros segmentos que não os do Magistério.

META 13 – Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

#### ESTRATÉGIAS

13.1. Apoiar Universidades e IES particulares, devidamente credenciadas pelo MEC, para estabelecerem-se em Curaçá, como polo ou extensão, ofertando cursos superiores, especialmente para esse público-alvo da meta;

13.2. Oferecer, em convênio com o Governo do Estado, transporte de qualidade e gratuito para cidades onde são ofertados cursos de educação superior;

13.3. Incentivar e apoiar profissionais da educação da rede pública municipal, a se matricularem em Instituições de Ensino Superior que ofereçam mestrado e doutorado;

13.4. Estimular a elevação de nível de escolaridade em mestrado e doutorado dos profissionais da educação da rede pública municipal;



13.5. Fomentar a formação de consórcio entre municípios da região para desenvolver ações que visem o acesso dos profissionais em educação das redes públicas municipais às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

META 14 – Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

#### ESTRATÉGIAS

14.1. Fomentar o aumento qualitativo e quantitativamente do desempenho científico e tecnológico no Município e a competitividade em todos os níveis da pesquisa, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs;

14.2. Apoiar iniciativas do Estado para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado;

14.3. Apoiar programas, projetos e ações desenvolvidos pelo Governo do Estado que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa que reiteram o desenvolvimento regional, tecnologias de saúde, tecnologias de alimentos, tecnologias para fortalecimento da bioprodução, biotecnologia, educação científica e alfabetização;

14.4. Estimular a elevação do nível de escolaridade em mestrado e doutorado dos profissionais da educação da rede pública municipal;

META 15 - garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PNE e do PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do [art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

#### ESTRATÉGIAS

15.1 Promover, em parceria com os entes federados, a formação inicial dos professores da rede pública municipal, em todas as etapas e modalidades de ensino;

15.2. Garantir a formulação e a efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior;

15.3. Criar um banco de dados referente à necessidade de formação de professores por nível de ensino, etapas e modalidades da Educação;

15.4. Promover em articulação com as universidades públicas e IES, credenciadas pelo MEC, o reconhecimento da escola de educação básica e demais instâncias da educação como espaços estratégicos da formação inicial e continuada dos professores e demais profissionais do magistério;

15.5. Apoiar os programas federais e estaduais de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

META 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino;

#### ESTRATÉGIAS

16.1. Estimular, por meio de incentivos financeiros assegurados em Plano de Carreira, a elevação de nível de escolaridade em mestrado e doutorado;

16.2. Firmar convênios com IES para que os profissionais da educação tenham mais acesso aos títulos de mestres e doutores oferecidos nesses institutos;

16.3. Buscar apoio junto ao Governo do Estado para elevação do acesso às Instituições de Ensino Superior Estaduais;

16.4. Incentivar e apoiar profissionais da educação da rede pública municipal, a se matricularem em Instituições de Ensino Superior que ofereçam mestrado e doutorado;

16.5. Oferecer, em parceria com os entes federados, a formação continuada de professores para a alfabetização de crianças, adolescentes, jovens, adultos e

idosos, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras;

16.6. Implementar política de formação continuada para os profissionais da educação pública municipal pautada pelos princípios e diretrizes nacionais;

16.6. Viabilizar intercâmbios entre os profissionais da educação para a divulgação dos projetos de pesquisa e trabalhos acadêmicos desenvolvidos;

16.7. Articular formação continuada de maneira Intersetorial alicerçada em concepções filosóficas emancipatórias que superem o racismo, machismo, homofobia e demais formas de preconceito e discriminações;

16.8. Assegurar, dentro do orçamento público e em parceria entre os entes federados, a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação lato e stricto sensu dos professores e demais profissionais da educação da rede pública municipal;

16.9. Implantar política municipal de apoio e incentivo à cultura através da disponibilização para os profissionais da educação de livros e outros materiais;

16.10. Promover a formação continuada dos profissionais da educação que atuam nas classes multisseriadas;

16.11. Assegurar, dentro do orçamento público e em parceria entre os entes federados, a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação da rede pública municipal;

16.12. Garantir a formulação e a efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior.

**META 17** - Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PME.

## **ESTRATÉGIAS**

17.1. Possibilitar a capacitação dos docentes concursados, em programas de pós-graduação *stricto sensu e lato sensu* que possam reverter em benefícios a seu trabalho na rede, de acordo com os critérios estabelecidos no PCCRS;

17.2. Considerar o custo aluno qualidade (CAQ) como parâmetro para a qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública.

META 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a revisão e existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal e atualização das leis do Município de Curaçá que regulamentam a vida dos profissionais municipais: Estatuto do Magistério; Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos primeiros dois anos de vigência desta lei.

#### ESTRATÉGIAS

18.1. Estabelecer no plano de carreira para os profissionais do magistério da rede pública municipal, a implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar, garantindo, no mínimo 1/3 da carga horária docente para planejamento e estudo;

18.2. Revisar o Plano de Carreira dos profissionais do magistério público municipal e demais leis que regem os servidores públicos municipais, com acompanhamento de uma representação desses profissionais para assegurar o cumprimento da meta;

18.3. Estabelecer diálogo permanente com o Poder Público sobre o cumprimento desta meta;

18.4. Otimizar as despesas do Poder Público Municipal referentes aos recursos destinados à educação, através de proposições, acompanhamento e fiscalização por meio do Conselho Municipal de Educação, Conselho do FUNDEB e Conselho de Alimentação Escolar.

18.5. Criar Fundo de Previdência Própria, após avaliação com consultores e fóruns de debates;

18.6. Garantir aposentadoria dos profissionais em educação da rede pública municipal com salário integral e acompanhar os valores, cumprindo o princípio da isonomia salarial entre ativos e inativos;

18.7. Prever a estruturação da rede pública municipal de educação de modo que todas as funções sejam ocupadas pelos profissionais em cargos de provimento efetivo, de acordo com as normas vigentes;

18.8. Criar mecanismos de mobilização dos profissionais através de seminários, conferências e audiências públicas para participar das discussões e legitimação dos projetos de lei que versarão sobre a vida profissional dos servidores públicos municipais;

18.9. Promover políticas de melhoria da qualidade de vida do profissional da educação pública municipal, em parceria entre os entes federados, voltados para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

18.10. Assegurar o cumprimento de leis que preservem a remuneração integral dos profissionais que forem afastados por motivos de doenças graves;

18.11. Criar programa de acompanhamento dos profissionais da educação, em estágio probatório, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a efetivação dos mesmos;

META 19 -Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

#### ESTRATÉGIAS

19.1. Assegurar a plena autonomia do Órgão Municipal de Educação, na gestão dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino;

19.2. Prever dotação orçamentária para transferência de recursos às escolas públicas da rede pública municipal, a serem utilizados nas despesas com taxas, encargos e tributos provenientes da movimentação financeira, bem como para atender a serviços emergenciais;

19.2. Assegurar, a autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas públicas municipais, por meio do repasse de recursos diretamente às mesmas para o cumprimento de suas propostas pedagógicas;

19.3. Promover formação na área administrativa, pedagógica e financeira para os candidatos inscritos em eleições de gestores escolares da rede pública municipal;

19.4. Estabelecer critérios, junto com o órgão representativo dos profissionais do magistério público municipal, para avaliação periódica dos gestores escolares eleitos;

19.5. Assegurar e incentivar a participação dos profissionais da educação em audiências públicas para a discussão do Plano Plurianual, Lei Orçamentária e Lei de Diretrizes Orçamentárias, com ampla divulgação nos meios de comunicassistência social;

19.6. Promover, em parceria com os entes federados, formação para os membros dos Conselhos Escolares, estimulando a participação e a apropriação das questões inerentes ao bom funcionamento da Unidade escolar;

19.7. Criar fórum permanente de acompanhamento e avaliação do PME.

META 20 - Ampliar o investimento público em educação pública, de forma a atingir, no mínimo, os percentuais correspondentes aos entes federados, tanto os valores destinados ao Município como ao Estado, do patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

#### ESTRATÉGIAS

20.1. Garantir, entre as metas dos planos plurianuais, a previsão do suporte financeiro às metas constantes deste Plano Municipal de Educação, evoluindo os recursos em conformidade com a meta 20 do PNE;

20.2. Alocar, a partir da aprovação deste Plano, através do PAR e outros instrumentos, recursos para reformar e equipar, continuamente, as unidades escolares da rede pública municipal de ensino, como forma de melhorar o ambiente escolar e promover atividades voltadas à recreação, lazer e cultura;

20.3. Adquirir, a partir da aprovação deste Plano, através de convênios e parcerias com os governos estadual e federal, equipamentos tecnológicos para as unidades escolares municipais;

META 21 - Assegurar igualdade de direitos e atender às especificidades dos índios e quilombolas, em conformidade com a Lei 13.005, de 24 de junho de 2014 e demais legislação vigente para acolhimento dessa população.

#### ESTRATÉGIAS

21.1. Revisão, implementação e avaliação de propostas pedagógicas para as escolas públicas municipais das comunidades indígenas e quilombolas, a partir das diretrizes curriculares nacionais;

21.2. Garantir o cumprimento da lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, nas escolas públicas municipais.

21.3. Oferecer formação inicial em parceria com os entes federados para os profissionais que atuam nas escolas públicas municipais das comunidades indígenas e quilombolas;

21.4. Promover formação continuada em parceria com os entes federados sobre temas: meio ambiente, gênero e diversidade, relações étnico-raciais, educação integrada, tecnologias da informação e comunicação, para os profissionais da educação, que atuam nas escolas públicas municipais das comunidades indígenas e quilombolas;

21.6. Oferecer formação inicial em cursos de Pedagogia e Licenciatura Intercultural Indígena em parceria com os entes federados para os profissionais que atuam nas escolas públicas municipais das comunidades indígenas;

21.7. Desenvolver tecnologias, articuladas à organização do tempo e das atividades didáticas, considerando as especificidades da educação indígena e quilombola;

21.8. Assegurar instalações apropriadas aos estudos que divulguem o conhecimento acadêmico e cultural das comunidades, reafirmando as crenças, os valores, concepções e memórias dos povos indígenas e quilombolas.

21.9. Concluir a construção do espaço físico da escola da comunidade quilombola, para melhor acomodação e melhoria do processo de ensino-aprendizagem;

21.10. Adquirir materiais e equipamentos de suporte didático-pedagógico que promova melhoria na aprendizagem dos alunos.

21.15. Elaboração de material didático que valorize o conhecimento cultural indígena e quilombola;

21.12. Garantir, na proposta curricular, a alfabetização que considere o uso da língua materna das comunidades Indígenas e a identidade cultural das comunidades Quilombolas;

21.14. Promover a oferta de atividades extracurriculares que qualifiquem a aprendizagem do educando e desenvolva uma proximidade da vida cotidiana e escolarização, re-significando a prática pedagógica através da educação integral pelo Programa Mais Educação.

21.14. Assegurar o ingresso e permanência de todas as crianças indígenas e quilombolas na rede pública municipal de ensino, dando continuidade à educação tradicional da comunidade;

21.15. Implementar projetos sociais, esportivos, culturais e de lazer nas comunidades indígenas e quilombolas;

META 22 - Fomentar e disseminar ideias para a Cultura e o Meio Ambiente, propor meios de preservação e conservação dos recursos naturais e trabalhar em prol deles com ações dentro da educação, através de conteúdos e projetos para que, no prazo de dois anos a partir da vigência deste Plano, todas as unidades escolares da rede pública municipal tenham estudos e práticas pedagógicas contextualizadas.

## ESTRATÉGIAS

22.1. Identificar as entidades públicas, particulares e não governamentais que promovem ações voltadas para a preservação do meio ambiente e a valorização da cultura e possam ser parceiras das escolas públicas municipais no que se refere ao trabalho pedagógico com essas temáticas;

22.2. Incluir nas atividades pedagógicas diárias as questões ambientais e culturais;

22.3. Elaborar junto com as comunidades, projetos que visem o enfrentamento de problemas ambientais existentes, colocando a comunidade como protagonista, a fim de que a mesma se sinta totalmente inserida nas ações;

22.4. Incluir nas formações continuadas dos profissionais do magistério público municipal as temáticas: meio ambiente e cultura;

22.5. Promover, dentro das escolas, a interdisciplinaridade de temas e de atividades ambientais e culturais;



22.6. Ampliar a divulgação da cultura local e envolvimento da população, a fim de evitar a sobreposição da cultura de massa;

22.7. Aquisição de material didático-pedagógico voltados para a cultura regional e meio ambiente para serem utilizados pelas escolas da rede pública municipal;

22.8. Promover a divulgação da cultura local junto às escolas da rede pública municipal;

22.11. Premiar projetos exitosos desenvolvidos pelas escolas públicas da rede pública municipal voltados para o meio ambiente e cultura.

22.11. Estimular mudanças de hábitos nos alunos a partir do trabalho desenvolvido pelas escolas da rede pública municipal, visando a sustentabilidade ambiental nas mesmas (uso racional da água, economia de energia, separação e reciclagem de resíduos, criação de hortas escolares, arborização);

22.11. Incentivar a formação de grupos folclóricos nas escolas da rede pública municipal.

META 23 - Promover a saúde do escolar, em 60 % dos alunos da rede pública municipal, até o final do PME, gradativamente, detectando sinais e sintomas de agravos em saúde, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

23.a. Promoverem parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, ações educativas nas escolas da rede pública municipal de ensino no sentido de esclarecer a comunidade sobre os meios e os órgãos competentes a serem encaminhados os casos identificados de exploração do trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, usuários de drogas lícitas e ilícitas, reduzindo em 60 % dos casos identificados.

23.a. Promover, em parceria com especialista da área de assistência social, durante a vigência deste PME, ações educativas nas escolas da rede pública municipal de ensino voltadas para a exploração do trabalho infantil, o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e uso de drogas lícitas e ilícitas, que contribuam com a Secretaria de Assistência social na prevenção, identificação e combate da violação dos direitos das crianças e adolescentes.

23.b. Atender as condicionalidades do Programa Bolsa Família na educação (Frequência Escolar), evitando que os alunos beneficiários faltem além do permitido pelo Programa.

#### ESTRATÉGIAS

23.1. Participar das ações desenvolvidas pelas secretarias de assistência social e saúde, voltadas ao fortalecimento das famílias dos alunos da rede pública municipal de ensino, no que diz respeito à exploração do trabalho infantil, abuso e exploração sexual e uso de drogas;

23.2. Encaminhar os casos identificados como violação de direitos das crianças e adolescentes pelas escolas da rede pública municipal às Secretarias de Assistência Social, Saúde e autoridades competentes;

23.3. Promover ações em parceria: educação, saúde e assistência social para acompanhamento e assistência aos alunos matriculados nas escolas da rede pública municipal;

23.4. Fortalecer, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, durante a vigência deste PME, as ações educativas para prevenção e promoção da saúde das crianças e adolescentes matriculados nas escolas da rede pública municipal;

23.5. Fomentar o envolvimento das escolas da rede pública municipal em ações de prevenção à saúde, desenvolvidas pela secretaria de saúde, com participação da secretaria de assistência social e educação;

23.6. Atender mais da metade das escolas da rede pública municipal com o PSE, até o final da vigência do plano;

23.7. Ampliar para todos os profissionais do magistério da rede pública municipal a formação em temas abordados no Programa Saúde nas Escolas e Promoção Social na Escola;

23.8. Incentivar o comprometimento dos educadores junto à equipe do Programa Saúde nas Escolas;

23.9. Estimular a realização de eventos de saúde e assistência social nas unidades escolares, em parceria com ambas as secretarias.

#### **4. Acompanhamento e Avaliação do PME**

O PME do Município de Curaçá representa o compromisso assumido pelo poder público perante a sociedade em viabilizar os meios necessários para o alcance das metas estabelecidas e assim, dar respostas às prioridades elencadas pela sociedade.

Para obter êxito, o PME necessita de um sistema de acompanhamento e avaliação que permita corrigir as falhas, acompanhar seu cumprimento, propor medidas para seu aprimoramento, assegurando, dessa forma, que as prioridades sejam respeitadas e que as metas estabelecidas sejam atingidas.

No Município de Curaçá, a princípio, o Conselho Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e APLB – Sindicato formarão a comissão responsável por acompanhar e avaliar o PME após sua aprovação. Posteriormente, será formado o Fórum Permanente de Acompanhamento e Avaliação do PME, que será constituído por membros desses mesmos segmentos.

A comissão terá como atribuições ajudar na implantação do PME; registrar e analisar, constantemente, o desenvolvimento das ações; realizar avaliações periódicas dos resultados alcançados; escrever relatórios apontando os avanços, o que precisa ser melhorada e as metas que estão em atraso. Essas atribuições também caberão ao Fórum, tão ele seja criado.

O processo de acompanhamento e avaliação do PME deve ser transparente e democrático, do mesmo modo que foi seu processo de elaboração. Dessa forma, anualmente a comissão fará um encontro para promover um debate sobre os resultados alcançados, possibilitando assim que a sociedade civil possa acompanhar a execução e avaliação do PME.

## REFERENCIAS

Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em:  
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>. Acesso em: 4 fev. 2015.

BRASIL. Ampliação do ensino fundamental para nove anos: 3º relatório do programa. SEB; 2006. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/relatório\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/relatório_internet.pdf). Acesso em: 20 jun. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:  
[http://paraiso.etfto.gov.br/admin/upload/docs\\_upload/legisla01\\_constituicao.pdf](http://paraiso.etfto.gov.br/admin/upload/docs_upload/legisla01_constituicao.pdf). Acesso em: 17 mar. 2015.

**BRASIL**. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Brasília: MEC, 2004. Disponível em  
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivo/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 08 de maio 2015.

BRASIL. **Diretrizes para a Política nacional de educação escolar indígena**. Cadernos Educação Básica. Brasília: MEC, 1993.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. 2011. Brasília. Disponível em:  
<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/matricula/default.asp> Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF.

BRASIL. Lei n 11.738 de 16 de julho de 2008. Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm) Acesso em: 04 março 2105.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/contribuicoes.pdf> Acesso em: 19 de maio 2015.

BRASIL. Lei 11.274;06. Dispõe sobre a duração de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/Lei/l11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/Lei/l11274.htm) Acesso em: 26 fev. 2015.

BRASIL. Lei n 03 de 03 de agosto de 2005. Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb003\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb003_05.pdf) Acesso em: 26 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF, 2005.

BRASIL. Mapeamento Dos Programas/Ações Do Mec A Partir Das Metas Para A Promoção Da Igualdade Racial. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e

Diversidade. Coordenação-Geral de Articulação Institucional. Grupo de Trabalho/Força Tarefa. MEC – SEPPIR. 2005.

BRASIL. Ementa Constitucional n 59 de 11 de novembro de 2009. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm) acesso em: 27 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília. 2001. Disponível em: [www.inep.gov.br/download/cibec/2001/titulos.../miolo\\_PNE.pdf](http://www.inep.gov.br/download/cibec/2001/titulos.../miolo_PNE.pdf). Acesso em: 18 maio 2015.

BRASIL. Resolução nº 3, de 3 de agosto de 2005. Define normas para a ampliação do Ensino Fundamental. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb003\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb003_05.pdf), Acesso em: 17 fev. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 05 fev. 2011.

Comunidades Certificadas. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em: 15 abril 2015

LOPES, Esmeraldo. **Caminhos de Curaçá**. Curaçá: Gráfica Franciscana, 2000.

MATTOS, João. **Descrição Histórica e Geográfica do Município de Curaçá**. Congresso Brasileiro de Geografia. Juazeiro-BA, 1926.

MEC. A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: Plano de Ações Articuladas– PAR. Disponíveis em: [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)

MEC. Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Disponível em <http://pacto.mec.gov.br/index.php> Acesso em: 04 março 2015.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Software, versão 1.0.0. Brasília, São Paulo, IPEA.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Ampliação do ensino fundamental para nove anos – proposta curricular para as escolas municipais de Curaçá-Ba. 2012.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. **Dados das Escolas da Rede Municipal de Ensino**. Curaçá-BA. 2015.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Proposta Político Pedagógica para as Escolas de Curaçá – educação com o pé no chão do sertão. 2010.

131

Secretaria Municipal de Saúde. **Dados as unidades de saúdes e taxa de natalidade.**  
Curaçá-BA. 2015